

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TANIRA BOLIVAR LEBEDEFF

“ONDE ESTÁ O VOTO DELES?”
CIBERATIVISMO E DIFUSÃO DE PODER
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO IRÃ EM 2009

Porto Alegre

2013

TANIRA BOLIVAR LEBEDEFF

“ONDE ESTÁ O VOTO DELES?”
CIBERATIVISMO E DIFUSÃO DE PODER
NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO IRÃ EM 2009

Dissertação apresentada como exigência para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ondina Fachel Leal

Porto Alegre

2013

CIP - Catalogação na Publicação

Lebedeff, Tanira Bolivar
"ONDE ESTÁ O VOTO DELES?" CIBERATIVISMO E DIFUSÃO
DE PODER NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO IRÃ EM 2009 /
Tanira Bolivar Lebedeff. -- 2013.
128 f.

Orientadora: Ondina Fachel Leal.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Irã. 2. Internet. 3. Difusão de Poder. 4.
Ciberativismo. 5. Relações Internacionais. I. Leal,
Ondina Fachel, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação a todo aquele que, parafraseando Dabashi (2009), “utiliza o ciberespaço para transformar uma política de desespero numa dramaturgia de esperança” – como fizeram os iranianos naquele verão de 2009.

Agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para esta pesquisa. Minha orientadora, meus mestres e professores, minhas fontes de informação e meus entrevistados: muito obrigada por sua generosidade.

Meus colegas de Mestrado, obrigada pela oportunidade de aprender com vocês também!

Às minhas irmãs e ao meu irmão, ao meu amado, aos meus cunhados, aos meus amigos velhos e novos, agradeço pelo carinho, pelo incentivo e pela acolhida. “O importante na vida é poder voltar...”

Aos meus pais, Sérgio e Ula, pelo apoio incondicional em todos os capítulos da minha vida, minha eterna gratidão.

*“Os filhos de Adão são membros uns dos outros,
Foram criados de uma mesma essência.
Quando um membro é afetado pela dor,
Os outros membros também sofrem.
Se não tens empatia pela dor dos outros,
Não és digno de ser chamado humano.”*

(*Bani Adam*, ou “Filhos de Adão”, do poeta persa Saadi – séculoXIII.
O poema está inscrito na entrada do prédio da ONU, em Nova York.
Tradução da autora.)

RESUMO

A revolução nas Tecnologias de Comunicação e de Informação afeta as relações interpessoais e, numa esfera mais ampla, as relações internacionais. Esta dissertação tem como objetivo analisar como as mídias sociais da Internet permitem uma maior inserção da sociedade civil em movimentos de cunho político e social, tendo como objeto de estudo as eleições presidenciais no Irã em 2009. Ao contestar o resultado do pleito numa série de manifestações denominadas Movimento Verde, os iranianos utilizaram as mídias sociais da Internet para mobilização e para engajar atores externos, como iranianos expatriados e outros simpatizantes. Assim esses manifestantes ultrapassaram as barreiras territoriais e transformaram uma questão local num movimento de apelo internacional. Adotando os conceitos teóricos de contrapoder de Manuel Castells e de difusão do poder de Joseph Nye, aponto como a digitalização do ativismo político provoca mudanças em paradigmas da política mundial. Também abordo como o ciberespaço tem sido utilizado por Estados para o exercício do *hard power* e do *soft power*.

Palavras-chave: Ciberativismo. Internet. Irã. Mídias Sociais. Poder. Relações Internacionais.

ABSTRACT

The Internet Revolution affects interpersonal relationships and, in a wider spectrum, international relations as well. The goal of this dissertation is to analyze how social media allows for a greater inclusion of civil society in social and political movements, based on the case of the 2009 presidential elections in Iran. The disputed outcome of the elections caused a series of demonstrations known as the Green Movement, in which Iranian voters used Internet's social media to mobilize and to engage external actors, thereby overtaking territorial boundaries and turning a local issue into a global cause. Using theoretical notions such as Manuel Castells' counterpower and Joseph Nye's power diffusion, I suggest that online political activism incites changes in the paradigms of world politics. I also discuss how soft and hard powers are being implemented in cyberspace.

Keywords: Cyberactivism. Internet. Iran. Social Media. Power. International Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Apoiadores de Mousavi se mobilizam via Twitter após a votação.....	17
Figura 2:	“Canetas falsas serão distribuídas”, alerta a campanha de Mousavi	57
Figura 3:	@persiankiwi comenta manifestações noturnas em Teerã	59
Figura 4:	Mobilização da campanha de Mousavi via Facebook	60
Figura 5:	“Todos votem na sexta feira”, pede a campanha de Mousavi via Twitter.....	62
Figura 6:	Campanha de Mousavi via Twitter, “uma pessoa = um emissor”	65
Figura 7:	Militantes relatam censura à imprensa estrangeira	65
Figura 8:	@persiankiwi sugere cuidados nas manifestações.....	66
Figura 9:	@persiankiwi divulga planos de confundir a polícia.....	66
Figura 10:	Mensagem no Facebook sobre vídeo de manifestação	67
Figura 11:	Campanha de Mousavi pede boicote a Khamenei	70
Figura 12:	<i>Tweet</i> de @persiankiwi sobre agressão policial nas ruas	70
Figura 13:	Manifestantes comparam violência iraniana à Tiananmen Square	71
Figura 14:	@persiankiwi solicitando servidores proxy	75
Figura 15:	@persiankiwi oferecendo servidores proxy.....	76
Figura 16:	Mensagem transmitida durante "tuitaço" pela advogada Soutoudeh.....	85
Figura 17:	@persiankiwi noticia a censura à imprensa	89
Figura 18:	Militantes distribuem vídeo sobre violência policial	91
Figura 19:	<i>Tweet</i> comenta falha da rede CNN na cobertura da crise iraniana	92
Figura 20:	<i>Tweet</i> cobra presença da rede CNN nas ruas iranianas.....	92

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	O PODER NA ERA DA INTERNET	17
1.1	ESTRATÉGIAS DE PODER EM UM MUNDO INTERDEPENDENTE.....	19
1.2	ACESSO À INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DO PODER	22
2	IRÃ: NA ROTA DE “FURACÕES POLÍTICOS”	26
2.1	O IMPÉRIO PERSA	27
2.2	A ERA DO XÁ: SOB O VÉU OCIDENTAL.....	29
2.3	A ASCENSÃO DE KHOMEINI	34
2.4	UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO ENTRE AS CIVILIZAÇÕES	41
3	O MOVIMENTO VERDE DE 2009	47
3.1	UMA BATALHA POR “CORAÇÕES E MENTES”	48
3.2	CANAIS DE DISSIDÊNCIA	50
3.3	O REGISTRO DIGITAL DA MOBILIZAÇÃO	52
3.4	A CAMPANHA PELA PRESIDÊNCIA.....	54
3.5	DENÚNCIAS DE FRAUDE.....	62
3.6	“ONDE ESTÁ O MEU VOTO?”	65
3.7	A REAÇÃO INTERNACIONAL.....	68
3.8	CRÍTICAS AO MOVIMENTO: A REVOLUÇÃO FOI “TUITADA”?.....	77
3.9	A OPOSIÇÃO EMUDECIDA	80
4	ATIVISMO 2.0: A SOCIEDADE CIVIL E A INTERNET	83
4.1	“TUITAÇO”: UM PIQUETE NO ESPAÇO VIRTUAL	83
4.2	AUTONOMIA NO CIBERESPAÇO	86
4.3	DESAFIANDO O “GRANDE IRMÃO”	87
4.4	A EMERGÊNCIA DO “JORNALISMO CIDADÃO”	89
4.5	A INTERNET: FERRAMENTA DE DENÚNCIA.....	93
5	A ERA DO CIBERPODER	97
5.1	PODER E TECNOLOGIA	97
5.2	O “LADO ESCURO” DA LIBERDADE NAS REDES.....	99
5.3	POLICIANDO O CIBERESPAÇO	105
5.4	O <i>SOFT</i> E O <i>HARD POWER</i> NORTE-AMERICANO NA INTERNET	108
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS	116

INTRODUÇÃO

The Whole World is Tweeting: a internacionalização dos movimentos sociais

Comecei a escrever essa dissertação às vésperas das eleições municipais de 2012 no Brasil. Era a primeira eleição de que eu participava depois de quase 12 anos vivendo no exterior. Eu morei nos Estados Unidos, onde trabalhava como jornalista. Nesse período fiz muitas reportagens mostrando a importância de transferir o título de eleitor para o exterior e assim se manter em dia com os direitos e deveres de cidadão brasileiro. Cobri eleições em consulados e vi o brilho nos olhos de quem votava – como se aquele exercício fosse um vínculo, um cordão umbilical os unindo à pátria distante. Mas nesse tempo todo, enquanto morava no exterior, eu mesma não fiz o que recomendava nas reportagens, não transferei o meu título de eleitor. Eu era daquele tipo de imigrante que “nunca desfaz a mala”. Para mim, morar no exterior era algo “provisório”, e a ideia de transferir meu domicílio eleitoral para os Estados Unidos me dava a impressão de estar deixando o Brasil de forma definitiva, o que não era nem meu projeto de vida, nem meu desejo.

Perdi a oportunidade de votar em três eleições presidenciais (por lei, quem mora no exterior não participa dos outros pleitos, vota apenas para Presidente da República). E lá se foram mais de dez anos num “limbo eleitoral”.

Ao votar em 2012 tive a sensação de voltar a “pertencer” ao meu país. Meu entusiasmo com as eleições, apesar de não ter preferência passional por candidato algum, também era fruto da minha admiração pelo nosso processo eleitoral, pelo avanço que representa a votação com a urna eletrônica, pela tranquilidade do voto, enfim, pelo exercício da democracia.

Logo no início da campanha eleitoral de 2012 um movimento que apareceu nas mídias sociais da Internet chamou minha atenção: era um movimento pela derrubada de cavaletes com a propaganda de candidatos que tomavam as calçadas, parques e canteiros das cidades. Poderia ser um protesto contra a superioridade financeira de alguns partidos, contra a poluição visual do meio ambiente, contra algum candidato em particular – mas entendi como uma maneira de sabotar o debate às vésperas de uma eleição. Não seria melhor escolher a urna como o local para demonstrar o desgosto com algum candidato ou partido?

Isso também me remetia a uma imagem que vi na Internet, de senhoras afegãs exibindo orgulhosamente para o fotógrafo o dedo indicador pintado de roxo. Em países do Oriente Médio é comum que os eleitores tenham o dedo indicador pintado para evitar fraude –

evitar que se vote mais de uma vez. O problema é que os talibãs (membros de uma facção fundamentalista do islamismo) ainda têm problemas com a democracia e eventualmente nos deparamos com a informação de que cortaram o dedo de alguém que votou, para tentar coibir, intimidar, aterrorizar. Mesmo correndo riscos aquelas mulheres com cabeças cobertas pelo chador foram às urnas.

Como menosprezar nosso processo eleitoral diante desse exemplo? Numa era de fronteiras estreitadas graças ao desenvolvimento intenso das tecnologias de informação, creio que o drama de outros povos deve servir, no mínimo, como estímulo para apreciar nossa própria democracia. Ainda há quem perca a liberdade, ou mesmo a vida, brigando pelo direito de escolher seus governantes – o voto, direito que, no caso do Brasil, está consolidado.

Penso também nas vozes emudecidas por regimes totalitários como os estudantes e ativistas iranianos que morreram ou que estão na cadeia por que foram às ruas perguntar “Onde está o meu voto?”, durante as manifestações que contestaram o resultado das eleições presidenciais de 12 de junho de 2009 no Irã.

Em 2009 eu ainda vivia nos Estados Unidos, trabalhava como correspondente para um canal de televisão. Morava em Los Angeles, onde está localizada uma grande comunidade de iranianos expatriados. Tão expressiva, que parte de Westwood, na região de West Los Angeles, é conhecida como *Teerahngeles*. Na Westwood Avenue fica a *Ketab Persian Bookstore*, uma livraria cujo proprietário se orgulha de oferecer o “maior acervo de livros persas do mundo”, pois tem em à venda inclusive títulos proibidos pelo atual governo iraniano.

Cobri a repercussão das manifestações pós-eleições no Irã junto a essa comunidade, que é estimada pelo censo norte-americano em cerca de cem mil pessoas (a própria comunidade acredita que em Los Angeles morem 500 mil expatriados iranianos). Me chamou a atenção o fato de professores universitários, radialistas, jornalistas e outros expatriados com quem conversei acompanharem as notícias através da Internet. Nem CNN nem Al Jazeera: informação para eles era o que vinha direto das ruas, direto das mídias sociais, mensagens em garrafas soltas num mar digital por quem estava protestando ou tentando se proteger da brutal resposta do governo.

“Com a tecnologia as pessoas se informam melhor sobre o que ocorre no mundo. Se hoje há uma mobilização é por que elas sabem o que querem, e não cometerão os mesmos erros”, comentou o radialista Arash Hafzi, da emissora KIRN 670 AM, voltada para o público iraniano da cidade de Los Angeles. Hafzi lembrou dos tempos em que acompanhava parentes

e vizinhos nas manifestações da Revolução Islâmica de 1979: “Eu não sabia o que estava acontecendo, não sabia o que era democracia e o que era uma ditadura. Hoje é diferente”.

Naqueles dias de junho de 2009 toda a programação da rádio KIRN 670 AM foi alterada para atender a demanda da audiência por notícias sobre os eventos no Irã. Até mesmo o noticiário esportivo foi afetado: na época a seleção iraniana de futebol disputava a fase eliminatória para a Copa do Mundo de 2010, e os jogadores entraram em campo usando braceletes verdes, num gesto de apoio ao movimento. Verde também era a cor repetida em alguma peça de vestuário de todos os funcionários da rádio.

O verde, uma cor simbólica no islamismo, era a cor da campanha de um dos candidatos da oposição à presidência do Irã, Mir Hossein Mousavi. Depois da vitória do candidato à reeleição, Mahmoud Ahmadinejad, Mousavi emergiu como o líder do movimento de contestação, o Movimento Verde.

A Internet e sites como Twitter e Facebook, blogs e serviços de compartilhamento de imagens, como Flickr e YouTube, foram utilizados na articulação no Irã e para chamar a atenção do público internacional para o movimento. A propósito, “reconhecendo o papel que estamos desempenhando como uma ferramenta de comunicação no Irã”, como explicava o blog da empresa na época, o Twitter chegou a alterar uma manutenção rotineira que interrompe o serviço durante algumas horas para evitar prejuízo aos manifestantes. Casos de repressão violenta e de prisões eram expostos em vídeos captados com câmeras de telefones celular, e veiculados no YouTube. Atentos ao interesse despertado pelos eventos no Irã, Google e Facebook lançaram ferramentas de tradução da língua persa em seus sites.

A imprensa ocidental foi rápida ao celebrar a “Revolução do Twitter”. *The Revolution Will Be Twittered* (“a revolução será tuitada”) anunciou o correspondente Andrew Sullivan em artigo na revista *The Atlantic* em 13 de junho de 2009, logo no início das manifestações, numa clara referência a *The revolution will not be televised* (ou “a revolução não será televisionada”), slogan da contracultura norte-americana dos anos 70.

Na reportagem *The Twitter crisis: how the site became voice of resistance in Iran*, de 16 de junho de 2009, o britânico *The Guardian* dizia que o Twitter havia se transformado na voz de resistência no Irã: “Todos tentem filmar o máximo possível e postar com seus celulares... esses são os olhos do mundo”, é uma das mensagens reproduzidas no texto. No dia 17 de junho o jornal espanhol *El País* reportava que a Internet era a alternativa para comunicação pois continuava imune à censura imposta à imprensa local: *La censura iraní no puede detener el poder de Twitter* (“a censura iraniana não pode deter o Twitter”), dizia a manchete. No mesmo dia um artigo da revista norte-americana *Time*, *Iran's Protests: Why*

Twitter Is the Medium of the Movement, explicava por que o Twitter era a mídia do movimento: “Enquanto as páginas dos jornais estavam cheias de espaços em branco no lugar de reportagens censuradas, informações eram transmitidas das ruas em tempo real”.

Também através da Internet foi possível para qualquer pessoa fora do Irã apoiar o movimento: quando o governo iraniano bloqueou o acesso à rede mundial de computadores ciberativistas disponibilizaram meios para que os iranianos continuassem conectando-se e organizando-se. O que começou como uma crise local virou uma questão internacional para a sociedade civil.

Baseado em eventos como o Movimento Verde iraniano, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas elaborou um relatório especial (divulgado em maio de 2011) sobre promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão, no qual concluiu: “A Internet é um dos mais poderosos instrumentos do século 21 por aumentar a transparência da conduta dos governantes, promover acesso à informação e facilitar a participação ativa dos cidadãos na construção de sociedades democráticas” (LA RUE, 2011, p. 4).

Esta pesquisa tem como objetivo verificar de que forma as mídias sociais da Internet foram utilizadas nas manifestações de 2009 no Irã, e descrever o espaço virtual enquanto terreno de interação nas relações internacionais e de empoderamento da sociedade civil, através do exemplo do Movimento Verde iraniano. Para cumprir esse objetivo dediquei-me a uma pesquisa multidisciplinar que incluiu a história do Irã, a dinâmica das mídias sociais da Internet, e teorias da corrente neoliberal da disciplina de Relações Internacionais, como a da interdependência complexa. Como o evento aqui descrito e analisado para fins da presente pesquisa teve como o espaço privilegiado a Internet, metodologicamente optei em fazer o que os antropólogos denominam *etnografia do espaço virtual*.

Esse tipo de etnografia acompanha a maneira como as histórias são relatadas na sociedade contemporânea (MURTHY, 2008), uma sociedade em que experiências pessoais, relações interpessoais e mobilizações populares emergem no espaço virtual. A dinâmica da troca de mensagens entre os ativistas iranianos e seus apoiadores externos e informações encontradas em blogs e nas mídias sociais da Internet constituem a evidência empírica desta pesquisa. Reconstruí uma linha do tempo dos eventos de junho de 2009 no Irã baseando-me em *tweets*, mensagens veiculadas pelo serviço de microblogging Twitter, utilizando como referência usuários que foram mais frequentemente citados em reportagens da época, como @persiankiwi. Foram analisadas mais de 100 *tweets* entre os dias 10 a 26 de junho de 2009.

No primeiro capítulo apresento os conceitos que formam a base teórica desta pesquisa, partindo do pressuposto ancorado em dois autores fundamentais a essa análise, Joseph Nye (2011) e Manuel Castells (2007), de que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como se convencionou chamar essas ferramentas, promovem a “difusão de poder” e o “exercício do contrapoder”.

O segundo capítulo desta dissertação é dedicado ao resgate de episódios da história do Irã, a fim de contextualizar os recentes eventos no país. Esse histórico indica que os iranianos têm uma tradição de mobilização popular – como durante a Revolução Islâmica de 1979, para citar um exemplo apenas. Para essa parte da pesquisa foi fundamental a colaboração do diplomata Sérgio Tutikian, que foi Secretário da Embaixada do Brasil em Teerã de 1969 a 1972, e Embaixador do Brasil no Irã de 1994 a 1996.

Também acredito que seja crucial tentar entender as peculiaridades da cultura iraniana para descortiná-la do véu do Orientalismo, campo disciplinar desenvolvido a partir do século XIX no ocidente para o estudo de culturas e tradições orientais.

Recorro à obra de Edward Said, um crítico dessa disciplina: “O Oriente e tudo o que nele havia era, se não patentemente inferior ao Ocidente, algo que necessitava de um estudo corretivo pelo Ocidente. O Oriente era visto como se estruturado pela sala de aula, pela corte criminal, pela prisão, pelo manual ilustrado” (SAID, 2007, p. 74). O Irã viveu períodos de intensa influência estrangeira; hoje vive sob uma teocracia nem sempre branda com seus próprios cidadãos. Mas seria a democracia um bem exclusivo do Ocidente? Uma modelo a ser exportado para “corrigir” essa nação oriental? Em tempos de fronteiras diminuídas e distâncias encurtadas, creio ser importante entender as diferenças e buscar a união no que nos torna iguais, como a busca de garantia de direitos humanos e civis.

No terceiro capítulo relato como foram as eleições presidenciais de 2009 no Irã – um pleito especialmente interessante para o país, com debates transmitidos ao vivo pela televisão, um número recorde de eleitores, e a frustrada promessa de levar à presidência um candidato reformista. Para recuperar uma “linha do tempo” dos eventos utilizei informações encontradas em blogs e em sites como Facebook e Twitter. Concentrei-me na campanha do opositor Mir Hossein Mousavi.

Também recorri a reportagens daquele período, a comunicados de imprensa divulgados pelo Gabinete do Líder Supremo Ali Khamenei e pela agência de notícias da presidência da república iraniana, e a artigos escritos por estudiosos de assuntos iranianos como Babak Rahimi e Hamid Dabashi. *Iranian Studies* é uma área de estudos presente em

universidades norte-americanas e europeias, dado o grande número de iranianos expatriados e o interesse das ciências sociais e das ciências políticas pelo tema.

O quarto capítulo dedico a analisar as Tecnologias de Informação e Comunicação enquanto ferramentas de ativismo político e social – como recurso da sociedade civil.

Em 1968, um protesto contra a Guerra do Vietnã durante a convenção nacional do Partido Democrata em Chicago, nos Estados Unidos, foi reprimido com violência pela polícia. *The Whole World is Watching!* gritavam os manifestantes, alertando que a brutalidade policial não ficaria impune, pois o mundo todo era testemunha. Mais de 40 anos depois, o mundo testemunhava a violenta repressão policial nas ruas iranianas, e “tuitava” a respeito. A crise política no Irã repercutiu nas mídias sociais da Internet e gerou um movimento de solidariedade virtual e internacional.

No entanto, as TICs também são utilizadas pelos Estados para exercitar o “ciberpoder”, segundo argumento de Nye (2011): para a inclusão dos cidadãos em práticas de governo ou para a vigilância e repressão, como instrumento de *soft* ou *hard power*. Esse é o tema do quinto capítulo desta dissertação.

Diante desse paradoxo, surge uma questão pertinente a essa pesquisa, e que ecoa várias discussões sobre o papel das TICs na sociedade contemporânea. O ciberativismo coloca dissidentes em risco de serem mais facilmente localizados pelo governo repressor, ou é a exposição através da Internet, justamente, o que os protege? De um lado, o realismo de Evgeny Morozov (2011). Do outro lado da arena, os “ciberotimistas” como Clay Shirky (2008) e Yochai Benkler (2011).

Na elaboração desta pesquisa foram imensamente importantes entrevistas feitas com pessoas-chave nesse tema: jornalistas, ativistas e expatriados iranianos que acompanharam os eventos de 2009. Essas entrevistas foram conduzidas por mim através da Internet, pelo sistema Skype ou, ainda, via correio eletrônico.

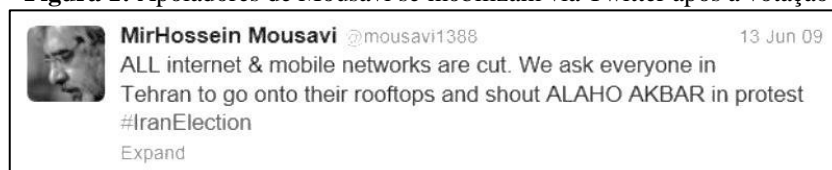
1 O PODER NA ERA DA INTERNET

“O mundo está encolhendo”, observa Joseph Nye (2009). Antes, o poder de comunicação pertencia apenas a grandes organizações, como o governo e empresas. Hoje, “as comunicações mundiais pela Internet são praticamente instantâneas e os custos de transmissão são desprezíveis”. O voo transatlântico do pioneiro Charles Lindbergh, lembra Nye, levou 33 horas em 1924. “Cinquenta anos depois, o Concorde repetiu a travessia em três horas.” E com o estreitamento de distâncias, tanto territoriais quanto econômicas, passa a ter relevância para uma nação o que ocorre em outros países – mesmo os mais pobres ou menos desenvolvidos, ou os mais longínquos.

O que ocorreu no Irã em 2009 é um caso exemplar desse processo intensificado de diluição de fronteiras territoriais. Em 13 de junho daquele ano simpatizantes do candidato Mir Hossein Mousavi enviaram uma mensagem pelo serviço de *microblogging* Twitter pedindo que todos em Teerã gritassem do alto de seus telhados “Alá é maior” em protesto contra o bloqueio do acesso à Internet e das redes de telefonia celular, imposto pelo governo iraniano. O ex-primeiro-ministro fora um dos quatro candidatos à presidência do Irã. As eleições haviam ocorrido no dia anterior e o rápido anúncio do resultado gerou desconfiança entre os candidatos de partidos reformistas e seus apoiadores. A reeleição do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, com 64% dos votos, havia sido decretada três horas após o encerramento do pleito, apesar da contagem ter sido manual. Iniciava, então, o movimento de contestação dos resultados e de denúncia de fraude na eleição que passou a ser conhecido como Movimento Verde.

O apelo de Mousavi era dirigido ao eleitor iraniano: *ALL internet & mobile networks are cut; we ask everyone in Tehran to go onto their rooftops and shout ALAHO AKBAR in protest* (ou “todas as redes de Internet e telefonia celular estão cortadas; pedimos a todos em Teerã que subam aos seus telhados para gritar *Alaho Akbar* em protesto”). No entanto, alcançou uma audiência internacional.

Figura 1: Apoiadores de Mousavi se mobilizam via Twitter após a votação



Fonte: Twitter (2012)

O *tweet*, como são chamadas as mensagens de até 140 caracteres disseminadas pelo serviço de *microblogging* na Internet, transpôs a fronteira do território iraniano através do ciberespaço. Assim como ultrapassou as fronteiras iranianas toda a movimentação dos manifestantes, que compartilhavam imagens em mídias sociais como Flickr e YouTube, e utilizavam Twitter, Facebook, blogs e mensagens de texto para se comunicar (esses sites de relacionamento social e de compartilhamento de imagens serão descritos no capítulo 3 da dissertação).

Cabe esclarecer que utilizo a definição de rede social segundo Recuero (2009): uma combinação de atores e suas conexões (interações ou laços). Considero como mídias sociais os sites de relacionamento social (*social networking sites*) ou os espaços virtuais utilizados para a expressão das redes sociais na Internet. Outros termos recorrentes nesta dissertação são “ciberespaço” e “cibercultura”. Lévy (1999) define o ciberespaço como um novo meio de comunicação: “O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (p. 17). Para o autor, cibercultura é o conjunto de práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem no ciberespaço.

Naquele verão de 2009 no Irã a Internet foi apropriada para mobilização, dissidência, e expôs um levante popular e uma brutal repressão que o governo iraniano, certamente, preferiria manter em segredo. Seu alcance internacional ajudou a amplificar um conflito local. Com a imprensa sob censura e a expulsão de correspondentes estrangeiros, esses cidadãos tornaram-se produtores de informação, alimentando os noticiários de outros países.

O governo iraniano exerceu seu *hard power*, ou poder bruto, para utilizar o conceito de Nye, nas ruas para reprimir as manifestações e intimidar os cidadãos, e também utilizou o *hard power* no ciberespaço, ao bloquear o acesso à Internet. (*Hard power*, ou poder bruto, na definição de Nye, é o uso da força, do poderio militar ou econômico para influenciar o comportamento de outros atores. A agenda baseada em atração positiva e persuasão é chamada de *soft power*, o poder brando.)

Enquanto a intervenção externa diante de muitas crises humanitárias exige horas de discussões em organismos e fóruns internacionais, respeitando tratados e legislações, a sociedade civil internacional foi rápida em fazer o que lhe parecia correto. Como demonstrarei ao longo desta dissertação, ciberativistas – indivíduos que utilizam a Internet com motivações políticas – sensibilizaram-se com a crise no Irã e mobilizaram-se para garantir que os manifestantes continuassem sua luta, restabelecendo a conexão à Internet por

meios alternativos. Como destaca uma pesquisa feita pelo *USC Center on Public Diplomacy* (Centro para a Diplomacia Pública da Universidade do Sul da Califórnia), a mobilização global em torno do Movimento Verde aponta novos caminhos para a política internacional:

A oposição iraniana não apenas apelou a públicos estrangeiros para que ouvissem suas vozes, mas recorreu a pessoas ao redor do mundo para transmitir sua mensagem de oposição e informações sobre os eventos que ocorriam no Irã. A diplomacia pública foi elevada a uma escala global entre públicos estrangeiros através do uso de novas mídias (LEIGHT, 2009).

Esse atributo peculiar dos relacionamentos via Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) é o que Lévy (1996) chama de “desterritorialização”. É o desprendimento do espaço físico ou geográfico “ordinários”, que viabiliza a interdependência de públicos distintos. Para Lévy (1996, p. 20-1), com sua desterritorialização a cibercultura reinventa a cultura nômade “não por uma volta ao paleolítico nem às antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interações sociais onde as relações se reconfiguram com um mínimo de inércia”.

Para Lemos a cultura da Internet provoca “a abolição do espaço homogêneo e delimitado por fronteiras geopolíticas e do tempo cronológico e linear, dois pilares da modernidade ocidental” (2002, p. 77).

De fato, como diz Nye, o mundo está encolhendo.

1.1 ESTRATÉGIAS DE PODER EM UM MUNDO INTERDEPENDENTE

“Poder” é uma categoria central em minha pesquisa. Trata-se da condição de existência dos Estados-nação e objeto por excelência do campo disciplinar das Relações Internacionais. Para Castells (2009), poder é “o processo mais fundamental na sociedade, já que a sociedade é definida por valores e instituições, e o que é valorizado ou institucionalizado é definido pelas relações de poder” (p. 10). Faz-se necessário, portanto, discutir esta noção.

Castells (2009) define poder como “a capacidade relacional que possibilita um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro ator social de uma maneira que favoreça seus interesses, vontades e valores” (p. 10). Ecoando os conceitos de *hard power* e *soft power*, para Castells “poder é exercido através da coerção (ou a ameaça de coerção) ou pela construção de significado na base de discursos através dos quais os atores sociais guiam sua ação” (idem). Ou seja, ou o ator social influencia comportamentos pela atração a uma

determinada linha de conduta, ou impõe sua vontade, forçando outros atores a seguirem suas determinações.

Para Nye (2009), “Poder, assim como o amor, é mais fácil de sentir do que definir ou medir. Poder é a capacidade de alcançar as próprias propostas e metas. É a capacidade de afetar os outros para obter os resultados desejados” (p. 74). Continua explicando Nye, ter poder significa ter recursos financeiros, militares ou naturais para influenciar outros atores, e ser capaz de converter esses recursos em seu benefício – transformar o “poder potencial” em “poder realizado”.

A obra de Joseph Nye e os conceitos que ele desenvolveu com Robert Keohane oferecem o embasamento teórico que confere relevância para as Relações Internacionais ao tema desta pesquisa: a difusão do poder através do ciberativismo e a consequente emergência de atores não-estatais, como a sociedade civil, no cenário político internacional.

Esses termos também serão frequentes ao longo desta dissertação, portanto cabe apresentar algumas definições. Para um conceito de ciberativismo recorro a Silveira (2010, p. 31), que o define como “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet”. Segundo o Conselho Econômico e Social da ONU, sociedade civil é um componente vital da governança e da descentralização; está situada numa esfera independente do Estado, no escopo do setor privado e de organizações civis, e é capaz de estimular a resistência e defender a democracia. Por ator entende-se uma entidade que desempenha um papel identificável nas relações internacionais, como indivíduos, organizações ou instituições.

Nye e Keohane são considerados entre os principais representantes do paradigma neoliberal das Relações Internacionais, que surgiu a partir dos anos 60 incorporando os então novos desafios e realidades da política mundial. Segundo o neoliberalismo, no período pós-guerra as questões internacionais passam a ser resolvidas mais pela diplomacia do que pelo conflito armado (PECEQUILO, 2004, p. 149). A cooperação estimulada através de fóruns internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU, fundada em 1945), e a adoção de conjuntos de arranjos, regras, princípios e procedimentos criam condições estáveis de interação que reduzem as incertezas em relação ao comportamento de outros Estados. O Estado continua sendo o ator central, mas o neoliberalismo prevê a inclusão de novos atores nos processos políticos, como explica Pecequilo (2004): “(...) deve-se destacar a crescente influência e importância dos atores não-estatais como as instituições e organismos

multilaterais, as organizações não-governamentais, as companhias multinacionais e a opinião pública internacional” (p. 151).

Em *Power and Interdependence* (“Poder e Interdependência”) Keohane e Nye (1977) sugeriam mudanças nas relações internacionais antevendo uma época em que o poder bruto cederia espaço ao poder brando e apresentando conceitos que confrontam a visão realista. Foi publicado originalmente antes da queda do Muro de Berlim, da dissolução da União Soviética, e da revisão do paradigma de “bipolaridade” que equilibrava a balança do poder entre os pratos do capitalismo (representado pelos Estados Unidos) e do socialismo (representado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Para os realistas, segundo Keohane e Nye (2001), a política internacional é campo de batalha pelo poder – uma batalha dominada pela “violência organizada”. No “mundo realista” há sempre a ameaça de conflito e de uso de força entre Estados. Os Estados são os atores dominantes no cenário internacional, os atores transnacionais não têm grande importância política, e a eventual integração só dura enquanto servir aos propósitos e interesses nacionais dos Estados mais poderosos. No realismo, a *high politics* do militarismo sobrepõe-se à *low politics* da economia e outras questões sociais. Ao desafiar esses pressupostos do realismo, Keohane e Nye idealizam um mundo em que outros atores também participam da política internacional, em que não há uma clara hierarquia dos temas que motivam as ações do Estado, e em que uso da força não é mais considerado o melhor caminho para a solução de conflitos (KEOHANE; NYE, 2001, p. 21). É o assim chamado paradigma da interdependência complexa.

A característica da interdependência complexa que representa o maior contraponto ao paradigma realista é a redução do papel do poderio militar. No paradigma idealizado por Keohane e Nye, o uso da força é substituído por outras estratégias e formas de influência como o *soft power* (ou poder brando) para alcançar objetivos que ganham maior importância na agenda internacional. Além disso, os autores observam que há uma crescente oposição popular ao uso da força na sociedade civil; que os Estados conseguem avaliar o prejuízo que eventuais intervenções ou agressões armadas acarretam em outras áreas; e que o poderio militar passa a ser considerado mais como um instrumento de contenção que de confronto *per se*, como no caso das armas nucleares (KEOHANE; NYE, 2001, p. 25).

A interdependência complexa, como o nome sugere, apresenta uma agenda diversificada de temas que motivam as relações internacionais, antes dominadas por questões de território, ideologia e segurança militar. Agendas de distintos Estados se fundem em organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de

Desenvolvimento, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), para citar alguns exemplos. São “espirais de cooperação”, como descreve Pecequillo (2004, p. 141), em que Estados atuam em conjunto para seu próprio benefício. Fica difuso o limite entre o que é assunto doméstico e o que é tema de política externa, como é o caso da proteção do meio ambiente ou dos movimentos de imigrantes.

Em função dessa agenda compartilhada, essa teoria aponta para o fato que os Estados estariam conectados através de múltiplos canais. Além dos contatos formais entre governantes, há laços formais ou informais entre diversas esferas do governo, há laços entre organizações, entre empresas privadas multinacionais (que os autores chamam de “elites não-governamentais”) e a sociedade civil. Esses múltiplos canais de interação levam os governos a criar políticas de cooperação, políticas que considerem as urgências de outros Estados. E os meios de comunicação transnacionais, característica da dinâmica da sociedade contemporânea, reforçam esses efeitos.

1.2 ACESSO À INFORMAÇÃO E DIFUSÃO DO PODER

Duas décadas depois de *Power and Interdependence*, Keohane e Nye revisaram seus próprios paradigmas em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*. Sua teoria sobreviveria à “Revolução da Informação”? Creio que sim, já que essa revolução “aumenta o número de canais de comunicação entre as sociedades, que é uma das três dimensões da interdependência complexa” (KEOHANE; NYE, 1998, p. 84). O principal argumento do artigo *Power and Interdependence in the Information Age* (“Poder e Interdependência na Era da Informação”) é que o Estado tradicional, geograficamente baseado, continua resiliente. No entanto sua prevalência depende de manter sua reputação e credibilidade frente a um público com uma sobrecarga de informação.

Keohane e Nye (1998) elencam três tipos de informação: a “informação livre” ou “gratuita” (que atores criam e compartilham informações sem interesse por uma compensação monetária, o benefício é que o receptor acredite na informação); a “informação comercial” (a compensação é financeira, e o emissor não se importa se o receptor crê na mensagem ou não); e a “informação estratégica” (que só tem valor se pertencer exclusivamente a um ator, e não a seus opositores).

O fluxo abundante de informação, segundo os autores, privilegia o *soft power*, que é a habilidade de obter resultados por que “os outros querem o que você quer”, como estratégia nas relações internacionais.

Ele (o *soft power*) depende muito do poder persuasivo da informação livre, que um autor se empenha em transmitir. Se um Estado consegue legitimizar seu poder aos olhos dos outros e estabelecer instituições internacionais que encorajam outros Estados a definir seus interesses de maneira compatível, não precisa investir em custosos recursos de poder como recursos militares ou econômicos (KEOHANE; NYE, 1998, p. 86).

A habilidade de disseminar a *informação livre* aumenta o potencial de persuasão na política mundial, influenciando outros atores a adorar valores e políticas similares. Seria, então, uma vantagem para democracias que são mais “familiares com o livre intercâmbio de informação” (p. 94), e um desafio para Estados autoritários. Mesmo por que numa sociedade em que os meios de produção e transmissão de informação são mais acessíveis os atores não-estatais como a sociedade civil passam a reivindicar seu espaço nesse “cibertabuleiro”.

“Uma porção cada vez maior da população tanto dentro dos países como entre os países tem acesso ao poder que vem da informação”, detecta Nye (2011, p. 114) em *The Future of Power*. Atento ao impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), nessa obra Nye analisa o que ele considera a novidade que caracteriza a política internacional do século XXI: a “difusão do poder”.

A transição de poder de um Estado dominante para outro é um evento histórico familiar, mas difusão de poder é um processo mais novo. O problema para todos os Estados na atual era da informação global é que mais eventos ocorrem fora do controle de até mesmo de Estados mais poderosos (NYE, 2011, p. 113).

Essa “difusão do poder” – como vimos anteriormente, poder é definido como a capacidade de influenciar os outros para alcançar seus próprios objetivos – é a redução das diferenças de poder entre os atores da política internacional consequente da “dramática diminuição nos custos de produção, de processamento, transmissão e busca pela informação” (NYE, 2011, p. 114). Como observa Nye, os governos sempre se preocuparam em regular o fluxo de informação, mas o advento da Internet torna essa tarefa praticamente impossível. Os Estados continuarão a ser os atores dominantes no cenário mundial, como Keohane e Nye sugerem ao longo de sua obra sobre o paradigma da interdependência complexa. No entanto, se considerarmos que a informação empodera também outros atores sociais, os Estados “encontrarão esse cenário cada vez mais abarrotado e difícil de controlar” (idem).

Para Nye, ciberespaço é um domínio operacional caracterizado pelo uso da eletrônica para explorar a informação através de sistemas interconectados (2011, p. 122). A partir disso ele divide os atores no ciberespaço em três categorias: governos, organizações com redes altamente estruturadas e indivíduos com suas redes pouco estruturadas. O baixo custo do

ingresso, o anonimato e facilidade de saída seriam as características que atraem os “indivíduos com suas redes pouco estruturadas” para atuar politicamente nesse ambiente. Tendo em consideração os diferenciais de poder entre eles, “um hacker adolescente e o governo de uma grande potência podem, os dois, causar um prejuízo considerável pela Internet” (NYE, 2011, p. 136).

Ao reivindicar seu espaço na política local ou internacional esses indivíduos exercem o que Castells (2007) define como “contrapoder”, que é a capacidade de um ator social de resistir e desafiar as relações de poder institucionalizadas. Como nossas vidas se estendem no ciberespaço através das TICs é uma questão central na obra de Castells. A noção de uma “Sociedade em Rede” proposta pelo autor através da trilogia “A Era da Informação” (2006), sugere que as sociedades do capitalismo avançado apresentam uma estrutura social construída através de redes de comunicação digitais características do século XXI, em que indivíduos são promovidos de simples receptores a também produtores da informação. Ferramentas como Internet e telefonia possibilitam a “autocomunicação em massa” (*mass self-communication*), a comunicação que é gerada e dirigida por indivíduos em redes horizontais que conectam o local ao global, conforme defende Castells em “Comunicação e Poder” (2009).

Castells não é apenas um distante observador. Em maio de 2011 uniu-se aos jovens espanhóis que tomaram as praças do país no movimento dos *Indignados*. Foi uma *wikirevolución* (como chama o autor) organizada pelas mídias sociais da Internet contra o desemprego e a falta de perspectivas para a juventude do país, e com a demanda de reformas na política. Os protestos coincidiram com as eleições municipais na Espanha. Dessa experiência surgiu a obra *Networks of Outrage and Hope* (“Redes de Indignação e Esperança”, 2012), cujos conceitos podem ser aplicados ao que ocorreu no Irã 2009.

Analisando a *wikirevolución* espanhola e a Primavera Árabe – uma série de manifestações que ocorreram a partir de 2010 em países árabes e do norte da África como Tunísia, Bahrein, Egito, Líbia, Argélia, Síria e Iêmen – Castells mostra como esses movimentos sociais são locais e globais ao mesmo tempo, escapando de um confinamento físico para buscar o engajamento de simpatizantes pelo ciberespaço. O ativista do século XXI atua no “espaço de autonomia”, um local híbrido entre ciberespaço e espaço urbano (CASTELLS, 2012, p. 222). O autor nos mostra que ao democratizar a produção e transmissão de significados, as redes digitais globais de comunicação transformam o processo de formação e do exercício do poder; Estado (e outras instituições como Igreja, exércitos, burocracias) perdem o poder absoluto e o total controle da interação em rede.

No entanto, os dois autores aqui abordados, Nye e Castells, coincidem na ideia de que “tamanho ainda é importante” (NYE, 2011, p. 116). Alguns aspectos da Revolução da Informação podem beneficiar os atores menores; no entanto atores que já são “grandes e poderosos” também se fortalecem nesse contexto. O ciberespaço também é cenário para repressão, para o exercício do *hard* e do *soft power* por parte dos governos (como será melhor desenvolvido no capítulo 5 desta dissertação).

Um exemplo: assim como ocorreu no Irã, os governantes de países onde ocorreram os levantes populares da Primavera Árabe também viram na Internet um inimigo. No Egito, em 2011, o então presidente Hosni Mubarak (que estava no poder havia 30 anos) ordenou que os provedores de Internet e empresas de telefonia celular interrompessem seus serviços durante cinco dias – a fim de desestabilizar o movimento de oposição à sua ditadura, que tomou conta do país a partir da Praça Tahrir, na capital Cairo (*tahrir*, em árabe, significa libertação). A medida afetou principalmente a economia do país, provocando um prejuízo estimado em 90 milhões de dólares, e ilustrando o que Morozov (2011) chama de “dilema de ditador”: a estabilidade e o crescimento econômicos, hoje tão dependentes das tecnologias digitais, são incompatíveis com um governo totalitário?

Para Nye (2011), o ciberespaço é um ambiente volátil, criado pelo homem. Um ambiente que mesmo os Estados mais poderosos terão dificuldade de dominar, pelo menos da mesma como têm dominado outros recursos como o mar, ou o espaço aéreo e a terra. A volatilidade do ciberespaço não significa igualdade de poder ou substituição dos Estados como os atores mais importantes. Significa que política mundial não será mais território ocupado apenas por governos estatais.

Tanto indivíduos como organizações privadas, desde corporações, ONGs a grupos terroristas, estão empoderados em desempenhar papéis diretos na política mundial. A disseminação da informação significa que o poder estará mais distribuído e redes informais serão capazes de burlar o monopólio da burocracia tradicional. A velocidade da Internet significa que todos os governos têm menos controle sobre suas agendas. Líderes políticos terão menos liberdade antes de reagir a eventos, e terão que dividir o cenário com outros atores (NYE, 2011, p. 116).

Nesse capítulo apresentei os referenciais teóricos que direcionaram esta pesquisa. No capítulo seguinte destaco algumas passagens da história do Irã que nos ajudam a compreender os fatores que provocaram o movimento de contestação após as eleições presidenciais de 2009.

2 IRÃ: NA ROTA DE “FURACÕES POLÍTICOS”

Ao embarcar no avião que o levaria para o exílio em 1979, o xá Mohammed Reza Pahlevi carregava nos bolsos um punhado de terra. Repetiu o que o pai, Reza Shah Pahlevi, fizera ao também ser forçado a deixar o país durante a II Guerra Mundial – quis levar consigo um pouco do Irã (DABASHI, 2007).

Um pouco do mesmo solo que, mais de trinta anos depois, a jovem atriz Golshifteh Farahani está proibida de pisar. Como punição por ter aparecido nua numa campanha publicitária para o prêmio do cinema francês Cesar, em 2012, Farahani foi banida do seu país. “O exílio é uma tortura”, disse a atriz em entrevista ao jornal britânico *The Guardian* (2012).

De Pahlevis a Farahanis, iranianos banidos e auto-exilados recriam seus pequenos Irãs – como a *Teehrangeles* da cidade norte-americana de Los Angeles, onde fica a maior comunidade de iranianos fora do país – relutando em cortar o cordão que os une à terra natal.

Mas a terra por tantos adorada tem sido representada de maneira bem mais ameaçadora e desafiadora em manchetes de jornais, seja pela determinação em desenvolver a energia nuclear, pela supressão de liberdades civis, ou pelo antagonismo com o Ocidente. O país é um integrante do “eixo do mal”, conforme declarou o ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush. Para Vizentini (2012) o Irã é “mais conhecido através de um ‘discurso caricatural’ do que por sua complexa realidade”. Talvez a descrição mais acertada seja a do ex-presidente iraniano Mohammad Khatami, em seu discurso proferido na Organização das Nações Unidas em setembro de 2005: sua localização geográfica “excepcional” conectando civilizações entre Ásia e Europa, coloca o Irã na rota do comércio internacional, do intercâmbio cultural, de brisas prazerosas, mas também de “furacões políticos”.

E são furacões políticos internacionais e domésticos. Desde a Revolução Constitucional que deu origem à assembleia legislativa no século XIX aos protestos do Movimento Verde em 2009, os iranianos não hesitam em sair às ruas e clamar por mudanças – mulheres, estudantes, e coligações inusitadas entre conservadores e progressistas teimam em protagonizar a história, mesmo sob uma sucessão de regimes totalitários.

O Irã tem uma história grandiosa, e qualquer tentativa de condensá-la em algumas páginas é arriscada. No entanto, é um risco necessário nesta pesquisa: neste capítulo destaco alguns episódios da história iraniana que nos auxiliam a compreender o contexto em que ocorrem as manifestações de 2009, assim como a relevância do país na geopolítica mundial.

2.1 O IMPÉRIO PERSA

A primeira declaração de direitos humanos teria sido originada no Irã. O “Cilindro de Ciro”, peça em argila de 539 A.C., foi escrito pelo Imperador Persa após sua conquista da Babilônia. Há uma réplica no prédio da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Nela Ciro, O Grande, demonstra benevolência com povos conquistados, declara liberdade de religião e igualdade de direitos para todas as raças, liberta escravos e promete restaurar templos destruídos em combate.¹ O império de Ciro, o Grande, compreendia mais de 20 diferentes povos, que obedeciam a um governo central sediado em Pasárgada. A capital construída no século VI A.C. com contribuições dos povos conquistados faz parte do Patrimônio Mundial da UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Na época de Dario I o império da dinastia Aquemênida atingiu seu apogeu, alastrando-se do Mar Mediterrâneo ao Rio Indo, pela Ásia, África e Europa. As províncias, ou *satrapias*, eram interligadas por um audacioso sistema de estradas. Dario cunhou moedas de ouro e prata para dinamizar o efervescente comércio – dessa época teriam surgido palavras que formam nosso vocabulário, como *bāzār* (bazar ou mercado). Foi no reinado de Dario que se ergueu a cidade de Persépolis, em 518 a.C. Era um complexo de palácios, centro de governo e local para cerimônias e festivais. Hoje é uma relíquia arqueológica, também protegida pela UNESCO, localizada 650 km ao sul da capital iraniana, Teerã.

A grandeza e o avanço político, cultural e econômico do Império Persa eram tamanhos, que depois de conquistá-lo no ano 330 A.C. Alexandre Magno, o lendário Rei da Macedônia, adotou o mesmo sistema de governo e promoveu um casamento em massa entre seus soldados e mulheres persas – o próprio Alexandre teve duas esposas persas, Roxana e Estatira, filha de Dario III, o imperador a quem derrotou. Depois dos gregos, a região seria invadida por árabes, turcos, mongóis. Em 1502 os persas retomam o poder, e as sucessivas dinastias Safávida, Zand, Afjar e Qajar tratam de reerguer o império.

O Irã da atualidade é localizado na Ásia (faz parte do bloco do Oriente Médio), cercado pelos golfos de Oman e Pérsico, e pelo Mar Cáspio; com fronteiras terrestres com Iraque e Turquia, Armênia e Azerbaijão, Turcomenistão, Afeganistão e Paquistão. A população iraniana é jovem e urbana: 70% têm menos de 30 anos, 71% dos iranianos vivem nas cidades (a capital Teerã concentra um décimo da população). O islamismo é a religião

¹ Segundo o British Museum, onde a peça original está preservada, trata-se de uma tradição da Mesopotâmia segundo a qual reinados começavam com uma declaração de reformas.

oficial, praticada por 98% da população.² O índice de alfabetização chega a 92.4 % entre iranianos na faixa dos 10 aos 49 anos.³

O maior patrimônio natural do país é o petróleo. Segundo a *National Iranian Oil Company* (NIOC), o Irã tem 10% das reservas mundiais de petróleo, e 18% das reservas mundiais de gás natural. É o segundo maior produtor da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), seguindo a Arábia Saudita. O Irã tem 40 campos de exploração, a maioria localizada no sudoeste do país, próximo à fronteira com o Iraque e às margens do Golfo Pérsico.

Essa riqueza tem colocado o Irã nas ambições estratégicas de vários Estados ao longo de sua história.

Os primeiros poços rentáveis de petróleo foram descobertos entre 1905 e 1908 por exploradores britânicos. Ainda sob o nome Pérsia, a região era dominada por britânicos e russos que ali chegaram à época da expansão dos impérios coloniais europeus – fim do século XVIII e ao longo do século XIX. Os russos entraram pela região da Ásia Central; os britânicos, pelo Golfo Pérsico. E os dois países passaram a influenciar diretamente na administração do país.

Isso deu origem à noção – que se tornou mais prevalente no século seguinte – que mãos estrangeiras controlam o Irã, que conspirações estrangeiras determinam o andamento dos eventos, e que por trás de cada crise doméstica se escondem poderes externos. O estilo de política ‘paranoico’ que muitos identificam no Irã moderno teve sua origem no século dezanove (ABRAHAMIAN, 2008, p. 36-7).

Foi o descontentamento com a crescente influência estrangeira que motivou a Revolução Constitucional, no início do século XX: clero e comerciantes se uniram em protesto contra a dinastia Qajar, que fazia concessões cada vez maiores à Grã Bretanha em troca de recursos que financiassem um estilo de vida luxuoso. A revolta culminou com a criação de uma assembleia legislativa, o *Majilis*, em 1906.

Em 1909 é criada a *Anglo-Persian Oil Company*, empresa privada que explora poços de petróleo no sul do país; em troca da concessão uma porcentagem dos lucros é repassada ao governo iraniano. A AIOC passa a ser controlada pelo governo britânico em 1914, garantindo um suprimento constante de petróleo a preços reduzidos para a marinha real, o que seria

² Dados demográficos do CIA Factbook, manual da Central Intelligence Agency, a agência de inteligência norte-americana. De acordo com estimativa do CIA Factbook para 2013, a população iraniana é de 79.853,900 pessoas. Segundo o serviço de estatística do governo iraniano, o Statistical Centre of Iran, o país tem 77.270,889 habitantes.

³ Dados do Statistical Centre of Iran.

crucial durante a Primeira Guerra. A influência britânica aumenta depois da Revolução Bolchevique de 1917, quando o governo russo abdicou de seus interesses no país.

Foi com o apoio da Grã-Bretanha que em 1921 um oficial da Brigada Cossaca do exército persa, Reza Khan, estabeleceu sua influência e promoveu um golpe contra a dinastia Qajar, que reinava havia 131 anos. Surgia então a dinastia Pahlevi.

2.2 A ERA DO XÁ: SOB O VÉU OCIDENTAL

Durante o reinado de Reza Shah (1921-1941) o Irã foi transformado de uma monarquia medieval em um moderno Estado-nação com uma série de reformas na infraestrutura. O xá (palavra que significa *rei* ou *imperador* em persa) investiu em saúde pública e educação, promoveu a exploração de recursos naturais, a industrialização, construiu uma rede ferroviária – a Ferrovia Trans-iraniana, que atrairia interesse das forças aliadas durante a II Guerra Mundial. Também promoveu a centralização da burocracia, a modernização do poder judiciário, treinou e equipou as forças armadas. As mudanças inspiradas na modernização da Turquia proporcionaram o surgimento de uma classe média profissional, de uma classe operária industrial e a incorporação das mulheres no mercado de trabalho.

O xá influenciou até mesmo no vestuário: baniu as vestimentas de estilo tribal dos tempos dos Qajars e exigiu que os homens (com exceção do clero) vestissem roupas ocidentais.

Outro marco da era Pahlevi foi a criação, em 1934, da Universidade de Teerã, que tem sido a incubadora de muitos dos movimentos políticos e sociais do país, como indicado por analistas e historiadores:

A Universidade de Teerã tornou-se não apenas local das mais progressivas pesquisas e descobertas científicas, mas também local de educação de gerações de intelectuais sejam eles nacionalistas, islamistas ou socialistas. O ativismo estudantil que surge na Universidade de Teerã é rapidamente replicado nas outras grandes cidades (DABASHI, 2007, p. 121).

Todas as minhas lembranças daqueles primeiros anos giram em torno da Universidade de Teerã. Era o umbigo, o centro ao qual todas as atividades políticas e sociais estavam ligadas. Quando, nos Estados Unidos, eu lia ou ouvia sobre as agitações no Irã, a Universidade de Teerã parecia ser o cenário das batalhas mais importantes. Todos os grupos usavam a universidade para fazer suas afirmações (NAFISI, 2005, p. 134).

No entanto, se trazia benefícios para a população, o projeto de modernização do Irã implementado pelo xá visava, principalmente, expandir o poder do Estado a todos os setores, o que era recebido com entusiasmo por alguns e com desconfiança por outros:

Para alguns iranianos e observadores externos ele (o novo Estado) trouxe ordem, disciplina, uma autoridade central e amenidades modernas, desenvolvimento em outras palavras, integração nacional e modernização que alguns consideravam ocidentalização. Para outros, trouxe opressão, corrupção, impostos, perda de autenticidade e uma forma de segurança típica de Estados de polícia (ABRAHAMIAN, 2008, p. 91).

A coroação dos novos tempos veio com a mudança oficial do nome do país, de Pérsia para Irã, em 1934. O governo justificava que o nome Pérsia estava associado com a decadência das dinastias Fars e Qajar, enquanto “Irã” evocava a glória dos arianos: iranianos que haviam estudado na Europa voltavam influenciados pela noção de que pela composição racial seu povo tinha mais afinidade com os nórdicos do que com o resto do Oriente Médio (ABRAHAMIAN, 2008). Em sintonia com os novos tempos, em 1935 a *Anglo-Persian Oil Company* passa a ser chamada de *Anglo-Iranian Oil Company*.

A simpatia de Reza Shah pela Alemanha de Hitler custou-lhe o mandato durante a II Guerra Mundial. Em 1941 o país foi novamente invadido por ingleses e soviéticos com os objetivos de garantir um corredor de suprimentos entre Ásia e Europa e impedir que o petróleo iraniano chegasse aos nazistas. O xá é então obrigado a abdicar em favor de seu filho, Mohammad Reza Pahlevi. Pelo acordo de ocupação, o Irã teria sua integridade territorial garantida e sua soberania restaurada seis meses após o fim da guerra (ABRAHAMIAN, 2008, p. 98).

O reinado do xá Reza Pahlevi foi longo, de 1941 a 1979, com um hiato de cerca de dois anos marcado por um episódio em que o petróleo, novamente, desestabiliza o governo e provoca interferência externa. A partir de 1945, trabalhadores da *Anglo-Iranian Oil Company* fazem uma série de protestos e greves exigindo melhores salários e condições de trabalhos nos campos de exploração de petróleo, indício de que havia um crescente descontentamento com o domínio estrangeiro sobre o maior patrimônio do país. Em 1951 o *Majilis*, o parlamento iraniano, votou pela nacionalização da indústria petrolífera (que permanecia controlada pela Grã-Bretanha mesmo após a II Guerra Mundial) e elegeu um dos maiores defensores dessa nacionalização, Mohammad Mossadegh, como primeiro-ministro.

Seu mandato foi breve: em 1953 Mossadegh foi deposto num golpe, a Operação TP-Ajax, orquestrada por agentes secretos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, países que

tinham o interesse comum controlar a exploração do petróleo iraniano. Documentos que provam a participação da CIA, a agência de inteligência norte-americana, no golpe de 1953 foram revelados somente em 2000. Segundo essa documentação (RISEN, 2000) coube a oficiais da CIA encorajar o xá a retomar o poder, dirigir uma campanha de desordem atribuída a ativistas do partido comunista Tudeh, plantar artigos e charges em jornais que relacionavam Mossadegh a uma situação de crise e instabilidade. Como relata Risen, a Operação TP-Ajax foi o modelo para uma série de ações da CIA para fomentar golpes e desestabilizar governos durante a Guerra Fria, “um plano que criou condições para a Revolução Islâmica de 1979 e a geração de um sentimento antiamericano num dos mais poderosos países do Oriente Médio”. O golpe restituiu ao poder o jovem xá Reza Pahlevi, que governaria com mão-de-ferro e sob a influência dos Estados Unidos.

Reza Pahlevi instaurou a Revolução Branca, um programa de desenvolvimento que, entre outras medidas, estabeleceu a reforma agrária e levou agentes de saúde para a zona rural, deu o direito de voto às mulheres, criou um sistema previdenciário, privatizou empresas gerando uma nova classe de empresários, e promoveu campanhas para erradicar os altos índices de analfabetismo que impediam o crescimento do país.

As iniciativas progressistas, que pareciam ter sido herdadas do programa de governo do seu pai, contrastavam com a severidade com que o xá reinava. Seu governo era sustentado por um considerável poderio militar e pela Savak, a polícia política que perseguia, torturava e eliminava os opositores do regime. Segundo Abrahamian (2008, p. 126), a Savak foi estabelecida com auxílio do FBI norte-americano e da Mossad israelense, tinha cinco mil membros e um desconhecido número de informantes anônimos.

Dabashi (2007) relata que ao chegar em Teerã, onde frequentaria a universidade nos anos 70, recebeu na estação rodoviária um panfleto contendo uma “lista de livros que irão desvirtuá-lo”. A lista incluía “O Chamado da Floresta” de Jack London, “As Vinhas da Ira” de John Steinbeck, e “Hamlet” de Shakespeare. O panfleto era distribuído pela Savak, alertando para a literatura proibida pelo regime do xá – o que tornava essas obras ainda mais atraentes para os jovens estudantes: “Aquele lista tornou-se meu currículo, um mapa para minha educação liberal numa política desafiadora pelos quatro anos seguintes” (DABASHI, 2007, p. 105). Os livros banidos eram repassados clandestinamente, vindos de uma coleção da Escola de Engenharia da Universidade de Teerã. “Por alguma razão bizarra, diferente de departamentos equivalentes das universidades norte-americanas, a Escola de Engenharia da Universidade de Teerã era sempre frequentada pelos estudantes mais progressistas e radicais” (idem, p. 107).

A Savak atuava até no exterior, conforme lembra o diplomata Sérgio Tutikian, que na época era Secretário da Embaixada do Brasil em Teerã (Tutikian também foi Embaixador do Brasil no Irã, de 1994 a 1996). Em entrevista realizada em Porto Alegre, onde o Embaixador reside atualmente, Tutikian comenta que agentes da Savak infiltravam-se entre os estudantes iranianos principalmente em cidades onde se formavam as numerosas comunidades de expatriados, a fim de identificar possíveis opositores do regime.

O projeto de fazer do Irã uma liderança regional e uma grande força militar no Oriente Médio ganhava fôlego com a crescente importância do petróleo na década de 70, e com o apoio dos Estados Unidos. Durante o reinado de Reza Pahlevi, diz Dabashi, “O Irã foi reduzido a um estado-cliente e a uma grande base norte-americana que só perdia em importância militar e estratégica para Israel e Arábia Saudita” (2007, p. 133).

A Revolução Branca, o programa nacional de desenvolvimento de Reza Pahlevi, teve alguns efeitos colaterais. O crescimento da população urbana provocou o surgimento de favelas nas cidades e um elenco de problemas sociais; as divisas da exploração do petróleo ficaram nas mãos de poucos aumentando a concentração de renda e a diferença entre ricos e pobres; os programas sociais não foram suficientes para reduzir a mortalidade infantil e os índices de analfabetismo.

A crise não se limitava aos pobres ou às zonas urbanas. Comerciantes que representavam a tradicional classe média iraniana não conseguiam concorrer com as importações. E os profissionais liberais da nova classe média foram afetados pela inflação e pela falta de liberdade política (TRAUMANN, 2010, p. 7). Detecta-se, no Irã, o fenômeno da “fuga de cérebros”, que é o êxodo de profissionais com formação superior para outros países que ofereçam melhores oportunidades de trabalho: “Nos anos 70 havia mais médicos iranianos em Nova York que em Teerã” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 140). Pequenos agricultores também foram afetados: “A reforma agrária não levava água ou eletricidade à zona rural. O xá queria um Irã moderno, mas esquecia que a área rural, que dominava o país, vivia na Idade Média” (PINTO, 1999, p. 80).

Mas o *Shahinshah, Arya Mehr* – “Rei dos Reis” e “Luz da Raça Ariana”, títulos que o xá adotou – parecia viver em um outro Irã, um Irã bem distante da iminente crise política e social. Em outubro de 1971 Pahlevi reuniu governantes de todo o mundo para a luxuosa celebração dos 2500 anos da fundação do Império Persa por Ciro, o Grande. Uma comemoração tomada de superlativos. A festa foi em Persépolis. Seiscentos convidados foram alojados numa cidade-tenda que tentava replicar a capital persa da época de Dario, o Grande. Eles eram transportados entre as cidades vizinhas de Shiraz (onde desembarcavam) e

Persépolis (onde ocorria parte das celebrações) em carros de luxo. O banquete principal durou mais de cinco horas, e as refeições foram servidas em baixelas de ouro.

A extravagância foi criticada pela oposição. O *Islamic Revolution Document Center* (centro de documentação da Revolução Islâmica, instituto de pesquisa não-governamental sediado em Teerã) descreve assim o evento em texto no seu website: “O principal objetivo do xá era engrandecer seu sistema monárquico e sua eminência a fim de esconder sua personalidade fraca atrás do glamour de artigos caros e luxuosos, em prejuízo da oprimida nação iraniana”.⁴

“Toda a realeza e chefes de estado relevantes na época estavam presentes”, lembra o Embaixador Sérgio Tutikian, que participou do evento com a comitiva que representava o Brasil. O Embaixador comenta que a festa foi marcada por uma “opulência”: os convidados estavam “proibidos” de gastar seu próprio dinheiro pois os traslados, a hospedagem, até *souvenirs* ou despesas em salão de beleza eram custeados pelo governo iraniano. Em protesto, recorda o Embaixador Tutikian, ornamentos alusivos aos 2500 anos do império persa, que decoravam as ruas da capital Teerã, eram sistematicamente destruídos pelo povo à noite – somente para serem reinstalados no dia seguinte.

De acordo com o Embaixador Sérgio Tutikian, até 1973 as relações entre Brasil e Irã eram “puramente protocolares, de representação”. O Brasil investiu em uma aproximação comercial com o Irã durante a crise do petróleo de 1973, quando países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) controlaram o mercado do petróleo numa reação ao apoio dos Estados Unidos à Israel na Guerra do Yom Kippur (conflito entre Israel e uma coalisão de países árabes liderados por Síria e Egito). Nessa época, recorda o Embaixador Tutikian, o governo brasileiro inaugurou em Teerã agências do Banco do Brasil e da Interbrás, braço comercial da Petrobrás. Após a Revolução Islâmica, a Embraer vendeu 14 aviões modelo Tucano para o Irã. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve uma aproximação diplomática mais acentuada entre os dois países, sobretudo com a intenção de promover alianças estratégicas e a cooperação Sul-Sul.⁵

⁴ Disponível em: <<http://www.irdc.ir/en/calendar/291/default.aspx>>.

⁵ Para mais sobre a política externa da administração Lula (2003-2010) para o Irã e Oriente Médio, ver Alles, 2012.

2.3 A ASCENSÃO DE KHOMEINI

O xá Reza Pahlevi também mantinha um triste recorde em relação ao tratamento de sua oposição: a Anistia Internacional o considerava um dos maiores violadores de direitos humanos no mundo. Para livrar-se dessa imagem, o xá prometeu que a Cruz Vermelha Internacional teria acesso às prisões iranianas, que entidades estrangeiras poderiam monitorar julgamentos e liberdade para presos políticos. Essa breve abertura, ao final dos anos 70, permitiu que uma onda de organizações de advogados, acadêmicos, jornalistas, estudantes e comerciantes, aparecessem ou reaparecessem, como lembra Abrahamian (2008).

Para Dabashi (2007), a Revolução de 1979 não começou em Teerã, mas na capital norte-americana, Washington. Em 1977 o xá Reza Pahlevi foi aos Estados Unidos discutir uma série de assuntos com o recém-eleito Presidente Jimmy Carter, incluindo o tema da violação dos direitos humanos – tema que é prioridade, até hoje, na agenda de Carter. O encontro foi acompanhado por uma demonstração que ocorria em frente à Casa Branca contra o xá e o abuso dos direitos civis dos iranianos. A polícia usou gás lacrimogênio para dispersar a multidão e, como recorda Dabashi:

O vento soprou o gás para o gramado da Casa Branca, onde o presidente e a primeira-dama estavam recebendo oficialmente o xá e a rainha. O xá usou um lenço branco para secar suas lágrimas. O Presidente Carter subiu ao pódio para discursar e fez uma meia piada para desculpar-se pela poluição temporária na capital. As imagens do xá e do presidente secando suas lágrimas tornaram-se um ícone do início da revolução no Irã (DABASHI, 2007, p. 156).

A oposição efervescia e protestos aconteciam em ruas das maiores cidades do país. A tensão social intensificou o radicalismo político e abriu espaço para a ascensão do líder religioso Ruhollah Khomeini.

Khomeini nasceu em 1902, numa família religiosa que dizia ser descendente do Profeta Maomé. A família era pobre, mas Khomeini, último de seis filhos, frequentou a escola. Começou a lecionar nos anos 30 e ficou conhecido por sua oratória e por misturar religião e filosofia com comentários sócio-políticos. Entrou na política efetivamente ao fazer oposição pública à Revolução Branca do xá. Deportado, dedicou-se a desenvolver uma nova interpretação do Islã, combinando conservadorismo clerical com radicalismo populista. Em 1965 muda-se para o Iraque, onde se torna o principal porta-voz da oposição ao xá no exterior.

Com uma longa barba branca, sobrancelhas negras e fartas, sempre vestindo um característico robe preto que compunha uma figura sisuda, Khomeini tornou-se um líder carismático. Do exílio, pregava que a monarquia era uma instituição pagã da era do politeísmo incompatível com o Islã, denunciava o xá por apoiar Israel contra o mundo islâmico e se aliar ao ocidente na Guerra Fria, por favorecer amigos e parentes e gastar com a expansão militar em detrimento da agricultura, o que transformava o Irã num “depósito” para empresas norte-americanas.

Seus inflamados discursos incitando a mobilização pela derrubada do xá eram contrabandeados para o Irã em fitas cassetes distribuídas através dos centros de ativismo político em que se transformaram as mesquitas, que permaneciam solo sagrado intocado pela Savak. “A imagem de Khomeini é icônica hoje, mas até seu retorno para o Irã muitos iranianos conheciam apenas sua voz, nunca o tinham visto” (RUBIN, 2009).

Khomeini foi apoiado por uma inusitada aliança: “Em torno da figura de Khomeini uniram-se os esquerdistas, comunistas e socialistas, os liberais e os muçumanos tradicionalistas e ortodoxos” (PINTO, 1999, p. 26). Como relata Milani (In: ESPOSITO, 1997), foi como se a nação inteira tomasse conta do seu próprio destino: “As pessoas participavam de demonstrações, de preces públicas e de sessões de leitura de poesias. Elas formaram partidos políticos, publicaram jornais, ocasionalmente recorriam à violência, e faziam greves” (p. 77). O movimento contra o xá e em prol de Khomeini ganha as ruas iranianas. Multidões fazem coro às palavras de ordem *Marg Bar Dictator!*, ou “morte ao ditador” em persa. “O exército passa a desobedecer aos comandos de atirar nos manifestantes. As deserções chegam a mil por dia” (TRAUMANN, 2010, p. 9).

Enquanto isso o xá, alienado de praticamente todos os setores da sociedade iraniana, estava “sentado sobre um vulcão” (conforme Abrahamian, 2008): a revolução entrou em erupção por causa da oposição intensificada e das imensas pressões que cresceram através das décadas no âmago da população iraniana.

Em janeiro de 1979 o xá aponta Shapour Bakhtiar, um democrata liberal, para um governo de reforma e no dia 16 de janeiro deixa o Irã. Khomeini foi saudado por multidões ao retornar do exílio em fevereiro de 1979. Em 1º de abril de 1979 o país é oficialmente declarado uma República Islâmica, cuja autoridade máxima é o aiatolá Khomeini – declarado o Líder Supremo, um cargo vitalício.

Para uma definição do islamismo recorro a Vizentini (2012, p. 16): “A religião islâmica surgiu no século VII, no interior da península arábica, com a revelação divina a

Maomé (transformado em seu profeta), unificando as tribos nômades do deserto, que viviam à margem das lutas entre os impérios do litoral”.

O islamismo praticado no Irã é o xiita, adotado pela Dinastia Safávida no século XVI. A ruptura entre xiitas e sunitas ocorreu após a morte de Maomé, em função de divergências sobre a escolha do sucessor: os xiitas acreditavam que o sucessor deve ser descendente direto de Maomé; os sunitas preferiam um líder com senioridade e sabedoria que com laços sanguíneos como profeta. Os praticantes do xiismo são minoria, correspondem a 10% dos praticantes do islamismo, segundo várias fontes. Algumas práticas, como a celebração de mártires, são bem particulares desse braço do islamismo.

As duas correntes, sunita e xiita, influenciam a delicada geopolítica da região. Enquanto no Irã a religião oficial é o islamismo xiita, entre os povos árabes a maioria é sunita – caso, por exemplo, da Arábia Saudita, país que é tradicional aliado dos Estados Unidos. Nesse tabuleiro, o governo iraniano apoia o Hezbollah, grupo militante xiita baseado no Líbano que se opõe diretamente a Israel, outro velho aliado norte-americano. A religião determinou a posição do Irã diante dos levantes populares derivados da Primavera Árabe a partir de 2010. Diante do conflito entre rebeldes e governo na Síria, o Irã declara apoio à família que reina no país desde os anos 70, que é alauíta, um braço do xiismo, enquanto a maioria da população é sunita. No Bahrein ocorre o contrário: o Irã simpatiza com o povo, de maioria xiita, que é governado por uma minoria sunita.

Essa tendência é retratada em reportagens do Tehran Times, periódico da República Islâmica do Irã para o público estrangeiro. A edição online de 02 de dezembro de 2012 noticia uma entrevista coletiva em que Ali Akbar Velayati, um conselheiro sênior do governo, declarava total apoio ao governo sírio: “Defender a Síria é defender sua integridade territorial e os direitos do povo sírio contra aqueles reacionários que explodem bombas com o apoio de ocidentais”. Apesar de reconhecer que o país precisa de reformas internas, ele afirmou que o Irã não pouparia esforços para apoiar o regime de Assad.

O mesmo Tehran Times trazia a seguinte reportagem em 11 de novembro de 2012: *Bahrain deploys National Guard against protesters* (ou “Bahrein utiliza Guarda Nacional contra manifestantes”). Ao atualizar o conflito entre os cidadãos xiitas e os governantes sunitas, o periódico relatava que “O governo bareinita lançou um ataque brutal aos pacíficos manifestantes e chamaram forças dos países vizinhos do Golfo Pérsico lideradas pela Arábia Saudita”.

O islamismo não é apenas a religião oficial do Irã, mas rege todo o governo. O conceito de *velayat-e-faqih* ou “governo do jurista” foi desenvolvido pelo aiatolá Khomeini e

concede ao líder religioso o poder de governar e interpretar a sharia, que é o código moral do islamismo, baseada no Corão. O Irã da Revolução Islâmica é um país sob um sistema teocrático, um sistema político híbrido que tenta combinar democracia com o islamismo. Apesar de seguir os modelos ocidentais com um presidente eleito pelo povo e o poder dividido entre Executivo, Legislativo e Judiciário, a constituição da República Islâmica confere ao Líder Supremo, como o título sugere, uma ampla autoridade. O Líder Supremo, que é apontado pelo clero, influencia as decisões dos três poderes seguindo os “interesses do Islã”, pode declarar guerra e paz, mobilizar as forças armadas e apontar comandantes, vetar candidaturas à presidência e derrubar presidentes eleitos, supervisiona agências de inteligência e a televisão e rádio estatais.

O organograma da República Islâmica combina cargos eleitos pelo voto direto com cargos apontados, o que Milani (In: ESPOSITO, 2007, p. 82) caracteriza como uma “soberania popular limitada”: “A constituição estabelece que o poder, a essência da soberania popular, emana de Deus, do *faqih* e do povo, nesta ordem”.

A Assembleia dos Peritos consiste de 86 clérigos eleitos pelo voto popular para um mandato de oito anos. Sua função é escolher o Líder Supremo e monitorar suas atividades – e é o único órgão do governo que tem o poder de destituí-lo.

O Conselho dos Guardiões da Constituição é uma peça-chave desse intrincado sistema de governo, é o órgão que garante que as leis aprovadas pelos parlamentares estejam de acordo com a constituição do país e com a conduta islâmica, e que aprova os candidatos para as eleições presidenciais depois de assegurar que eles sejam fiéis ao islamismo e leais ao Estado. O Conselho dos Guardiões é formado por seis teólogos apontados pelo Líder Supremo e seis juristas indicados pelo *Majilis*. O *Majilis* é a assembleia legislativa do país, com 290 membros eleitos pelo voto popular a cada quatro anos.

As negociações entre o Conselho dos Guardiões e o *Majilis* são intermediadas pelo Conselho de Discernimento, criado em 1988. São 31 membros, todos indicados pelo Gabinete do Líder Supremo.

A política do país também depende das forças de segurança. A Guarda Revolucionária Islâmica, que tem ligação com o setor mais conservador do governo, foi criada em 1979 com o objetivo de “proteger a revolução”. “Ao mesmo tempo, era uma contrapartida ao exército comum que serviu sob as ordens do xá, o qual Khomeini temia que não seria totalmente leal ao novo regime”, diz Christensen (2010, p. 21).

A *Basij* é uma força paramilitar criada no mesmo ano de 1979 para também proteger o Irã da influência estrangeira e, principalmente, de inimigos domésticos. Ela é mobilizada,

sobretudo, em épocas de crise, caso dos protestos após as eleições de 2009. Seu contingente é formado primordialmente de jovens voluntários que são recompensados com vagas em universidades e cargos no serviço público. Essa força paramilitar também conta com uma divisão feminina, a *Basij Sisters* (ou “irmãs basij”). Durante a guerra contra o Iraque o governo iraniano montou campos de treinamento especiais para as mulheres, que foram enviadas para o *front* como enfermeiras ou cozinheiras. Em 2009, as *Basij Sisters* agiram, principalmente, na repressão às mulheres que participavam das manifestações.

Milani (1997) explica que a República Islâmica incorporou diversos segmentos da população no processo político, institucionalizando sua base de apoio através da religião, principalmente. Lembrar o 40º dia da morte de uma pessoa tornou-se um ritual político e emocional, sobretudo com o assassinato de manifestantes nas demonstrações contra o xá, na época da revolução. As preces públicas também ganharam o caráter de grandes mobilizações carregadas de mensagens políticas. Fenômenos que, para o autor, explicam a notável resistência do Irã às pressões internas e externas. “Os dois primeiros anos da Revolução Islâmica foram a era dourada da política de massa no Irã. Centenas de partidos políticos e sindicatos foram formados, centenas de jornais foram formados. Os iranianos sentiam-se livres” (MILANI, In: ESPOSITO, 1997, p. 83).

Mas o líder que representava uma mudança, que fora aclamado por multidões nas ruas iranianas, não tardaria para mostrar uma faceta nada democrática.

O regime censurou jornais, livros, filmes e as ondas do rádio; reescreveu livros didáticos para eliminar qualquer descrição favorável à monarquia e a heróis seculares, baniou o uso de nomes pessoais europeus e removeu de espaços públicos qualquer referência a monarcas anteriores, até mesmo os mais antigos (ABRAHAMIAN, 2008, p. 177).

Além de tentar reescrever a história do país, a República Islâmica adotou práticas ditatoriais que pouco se diferenciavam do regime anterior, como lembra Dabashi: “A tirania do xá parecia patética diante da violência a que Khomeini submeteu a nação”. A oposição era executada brutal e sumariamente.

Veteranos do exército e políticos idosos eram presos e executados, assim como jovens revolucionários, ativistas, rebeldes curdos, mulheres que protestavam contra o código medieval de conduta a que eram submetidas, líderes de minorias religiosas, escritores, poetas, jornalistas – toda e qualquer pessoa que se atrevesse a fazer o menor protesto contra a cruel teocracia que Khomeini sonhou, ordenou, legislou com punições sem precedentes, com precisão e convicção mística (DABASHI, 2007, p. 163).

Enquanto isso o xá Reza Pahlevi, doente de câncer, peregrinava em busca de um asilo político: Marrocos, Panamá e México, antes de se estabelecer com a família nos Estados Unidos, onde foi internado para tratamento médico.

A chegada do xá aos Estados Unidos deflagra a “Crise dos Reféns”, episódio que marca o rompimento das relações diplomáticas entre Irã e Estados Unidos. Exigindo a deportação do xá para julgamento no Irã, um grupo de estudantes invade a embaixada norte-americana em Teerã em novembro de 1979, fazendo 52 reféns. O ato voluntário dos estudantes ganharia o apoio do aiatolá, num pronunciamento transmitido pela televisão. “Com esse gesto Khomeini transformou um protesto estudantil em um ato de terrorismo apoiado pelo Estado, já que estava, em rede nacional, dando seu aval a um sequestro, iniciando uma enorme crise internacional” (TRAUMANN, 2010, p. 14). A crise se arrastaria por longos 444 dias. Durante as negociações o governo norte-americano congelou os bens iranianos no país e empreendeu uma fracassada missão militar secreta para tentar libertar os reféns (em abril de 1980): a queda de um helicóptero no deserto iraniano matou oito soldados norte-americanos.

O xá Reza Pahlevi faleceu em julho de 1980, no Egito, mas a crise continuou dominando o restante do mandato do então presidente norte-americano, o democrata Jimmy Carter (que tentou a reeleição em 1980). Os reféns foram libertados em 20 de janeiro de 1981, 20 minutos após o discurso de posse do republicano Ronald Reagan. Um acordo garantira a troca dos reféns pela devolução de oito bilhões de dólares pertencentes ao Irã congelados nos Estados Unidos. O prédio da embaixada dos Estados Unidos em Teerã virou atração turística. É conhecido como “den of espionage”, ou o ninho da espionagem. Seus muros são cobertos por grafites e mensagens antiamericanas. A visita interna, no entanto, é proibida porque o prédio fortemente policiado serve como um centro de treinamento da Guarda Revolucionária Iraniana.

Dabashi (2007) relaciona uma série de eventos que marcam a mudança geopolítica na região e um novo curso nas relações entre Irã e Estados Unidos: o sucesso da Revolução Islâmica e a consequente queda do xá, o “vexame” internacional que foi o fracasso em libertar os reféns norte-americanos, e a fabricação de dois grandes inimigos (Saddam Hussein e Osama Bin Laden) em decorrência da Guerra Irã-Iraque.

O conflito Irã-Iraque foi provocado pelo descumprimento de acordos que dispunham sobre fronteiras terrestres e fluviais, como na região Chatt al-Arab (oeste do Irã), um estuário onde se encontram os rios Eufrates e o Tigre, que liga o Iraque ao Golfo Pérsico, e por onde é escoado parte do petróleo produzido no país. A guerra arrasou as duas nações entre 1980 e

1988, deixando um saldo de vítimas fatais estimado em 400.000 iranianos e 300.000 iraquianos.

Conforme Milani (1997), a guerra com o Iraque permitiu que as forças pro-Khomeini mobilizassem uma porção ainda maior das populações pobres, sobretudo na zona rural, onde multidões de jovens foram recrutadas para a força paramilitar *Basij*. Como recorda Alavi,

Todos e quaisquer métodos foram usados para atingir seus propósitos, até o que ficou conhecido como ondas humanas, quando milhares de soldados iranianos, principalmente meninos e jovens de dez a dezesseis anos e homens de meia-idade e velhos limpavam os campos minados caminhando sobre eles. Muitos jovens foram atraídos pela propaganda do governo que lhes oferecia uma vida heroica e aventureira na frente de batalha e os encorajava a se alistar na milícia, mesmo contra o desejo de seus pais (ALAVI, 2005, p. 302).

Enquanto isso, nas cidades constantemente bombardeadas, aumentava a censura e a repressão a dissidentes.

No contexto da geopolítica internacional, o conflito apareceu como uma oportunidade para os Estados Unidos criarem uma zona de contenção entre o Irã e outros países do Oriente Médio, armando Saddam Hussein e os iranianos ao mesmo tempo numa “Doutrina de Contenção Dupla”. O caso Irã-Contras, ou *Irangate*, posiciona o Irã novamente no tabuleiro do intrigante jogo da política externa norte-americana. Em 1986 o presidente Ronald Reagan secretamente facilita a venda de armas para o Irã (que estava sob embargo) com o objetivo de libertar reféns detidos pelo Hezbollah, grupo xiita islâmico libanês que teria conexão com a Guarda Revolucionária Islâmica. Israel repassaria as armas para o Irã, e o dinheiro da transação financiava as forças contrarrevolucionárias na Nicarágua.

Nessa mesma época, a Guerra Fria leva os Estados Unidos a patrocinar uma Guerra Santa, ou *jihad*, na fronteira leste do Irã. Tropas soviéticas haviam invadido o Afeganistão, que até então era alinhado com o “mundo ocidental”. Para enfrentar a União Soviética de forma indireta, o governo norte-americano incita jovens revolucionários de países vizinhos como a Arábia Saudita a defender o islamismo na região, financia armamentos e treina os combatentes. O jovem milionário Osama Bin Laden é um dos primeiros sauditas a chegar à região. Mais tarde, formaria a Al Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos.

Para Dabashi (2007), aprisionado dentro de suas fronteiras pelos dois conflitos (nos vizinhos Iraque e Afeganistão), o Irã teve a energia robusta e saudável de uma revolução internalizada e transformada numa repressão ainda mais severa.

É importante lembrar que quando a Revolução Iraniana começou ela não era uma revolução islâmica, ela mudou-se em um movimento radical islâmico através de um processo longo, repressivo, brutal e calculado, com os seguidores de Khomeini sistematicamente destruindo todos seus rivais políticos, tanto islamistas quanto seculares (DABASHI, 2007, p. 183).

Nessa época o país era presidido pelo aiatolá Ali Khamenei, eleito por dois mandatos consecutivos (ele foi presidente de 1981 a 1989). Khamenei, um dos líderes da Revolução Islâmica, vivia no exílio na França no final dos anos 70 por contestar o regime do xá Pahlevi. Em 1990, com a morte de Khomeini, assumiu o cargo de Líder Supremo da República Islâmica do Irã. Ele foi substituído na presidência por Hashemi Rafsanjani.

2.4 UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO ENTRE AS CIVILIZAÇÕES

A chegada ao poder de Sayed Mohammad Khatami, líder do Movimento Reformista Iraniano, marca uma tentativa de realocar o Irã na geopolítica internacional. Eleito em 1997 com 69% dos votos, e reeleito em 2001 com 77% dos votos, Khatami pregava transparência na política interna e a derrubada da “parede de desconfiança” entre o Irã e países como Estados Unidos. Sua agenda reformista pregava a liberalização política e aumento das liberdades civis, transparência na economia, limitar o mandato abusivo do clero.

É nesse espírito que ocorre a participação norte-americana na Taça Takhti, em fevereiro de 1998. Era a primeira vez que cidadãos dos Estados Unidos pisavam em solo iraniano desde a “Crise dos Reféns”. A competição de luta-livre (assim como o futebol, a luta-livre é um dos esportes preferidos dos iranianos), ironicamente, celebra o aniversário da Revolução Islâmica de 1979. Cinco atletas americanos competiram; a final foi entre o americano Melvin Douglas e o iraniano Abbas Jadidi, que venceu a disputa.

Em setembro de 2000 o então presidente iraniano Mohammad Khatami proferiu na ONU um discurso intitulado “Diálogo entre Civilizações”. Apesar dos títulos antagônicos, o discurso de Khatami trazia mensagem semelhante ao artigo *The Clash of Civilizations?* (ou “Choque das Civilizações”), publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs* pelo cientista político Samuel Huntington.

Huntington (1993) sugeria que no período pós-Guerra Fria as nações se confrontariam por causa de tensões irreconciliáveis entre distintas civilizações, argumentando que a origem fundamental dos conflitos deixaria de ser ideológica ou econômica para ser cultural. Os Estados-nação continuariam sendo os atores proeminentes da política internacional, mas os

conflitos seriam travados entre grupos de nações diferentes oriundos de uma mesma civilização. Para contextualizar, Huntington relaciona “sete ou oito” civilizações: Ocidental, Confuciana, Japonesa, Islâmica, Hindu, Eslávica-Ortodoxa, Latino Americana e “possivelmente”, a Africana. Uma civilização, ele define, é um agrupamento humano em função de uma história comum, idioma, tradição, cultura e “mais importantemente, religião”. A religião, para o autor, seria ao mesmo tempo motivo de identidade e de discriminação – mais que a etnia. “Uma pessoa pode ser meio francesa e meio árabe ou ter dupla nacionalidade. Mas não pode ser meio católica e meio muçumana”, exemplifica Huntington (1993, p. 27). Lembra o autor, “O que é você?”, ou qual religião você segue, é uma pergunta cuja resposta já representou uma sentença de morte da Bósnia ao Sudão.

Seguindo esse argumento, a identificação através da religião seria uma resposta à ameaça de homogeneização que surge com a globalização e o estreitamento de fronteiras (pelo acesso às novas tecnologias de informação e comunicação). Para Huntington (1993) esses são processos que ao aproximar os povos também intensificam uma consciência a respeito de diferenças e semelhanças entre as civilizações. “A religião surge para preencher esse vácuo, muitas vezes na forma que se costuma rotular como fundamentalismo” (p. 26). Governos e grupos tendem a mobilizar aliados apelando para uma religião em comum, principalmente quando é o caso de combater o empenho do Ocidente em “promover seus valores de democracia e liberalismo como valores universais e de manter seu poderio militar e avançar seus interesses econômicos” (p. 29). Como exemplo, Huntington cita a Primeira Guerra do Golfo, quando o Iraque invadiu o Kuwait em 1990 – os dois países árabes. O apoio a Sadam Hussein acabou emergindo, sobretudo devido ao envolvimento do Ocidente no conflito, como destaca o autor: “Ignorando a rivalidade entre Irã e Iraque o líder religioso iraniano aiatolá Ali Khamenei clamou por uma guerra religiosa contra o Ocidente” (p. 35-6).

No contexto do “choque das civilizações, o “jogo das relações internacionais”, historicamente disputado dentro da civilização ocidental, sofre transformações e civilizações não-ocidentais tornam-se atores também, e não apenas objetos. Portanto, sugeria Huntington, a sociedade ocidental teria que aprender a conviver com valores diferentes dos seus e desenvolver um profundo entendimento da religião e da filosofia que regem os interesses de outras civilizações. O que o autor propõe não é o embate derradeiro, mas a coexistência: “Será preciso um esforço para identificar elementos de semelhança entre o ocidente e outras civilizações, pois no futuro não haverá uma civilização universal, mas um mundo de civilizações distintas que terão que aprender a coexistir” (1993, p. 49).

O discurso “Diálogo entre Civilizações” de Mohammad Khatami também considerava a emergência de Estados pertencentes a outras civilizações que não a ocidental, e a necessidade de um maior diálogo entre as nações. Estados ocidentais, dizia o ex-presidente iraniano, deveria prestar atenção às “narrativas” de outros grupos: “A cultura global não pode ignorar as características e necessidades de culturas nativas locais com o objetivo de se impor”.

Com um olho no futuro, Khatami também previa o impacto da Revolução da Internet na política internacional: “O desenvolvimento de tecnologias de informação vai continuar a penetrar cada vez mais profundamente nas nossas vidas e muito além do escopo das relações sociais, formando interconexões entre regiões culturais e geográficas distintas”. E talvez com um olho no passado, talvez evocando o legado dos Grandes do Império Persa, Ciro e Dario, que valorizavam a individualidade dos povos conquistados e a interdependência entre eles ao invés de submetê-los a uma cultura homogeneizadora, Khatami propunha a conciliação ao invés do confronto: “Devemos escutar com entusiasmo interesse o que outras culturas oferecem, pois aprendendo com profundas experiências humanas podemos procurar novas formas de vida humana”.

Com isso Khatami sugeria uma revisão para o paradigma “baseado no discurso da glorificação do poder” (que seria o paradigma realista das Relações Internacionais, conforme descrevo no primeiro capítulo desta dissertação). Assim como o “Choque das Civilizações” de Huntington, o “Diálogo entre Civilizações” de Khatami era uma proposta de coexistência e tolerância: “Sem o empenho pela empatia, pela compaixão e pelo entendimento, não haverá esperança da prevalência da ordem no nosso mundo”. Inspirada por Khatami, a ONU proclama 2001 como o “Ano do Diálogo entre Civilizações”. No entanto, 2001 entra para a história como o ano dos ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos, ano que marca a retomada do antagonismo entre o Ocidente e o mundo islâmico.

Foi em 11 de setembro de 2001 que 2977 pessoas perderam a vida. Dezenove terroristas de origem árabe tomaram o controle de quatro aviões de passageiros destinados a fazer viagens longas nos Estados Unidos – portanto carregados de combustível. Os aviões foram utilizados como bombas: dois atingiram as torres gêmeas do World Trade Center, complexos de escritórios de 110 andares, em Nova York; um atingiu o Pentágono, que é centro administrativo das forças armadas norte-americanas e está localizado na capital federal Washington; uma quarta aeronave caiu numa propriedade rural no estado da Pensilvânia – mas avalia-se que teria como alvo a Casa Branca, a sede governo norte-americano em Washington.

Os ataques foram atribuídos à organização terrorista Al Qaeda que, como mencionado anteriormente, surgiu no Afeganistão. O talibã, movimento nacionalista fundamentalista islâmico que governava o Afeganistão desde 1996, se recusa a entregar o líder da organização, Osama Bin Laden, e os Estados Unidos decidem atacar o país. A operação *Enduring Freedom*, ou Liberdade Duradoura, começou em 7 de outubro de 2001.

A defesa dos hazaris, minoria xiita afegã perseguida pelos talibãs, era a principal motivação para que o Irã se apresentasse como um aliado dos Estados Unidos na “Guerra ao Terror”. Após a invasão do Afeganistão a administração de Mohammad Khatami ajudou a formar o governo de transição do país, a formular uma nova constituição e colaborou na repatriação de milhares de refugiados afegãos que viviam em território iraniano. Mas a breve cooperação Irã-Estados Unidos o empenho de Khatami em consolidar o “Diálogo entre Civilizações” seriam ofuscados pelo discurso de George W. Bush de 29 de janeiro de 2002.

Em seu pronunciamento *State of the Union*, uma prestação de contas periódica feita pelo presidente ao público norte-americano, Bush colocou Irã junto de Iraque e Coreia do Norte num rol de países que constituíam um “eixo do mal” por desenvolverem armas de destruição em massa e apoiarem o terrorismo, representando uma ameaça à paz mundial. “O Irã agressivamente busca essas armas (de destruição em massa) e exporta o terror”, afirmava Bush em seu discurso, “enquanto uns poucos não-eleitos reprimem as esperanças de liberdade do povo iraniano”. O discurso, transmitido pela televisão norte-americana em cadeia nacional, alertava que os países do “eixo do mal” poderiam atacar aliados ou chantagear os Estados Unidos: “Em qualquer desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico”.

Ao declarar “*Either you are with us, or you are with the terrorists*” (“ou você está conosco, ou está com os terroristas”) e ao elencar nações não-ocidentais como um eixo do mal, George W. Bush reflete o conflito descrito no “Choque das Civilizações” de Huntington (1993).

A “Guerra ao Terror” passa a nortear as políticas interna e externa dos Estados Unidos. O termo “terrorismo” ganha outros significados, além do que designa a ação violenta e politicamente motivada contra alvos não-combatentes. Podemos relacionar o terrorismo presente no discurso do “eixo do mal” do ex-presidente George W. Bush também ao conceito apresentado por Vizentini (2012): uma espécie de “percepção pânica” e “ansiedade global” que fazem aflorar um sentimento de insegurança. Nos Estados Unidos pós-11 de setembro, a palavra “terrorismo” passa a ser utilizada de forma metódica e até estratégica para endossar uma nova agenda internacional, “criando assim consentimento a medidas repressivas, perseguição a opositores, supressão de direitos civis e desencadeamento de guerras, provoca

um estado de tensão geral que justifique certos propósitos políticos por parte de governos” (VIZENTINI, 2012, p. 95). Com isso, Estados Unidos conseguem aval da opinião pública para suas “guerras preventivas”, como foi a invasão do Iraque, em 2003.

O discurso do ex-presidente norte-americano implicou uma mudança nos projetos reformistas no Irã, e a oposição à República Islâmica foi forçada a se calar.

No ambiente tenso após o 11 de setembro, e enquanto os Estados Unidos estavam em plena invasão militar do Afeganistão, de um lado do Irã, e prestes a atacar o Iraque, do outro lado do país, designar a República Islâmica como um membro do eixo do mal significou uma declaração de Guerra contra o Irã – e qualquer sucesso, esperança ou aspiração por mudança que o movimento reformista havia conseguido assegurar ou institucionalizar foi aniquilada. Mais uma vez o regime e o país se preparavam para uma luta pela sobrevivência, e todas as apostas reformistas foram retiradas (DABASHI, 2007, p. 202).

Estava aberta a janela de oportunidade para retorno do conservadorismo e do discurso anti-imperialista no cenário político iraniano. Ao rótulo de um país pertencente ao “eixo do mal”, soma-se o fracasso da administração Khatami em promover sua reforma. Os projetos do Movimento Reformista eram frequentemente barrados pelos conservadores que compõem o governo iraniano, sobretudo pelo Conselho dos Guardiões da Constituição, o braço da administração cuja função é garantir que as leis aprovadas pelo *Majilis* respeitem o islamismo.

Como analisa Vizentini:

A conjuntura internacional contribuiu para produzir um consenso em relação a várias questões entre os grupos ideológicos opostos no Irã. As ambições hegemônicas dos EUA no Oriente Médio, materializadas em intervenções militares nos vizinhos Afeganistão e Iraque, uniram esses segmentos em torno de um sentimento nacionalista comum. Da mesma forma, o direito soberano de se empreender o programa nuclear era bem visto pela maioria, tanto conservadora quanto reformista (VIZENTINI, 2012, p. 165).

Um discurso inflamado, baseado numa retórica antiamericana, numa campanha pela eliminação do Estado de Israel e no empenho em dar continuidade ao programa nuclear do país levou à presidência do Irã Mahmoud Ahmadinejad. Ex-prefeito de Teerã e liderança estudantil na época da Revolução Islâmica de 1979, Ahmadinejad foi eleito em 2005 com 61% dos votos. Na época, ele arrecadou a simpatia dos “principalistas”, grupo que adere a uma estrita interpretação da Revolução Islâmica.

Com frequência é a questão nuclear que devolve o Irã às manchetes desde que Ahmadinejad assumiu o poder – e esse é o assunto da pauta iraniana que parece despertar

maior preocupação na comunidade internacional. Desde 2006 o Conselho de Segurança da ONU aprovou várias rodadas de sanções com a intenção de forçar a suspensão do programa iraniano de enriquecimento de urânio – que daria ao país o potencial de fabricar armas nucleares. Segundo a Agência Internacional de Energia Atômica, desde 2003 o Irã vem fazendo pesquisas e testes com esse tipo de armamento. Teerã nega as acusações, afirmando que o programa é pacífico e tem a finalidade de gerar energia. Convém lembrar que o programa nuclear iraniano, de acordo com Vizentini (2012), foi iniciado na década de 50 com o apoio dos Estados Unidos.

A tendência reformista ressurge em 2009, nas figuras de Mir Hossein Mousavi e Mehdi Karroubi. Estariam o aiatolá Ali Khamenei e o presidente Mahmoud Ahmadinejad “acomodados sobre um vulcão em erupção”, aos moldes do descontentamento geral que derrubou o xá Pahlevi em 1979? A contestada reeleição de Ahmadinejad em 2009 e as motivações para os protestos são os temas do próximo capítulo.

3 O MOVIMENTO VERDE DE 2009

Como exposto no capítulo anterior, os iranianos não se retraem quando compelidos a participar da vida política do país e manifestações públicas fazem parte de uma tradição com raízes históricas. Foi assim durante revolução que deu origem à constituição iraniana, a Revolução Constitucional do começo do século XX. Mais tarde, em 1953, eles se levantaram contra a deposição do primeiro-ministro Mohammed Mossadeq. Em 1979 derrubaram o xá Reza Pahlevi e levaram ao poder os aiatolás da Revolução Islâmica. Trinta anos depois, protestaram quando sentiram que seu voto havia sido subtraído. São movimentos que nascem nas mesquitas, nos bazares e nas universidades para ganhar as ruas.

A novidade no movimento iniciado em junho de 2009, o Movimento Verde, é que as redes sociais formadas na Internet permitiram que as reivindicações dos iranianos ultrapassassem fronteiras territoriais de seu país. As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foram instrumentos de mobilização e de divulgação do que ocorria no Irã para um público internacional. Foram também canais de diálogo entre os povos – sobretudo canais de diálogo entre os próprios iranianos, os que vivem no país e os expatriados. Revoluções e movimentos sociais independem dessas ferramentas contemporâneas para acontecer. No entanto com as TICs as manifestações tomam outra dimensão:

Em regimes repressivos, em que a política cara a cara é coibida, uma plataforma como Facebook oferece um espaço em que silêncio e medo são superados e a confiança se constrói, onde redes sociais se tornam políticas e onde o lar e a diáspora podem agir em conjunto (SREBERNY, 2012, p. 3).

Se a imprensa internacional não perdeu tempo ao celebrar a “Revolução do Twitter”, há autores (principalmente autores de origem persa) que rejeitam esse título, alegando que ele subestima o ativismo iraniano nas ruas. Outros autores criticam a celebração exacerbada do uso político da Internet pela sociedade civil, pois a tecnologia que serve aos manifestantes também é arma poderosa nas mãos dos governos opressores e vigilantes. Todos esses pontos de vista devem ser considerados.

O argumento desta pesquisa é que o ciberespaço configura-se como um novo cenário para as relações internacionais já que as mídias sociais da Internet, como ferramentas de comunicação, permitem uma participação mais intensa de atores não-estatais na política mundial e uma conseqüente “difusão do poder” – para empregar o termo de Nye (2011).

Neste capítulo relato como as mídias sociais da Internet foram utilizadas na campanha eleitoral e durante as manifestações que viriam a contestar os resultados da décima eleição presidencial da República Islâmica do Irã.

Apesar das rígidas leis islâmicas que regem a vida dos cidadãos comuns, o acesso às mídias sociais e à TV por satélite (mesmo que de maneira vigiada ou clandestina), a partir dos anos 90, vem diminuindo o monopólio do governo sobre a informação, ao mesmo tempo em que esses meios possibilitam o desenvolvimento de uma consciência política e da opinião pública entre os iranianos (BAHIDA, 2011). Isso tornou a eleição de 2009 especialmente interessante e dinâmica.

3.1 UMA BATALHA POR “CORAÇÕES E MENTES”

No Irã todos os canais de televisão e de rádio pertencem ao governo. A IRIB, Islamic Republic of Iran Broadcasting, é um conglomerado de mídia com oito canais nacionais de televisão, 30 canais regionais, seis canais direcionados para a comunidade islâmica no exterior (transmitidos via satélite), emissoras de rádio (também transmitidas no exterior, e em uma variedade de idiomas além do persa), empresas de produção cinematográfica e de animação. Em seu perfil na Internet a empresa repete o mantra *west versus the rest*, ou “o Ocidente contra todo o resto”:

Quando ondas e mensagens supranacionais transpassam fronteiras geográficas e culturais, quando o dominante império da mídia ocidental tem o objetivo de converter culturalmente nações independentes focando especificamente na República Islâmica do Irã, a IRIB desempenha um papel importante ao fortalecer a solidariedade cultural e a identidade nacional do país, lutando contra as ondas destrutivas mais do que nunca.⁶

Observam Farhadpour e Mehrgan (In HASHEMI; POSTEL, 2010, p. 134-5) que a televisão estatal é o principal veículo à disposição do governo iraniano para reforçar um discurso que utiliza a “tática populista costumeira” de colocar uma imagem de “povo” integrado e unificado contra o inimigo externo que é a causa de todos os males.

A pesquisa *Finding a Way – How Iranians reach for news and information* (ou “encontrando um caminho, como os iranianos acessam notícias e informação”), conduzida pelo Iran Media Program, programa de estudos sobre a mídia iraniana da escola de comunicação da Universidade da Pensilvânia, indica que a IRIB é canal mais popular entre

⁶ Disponível em: <<http://www.irib.ir/English/AboutUs/index.php>>.

86% dos iranianos (seguida pela BBC Persian, que é um canal bloqueado pelo governo iraniano, e pelo canal de entretenimento europeu Manoto).⁷

Segundo a mesma pesquisa, veículos da mídia tradicional (televisão, rádio e jornal) são as principais fontes de informação para a grande maioria da população (96%), seguidos pelos “laços fortes” (família e amigos próximos) e “laços fracos” (vizinhos, conhecidos, o líder religioso e conhecidos da mesquita). Quando focada no público jovem a pesquisa detectou que 89% recorrem à Internet para se informar (a televisão vem em segundo lugar como fonte de informação para os jovens, seguida pelos “laços fortes” de familiares e amigos). Conforme Recuero (2009, p. 41), “Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas; os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade”.

Telespectadores em busca de alternativas de informação e entretenimento as encontram através da programação por satélite – no Irã as antenas de satélites são proibidas, mas comercializadas clandestinamente. “Num contexto sócio-político em que toda a televisão permitida é produzida pelo governo, e que, portanto, reproduz seu ponto de vista, muitos iranianos são ansiosos por variedade”, diz o relatório *Satellite Jamming in Iran: a War over Airwaves* (ou “congestionando satélites no Irã, a guerra através das ondas de transmissão”), produzido pela Organização Não-Governamental britânica Small Media (2012, p. 10). A ONG Small Media se apresenta como um “laboratório de ação” que desenvolve pesquisas e tecnologia, empenhado em promover o fluxo livre de informação em sociedades repressoras como o Irã. De acordo com esse levantamento, 120 canais de televisão no idioma persa que são produzidos e transmitidos pela diáspora iraniana chegam ao país. Segundo a ONG, o governo iraniano considera essa programação e canais como o Voice of America (dos Estados Unidos) e BBC Persian (da Inglaterra) armas de uma *soft war* contra os princípios islâmicos, e por isso se empenha em impedir a transmissão por satélite ora congestionando os sinais, ora destruindo as antenas.

A televisão estatal no Irã desempenha o papel da televisão estatal em qualquer país: reproduzir a ideologia do governo, ser o canal da propaganda oficial.

⁷ A pesquisa *Finding a Way – How Iranians reach for news and information* da escola de comunicação da Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos, foi realizada em janeiro de 2012 em grandes centros urbanos do país – Teerã, Mashhad, Tabriz e Shiraz. O estudo retratou o alcance meios de comunicação tradicionais e o potencial de engajamento político das mídias sociais, com foco sobretudo na camada jovem da sociedade iraniana, que compreendia o núcleo do Movimento Verde.

Através da história, comunicação e informação têm sido fontes fundamentais de poder e de contrapoder, de dominação e mudança social. Isso é por que uma batalha fundamental tem sido travada, que é a batalha por corações e mentes das pessoas. A maneira como as pessoas pensam determina o destino de normas e valores com as quais as sociedades se constroem. Enquanto coerção e medo são fontes críticas importantes para impor a vontade dos dominantes sobre os dominados, poucos sistemas institucionais duram muito se baseados unicamente em repressão (CASTELLS, 2006, p. 238).

Mas entrar nessa “batalha por corações e mentes”, ou ser uma voz de oposição no Irã não é tarefa simples. A imprensa escrita é rotineiramente censurada: nos dois primeiros anos do primeiro mandato de Ahmadinejad mais de cem jornais e periódicos foram banidos (MOTTAHEDEH, 2010, p. 189). A Internet é vigiada. Mas a dissidência iraniana persevera sobretudo no ciberespaço, e no que se convencionou chamar de blogosfera.

3.2 CANAIS DE DISSIDÊNCIA

É na blogosfera que os iranianos “desenvolvem poderosas e poéticas vozes políticas, analisando assuntos nacionais e internacionais e anseios públicos e privados” (KHIABANY; SREBERNY, 2007, p. 563). Um blog ou blogue (a palavra deriva de *weblog*, que é a contração dos termos do idioma inglês *web* e *log*, ou “rede” e “registro”) é um diário virtual, um site atualizado com frequência através de *posts*, ou artigos.

Tornar-se um ator político ou um autor no ciberespaço (um blogueiro, no caso), não exige grande estrutura física. É o fator “baixo custo de ingresso”: como observa Nye (2011), o protagonismo político individual no ciberespaço aumenta graças à diminuição no custo de produção, processamento, transmissão e busca pela informação. Num ambiente em que a mídia é controlada e administrada pelo Estado a blogosfera iraniana cresce, como observam vários analistas, pois é uma arena para discussões políticas.

Esses espaços virtuais com frequência se tornam importantes pontos de ciber-encontro para ativistas e intelectuais no Irã e para os vários opositores do regime no exterior. A Internet tem oferecido aos ativistas no Irã um canal alternativo de notícias além dos urgentemente necessários apoio e solidariedade internacional, incluindo por parte dos iranianos exilados (KHIABANY; SREBERNY, 2007, p. 577).

Na blogosfera os iranianos estendem para além das fronteiras questões da vida política e social no país, mesmo sob o olhar censor do governo.

Um poeta em inglês pode ser simplesmente um poeta, um poeta em persa está mais provavelmente escrevendo nas entrelinhas, evadindo a censura e testando os limites de uma expressão publicamente aceitável. Uma blogueira sobre moda no ocidente pode estar simplesmente falando sobre moda; uma mulher discutindo a exigência do *hejab* na República Islâmica está questionando a invasão da política pública na vida privada (KHIABANY; SREBERNY, 2007, p. 579).

Um atestado do dinamismo dessa blogosfera está na pesquisa *Finding a Way – How Iranians reach for news and information*, conduzida no Irã em 2012: 54% dos entrevistados afirmaram ter seus próprios blogs. Os entrevistados também têm o hábito de ler blogs (92%) e comentar sobre artigos lidos em blogs (70%) mais do que participar de discussões outras mídias sociais (68%).

Tentando alcançar uma audiência mais ampla, blogueiros escrevem em inglês além do persa, muitas vezes apresentando versões do mesmo blog nos dois idiomas.

É importante registrar, no entanto, que a blogosfera iraniana não é habitada somente por vozes dissidentes. De acordo com a pesquisa *Mapping Iran's Online Public: Politics and Culture in the Persian Blogosphere* (ou “mapeando o público iraniano online, política e cultura na blogosfera persa”) do Berkman Center for Internet & Society da Universidade de Harvard, há 60 mil blogs de origem iraniana. Esses blogs se dividem em quatro polos temáticos majoritários: secular e reformista, conservadora e religiosa, poesia e literatura e outras redes mistas.

Se a blogosfera iraniana é um lugar onde mulheres clamam por seus direitos, jovens criticam a polícia da moralidade, jornalistas lutam contra a censura, reformistas pressionam por mudanças e os dissidentes pela revolução, também é o lugar onde o Líder Supremo é elogiado, o holocausto é negado, a Revolução Islâmica é defendida, o Hezbollah celebrado, grupos de estudantes islâmicos se mobilizam e líderes da situação como o Presidente Ahmadinejad falam aos seus simpatizantes dentro do público iraniano (ETLING; KELLY, 2008, p. 5).

“Desejo um dia voltar para minha terra natal, o Irã.” É assim que Amir Farshad Ebrahimi conclui o texto de apresentação do seu blog, farshadebrahimi.com. Ebrahimi é um fotógrafo e jornalista iraniano que vive na Alemanha, e tem consciência do risco que corre se retornar ao seu país. Durante os conflitos pós-eleições em 2009 ele usou a Internet para denunciar membros de milícias paramilitares que, à paisana, agrediam os manifestantes. Ebrahimi conhece bem essas milícias porque na juventude foi membro do *Ansar-e Hezbollah*, grupo formado após a guerra contra o Iraque para defender o Irã da influência ocidental. Ele se tornou oposição quando o grupo passou a reprimir manifestações de estudantes universitários. Exilado, continuou combatendo o governo através da Internet.

Iranianos como Amir Farshad Ebrahimi, que vivem no exterior, assumiram um importante papel na campanha eleitoral e no movimento de contestação. Da Alemanha, Mohammad Sadeghi Esfahlani administrava o perfil do candidato Mousavi no Facebook; dos Estados Unidos, Mehdi Saharkhiz organizou um acervo *online* de vídeos das manifestações – são exemplos de ciberativismo que apresentarei neste capítulo. A propósito, em 2009 houve um aumento de 300% na participação de eleitores expatriados em relação ao pleito anterior, conforme o próprio governo iraniano.

A diáspora iraniana é expressiva, e é calculada em até dois milhões de pessoas. A maioria desses expatriados está concentrada nos Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Canadá, Qatar e Alemanha. De acordo com Shoamanesh (2009), essa imigração ocorreu em duas ondas: durante o reinado do xá Reza Pahlevi e após a Revolução Islâmica de 1979. Na época de Pahlevi era comum que famílias abastadas enviassem seus filhos para estudar no exterior, enquanto após a Revolução Islâmica registrou-se um exílio em massa de simpatizantes do regime do xá (perseguidos pelo novo regime) e a fuga de jovens que não queriam servir na guerra contra o Iraque. O exílio de refugiados políticos continua até hoje, sobretudo após as conturbadas eleições presidenciais de 2009.

3.3 O REGISTRO DIGITAL DA MOBILIZAÇÃO

A campanha eleitoral de 2009 foi marcada por um uso sem precedentes da mídia e das Tecnologias de Informação e Comunicação no Irã: os candidatos participaram de debates transmitidos ao vivo pela televisão, divulgavam vídeos pelo YouTube, simpatizantes criaram contas no Twitter e no Facebook para discutir programas de governo e organizar a militância. A seguir apresento uma breve descrição das mídias sociais da Internet mais frequentemente citadas por autores que cobriram ou analisaram as décimas eleições presidenciais iranianas.

O Facebook surgiu nos dormitórios estudantis da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, em 2004. Evoluiu de um site que comparava a beleza das estudantes universitárias para uma rede de relacionamentos com um bilhão de usuários (em 2013). Sua missão, segundo o perfil da empresa, é “tornar o mundo mais aberto e conectado”. Ao criar uma página no Facebook, o usuário pode compartilhar sua história pessoal e fotografias, formar uma rede de amigos virtuais e “curtir” (ou aderir) a páginas de ídolos e empresas que aprecie, expressar sentimentos, fazer reflexões e compartilhar conteúdos que considere relevantes.

Em sua concepção original o Facebook não era necessariamente um instrumento político – mas hoje é celebrado também como a ferramenta que fortaleceu a dissidência no Egito, como veremos no quarto capítulo desta dissertação. Seu potencial de disseminação de conteúdo, como aponta Kirkpatrick, está no *software* que imprime uma característica viral à informação: “As ideias têm a capacidade de se espalhar pelos grupos e fazer com que um grande número de pessoas tomem conhecimento de algo simultaneamente” (KIRKPATRICK, 2010, p. 15).

O Twitter é uma “rede de informação em tempo real”, um serviço de “microblogging”. “Micro” pois cada mensagem obedece ao rigoroso critério de não poder exceder 140 caracteres. Além de “postar” suas mensagens, o usuário pode “seguir” o microblog de outras pessoas, recebendo as atualizações ou *tweets* instantaneamente. Cada usuário é identificado por um codinome formado pelo símbolo da arroba junto ao nome – como exemplo, @TaniraBL. Assuntos recorrentes são identificados por uma *hashtag*, que é uma palavra-chave precedida pelo símbolo do jogo da velha – um exemplo é #IranElection. Ao clicar numa *hashtag* no Twitter, o usuário é direcionado a um rol de *tweets* sobre o mesmo tema.

O YouTube foi criado em 2005, também nos Estados Unidos, como uma forma de compartilhar vídeos que fosse mais eficiente que anexar um arquivo num email. Segundo dados da empresa, cerca de uma hora de conteúdo é armazenada no site a cada minuto. São vídeos profissionais e amadores. Outro serviço utilizado para o compartilhamento de imagens durante a crise iraniana foi o Flickr, que pode ser definido como um álbum de fotografias virtual.

Os blogs iranianos, que como mencionei são um dos principais meios de comunicação da dissidência política no país, também serviram à militância online: declarações feitas pelos candidatos nos sites das campanhas, por exemplo, eram imediatamente reproduzidas por blogueiros engajados (RAHIMI, 2011).

São os “rastros comunicacionais” (Recuero, 2009) deixados nessas mídias sociais que nos permitem observar a história contemporânea contada a partir de um ponto de vista privilegiado. Uma fotografia que mostra jovens sorridentes, exibindo os dedos manchados pela tinta roxa que é a prova de que tinham acabado de votar; um vídeo com imagens de senhoras usando o chador preto, roupa típica das mulçumanas, protegendo manifestantes da agressão de policiais; um *tweet* alertando aos manifestantes que “sua localização pode ser identificada pelo sinal do celular” e sugerindo que as mensagens de texto sejam apagadas assim que enviadas para evitar provas incriminadoras.

Cabe esclarecer que as mensagens que reproduzo aqui, como as mensagens trocadas via Twitter, foram selecionadas por demonstrarem a interação entre protagonistas e apoiadores do movimento de contestação. Os *tweets* reproduzidos foram escritos em inglês, idioma comumente falado pelos jovens iranianos, sobretudo com o objetivo de atrair uma audiência internacional.

Essas são informações valiosas para o pesquisador e, como exponho no próximo capítulo, também para o que se convencionou chamar de “jornalismo cidadão”. “Milhares, talvez milhões de fotografias que agora residem em sites de compartilhamento de imagens serão utilizadas para escrever a história desse período”, diz Kurzman (In: HASHEMI; POSTEL, 2009, p. 12). As mídias sociais da Internet se revelaram como veículos para uma narração coletiva do conflito no Irã, e como importantes meios de comunicação para a dissidência política em um ambiente de liberdades restritas.

No entanto, essa evidência, como demonstro no quinto capítulo desta dissertação, também é útil à vigilância por parte dos governos, pois ao mesmo tempo em que viabilizam a comunicação entre os atores, as mídias sociais da Internet guardam “rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais” (RECUERO, 2009, p. 24).

3.4 A CAMPANHA PELA PRESIDÊNCIA

O Irã pós-Revolução Islâmica de 1979 é um país de regime teocrático (que combina governo e religião, com um Presidente eleito pelo povo e um Líder Supremo, cargo vitalício, apontado pelo clero). A combinação de teocracia com democracia apresenta um paradoxo assim descrito por Dabashi:

Essa democracia está tomada de falhas e comprometida constitucionalmente com um número de instituições não democráticas; no entanto nem um rei, nem um ditador, nem um imperador americano, nem um monarca persa decidem o destino do Irã. As pessoas decidem. Elas vão às urnas e votam. São os mais corajosos e imprevisíveis eleitores que o mundo já viu (DABASHI, 2007, p. 225).

Rahimi explica que as eleições são consideradas uma das poucas instituições democráticas do Irã:

Elas servem como circunstâncias temporárias de abertura, durante as quais candidatos (embora cuidadosamente selecionados pelo governo) e seus simpatizantes podem participar do processo político. (...) Com a aproximação das eleições presidenciais se renovou um senso de esperança democrática de derrubar a política autoritária da facção dominante, representada por Mahmoud Ahmadinejad (RAHIMI, 2011).

O presidente do Irã tem poderes limitados: ele responde ao Líder Supremo e à assembleia legislativa – o *Majilis*. Suas funções são executivas e incluem assinar tratados, planejar o orçamento, apontar ministros, governadores e embaixadores (no entanto, os nomes indicados para esses cargos devem ser aprovados pelos deputados). O presidente tampouco tem poder total sobre a política externa, as forças armadas ou a política nuclear – a decisão final cabe sempre ao Líder Supremo.

Para Christensen (2010), o caso do Irã pode ser enquadrado na teoria do “autoritarismo eleitoral”: eleições relativamente livres são realizadas para várias esferas do governo, caracterizando-o como um governo representativo do povo; no entanto o poder conferido pelos cidadãos através do voto direto é diluído frente a um conjunto de órgãos cujos membros são escolhidos indiretamente, na maioria das vezes em acordo com a ideologia dominante (conforme descrevo no capítulo sobre a história do Irã). Os candidatos à presidência, antes de brigar pelo voto do eleitor, passam por uma pré-seleção do Conselho dos Guardiões da Constituição, o que limita o potencial de mudança. O mesmo Conselho dos Guardiões é encarregado de avaliar todos os projetos de lei dos *Majilis*.

Mas a presidência não deixa de ser o principal cargo eleito do país, o que atrai muito interesse. Nas eleições de 2009, 476 pessoas se inscreveram para concorrer à presidência; apenas quatro candidaturas foram aprovadas pelo Conselho dos Guardiões da Constituição. Os candidatos aprovados foram: representando os partidos conservadores, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad (que buscava a reeleição) e Mohsen Rezaee (um ex-comandante da Guarda Revolucionária Islâmica); representando os partidos reformistas Mehdi Karroubi (que presidiu os *Majilis*) e o ex-primeiro-ministro Mir Hossein Mousavi. Todos os candidatos pareciam ser nomes “seguros” para o regime.

Conforme Christensen, “O poder real do presidente também depende de sua ligação e contato com instituições de poder do país, e Ahmadinejad tem fortes laços com a Guarda Revolucionária e o serviço de inteligência” (2010, p. 20). O Presidente Ahmadinejad, de acordo com o autor, representava não simplesmente o bloco conservador, dos *hardliners*, mas uma facção neoconservadora que fortemente enfatiza a importância da religião islâmica na política, e acusa conservadores veteranos de terem se desviado desses princípios. Nessa ala

dos “conservadores mais pragmáticos” está a “grande coalisão principalista”, representada por Mohsen Rezai nas eleições. Sua abordagem era mais tecnocrata, pregando que líderes políticos devem ter formação profissional e não apenas afiliação partidária para ocupar cargos de governo.

Segundo a ONG espanhola CITpax (Centro Internacional Toledo para a Paz) o principal tema das eleições presidenciais no Irã em 2009 foi a economia, devido aos crescentes índices de inflação e de desemprego. A situação ainda é particularmente desesperadora para os jovens, que compõe a maioria da população e do eleitorado iraniano. Conforme Memarian e Nesvaderani (In: WRIGHT, 2010), mesmo com um diploma universitário um jovem demora cerca de três anos para encontrar um emprego, o que acarreta outros problemas como abuso de álcool e drogas, prostituição, casamentos que terminam em divórcios prematuros, e o fenômeno da “fuga de cérebros”.

Em segundo lugar nas campanhas, ainda de acordo com o CITpax, estava a questão das liberdades civis e liberdade de expressão, que ganharam força desde a eleição do aiatolá reformista Mohammad Khatami, em 1997 e 2001. Essa bandeira foi adotada sobretudo por Mousavi, que prometia, por exemplo, terminar com controversas restrições a trajes considerados não-islâmicos. (Importante notar que o ex-presidente Khatami, que integra a reformista Associação do Clero Combatente, a que pertence também Mehdi Karroubi, havia considerado concorrer novamente à presidência em 2009, mas abriu mão da candidatura para apoiar Mousavi.)

Como recordam Afshari e Underwood (2009, p. 6) Mahmoud Ahmadinejad parecia estar com a vitória garantida: segundo os autores não havia um concorrente do lado conservador capaz de tirar de Ahmadinejad uma grande parcela de votos, e quem buscava uma alternativa ficava entre Mehdi Karroubi, que “falhou ao disputar as eleições presidenciais de 2005”, e Mir Hossein Mousavi, “um ex-primeiro-ministro de pouco carisma que passara as duas últimas décadas mais dedicado às artes que à política”.

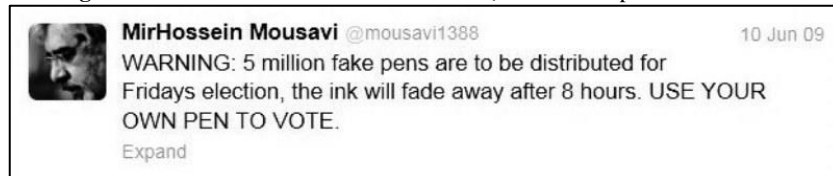
No entanto, enganou-se quem previa mais um pleito conforme a cartilha do “autoritarismo eleitoral”, burocrático e monótono. A oposição lançou mão de meios alternativos para mobilizar simpatizantes, e a combinação de tecnologia com política caiu no gosto dos eleitores iranianos – a maioria jovens, urbanos e conectados, “uma geração ávida por Internet e de uma cultura baseada na imagem” (SREBERNY, 2012, p. 5).

A página de Mir Hossein Mousavi no Facebook foi criada por Mohammad Sadeghi Esfahlani em janeiro de 2009, meses antes do início da campanha oficial. “O fiz porque eu sabia que isso tornaria a campanha menos dependente da mídia estatal e, de fato, foi o

Facebook que fez a diferença”, comenta Esfahlani em entrevista realizada por mim via email. Na época das eleições Esfahlani vivia na Alemanha; hoje reside no Canadá. Ele me conta que apoiou a candidatura de Mousavi, mesmo à distância, motivado pela esperança: “Esperança de reviver uma identidade nacional coletiva, de encontrar um novo sentido de coletividade diferente do que o regime tenta impor”.

Simpatizantes da campanha do reformista Mousavi também criaram um perfil para o candidato no Twitter: @mousavi1388 (no calendário persa, 1388 correspondente ao ano de 2009). No dia 10 de junho, um alerta era transmitido pelo serviço de *microblogging*: “Cinco milhões de canetas falsas serão distribuídas nas eleições de sexta-feira, a tinta desaparecerá depois de oito horas. Use sua própria caneta para votar”.

Figura 2: “Canetas falsas serão distribuídas”, alerta a campanha de Mousavi



Fonte: Twitter (2012)

A juventude iraniana tem sido, tradicionalmente, protagonista da vida política do país, apesar da repressão que se repete sob diferentes roupagens desde os tempos do xá. O Dia do Estudante, um feriado nacional celebrado em 7 de dezembro, lembra o assassinato de três jovens que participavam de um protesto na Universidade de Teerã contra a visita do presidente americano Richard Nixon. (Nixon foi ao Irã demonstrar apoio ao xá Reza Pahlevi, restituído ao poder após o golpe de estado que derrubou Mohammed Mossadeq, em 1953). Nos anos 80 formavam a maior parte dos combatentes na guerra contra o Iraque. Em 1997 ajudaram a eleger o reformista Mohammad Khatami, mas dois anos depois foram duramente reprimidos pelo mesmo governo ao protestar contra o fechamento do jornal da oposição, o *Salam*. A falta de motivação entre os eleitores mais jovens para participar nas eleições é tida como um dos fatores que levaram Mahmoud Ahmadinejad à vitória em 2005 (MEMARIAN; NESVADERANI, In: WRIGHT, 2010).

Essa é uma população jovem, pois é fruto de um *baby boom* patrocinado pelo próprio governo iraniano no início da República Islâmica – na primeira década após a revolução, a população iraniana saltou de 34 milhões para 62 milhões (MEMARIAN; NESVADERANI, In: WRIGHT, 2010). O incentivo à natalidade virou parte de uma agenda nacional que recompensava famílias com a distribuição de carros, eletrodomésticos e alimentos (BERSON,

2009). Durante a guerra contra o Iraque (entre 1980 e 1988), a motivação era estratégica (uma matemática macabra, eu diria): quanto mais crianças, mais soldados. Hoje a população iraniana tem em média 27.4 anos de idade (conforme dados da CIA, a agência de inteligência norte-americana).

Além de jovem, a população da República Islâmica do Irã é “conectada”: 21% tem acesso à Internet (um dos mais altos índices da região)⁸, 96% tem telefone celular e 99% usam o aparelho para comunicação via mensagens de texto.⁹

Os dados endossam a observação de Dabashi, para quem as eleições de 2009 representaram uma “batalha entre gerações”: “A sociedade iraniana está mudando, e rápido. A República Islâmica envelhecida quer limitar o que pode ser dito ou almejado. Mas a geração jovem, globalmente conectada, altera radicalmente os contornos desse limite” (DABASHI, 2009).

No entanto, a apropriação do ambiente digital para mobilização política por parte das candidaturas de oposição não foi apenas uma estratégia para atrair o eleitorado jovem, mas uma necessidade circunstancial. Citado por Christensen (2010, p. 66-7), um representante (que preferiu permanecer anônimo) da campanha do candidato Mehdi Karroubi explicou por que recorrer à Internet e à telefonia celular (para o envio massivo de mensagens de texto): “Nossos telefones celulares se tornaram a mais importante arma nessa eleição já que jornais, a tv e o rádio estatais são as ferramentas de Ahmadinejad”.

Para Alizadeh a forte determinação política e a dificuldade de acesso à mídia tradicional levaram a oposição a testar outros canais: “O jornal de Mousavi foi fechado na noite da eleição, seus frequentes pedidos para aparecer na TV estatal foram rejeitados, sua página oficial na Internet foi bloqueada” (in HASHEMI e POSTEL, 2010, p. 5).

Para Rahimi o uso político da Internet visava ultrapassar o filtro da imprensa estatal dominante, influenciar a cobertura de outros veículos de comunicação, inclusive os estrangeiros, e assim atingir a opinião pública – tanto local quanto internacional:

Como uma plataforma flexível e horizontal para promover uma imagem do movimento que atraísse um público maior, os sites de relacionamento aprimoraram o recrutamento, aumentaram a participação dos cidadãos na campanha eleitoral e expandiram a influência dos movimentos sociais de base, levando a campanha a uma esfera transnacional (RAHIMI, 2011).

⁸ Dados da *International Telecommunication Union*, disponíveis em itu.int. Para comparação, segundo o levantamento da ITU a Islândia é o país que tem o maior índice de acesso à Internet, com 95%. Devido a restrições impostas pelo governo, em Mianmar apenas 1% dos habitantes dispõem do serviço. O Brasil está na faixa intermediária: 45% da população é conectada à Internet.

⁹ Conforme Enayat, Smith e Wojcieszak, 2012.

É interessante comparar as estratégias de organização do Movimento Verde às da Revolução Islâmica que derrubou a ditadura do xá Reza Pahlavi, trinta anos antes no Irã. A dissidência dos anos 70 utilizava uma tecnologia “avançada” para a época: como já mencionei, os discursos do líder religioso Ruhollah Khomeini (mais tarde declarado aiatolá, o líder supremo do país) eram contrabandeados do exílio na Europa para o Irã e copiados em fitas cassetes, que eram repassadas de casa em casa por uma rede clandestina. Em 2009, CDs com jingles das campanhas eram distribuídos nas ruas junto com panfletos. Para não deixar vestígios para a Savak, a polícia política do xá, a comunicação entre opositores do regime era feita pessoalmente (SAGE e WEDDADY, 2009). Métodos simples como gritar ao final de um protesto a hora e o local do próximo também foram utilizados em 2009 pela “criativa auto-organização do movimento” (ALIZADEH, In: HASHEMI; POSTEL, 2010, p. 5).

Nas ruas do Irã de 1979 ouvia-se repetidamente *Marg bar Dictator* ou “morte ao ditador”: as palavras de ordem voltaram a serem ecoadas por multidões trinta anos depois, só que se o alvo antes era o xá, agora ele seria o Presidente Ahmadinejad – ou o próprio Líder Supremo Ali Khamenei. Com a proibição de reuniões públicas após o entardecer em 1979, líderes islâmicos pediam às massas que subissem aos telhados para gritarem, em coro, *Allahu Akbar* (“Alah é Grande”), atribuindo um sentido religioso e sagrado às manifestações. “Essa demonstração pacífica de unidade popular desmoralizava o exército” (MILANI, In: ESPOSITO, 1997, p. 81).

O ritual foi repetido como protesto em 2009, conforme relatou @persiankiwi via Twitter: “Normalmente Teerã é quieta à noite. As duas últimas noites foram como 1979 novamente. Amedrontador mas fantástico. História”.

Figura 3: @persiankiwi comenta manifestações noturnas em Teerã



Fonte: Twitter (2012)

“Não esqueça: *Allahu Akbar* nos telhados”, convidavam os militantes de Mousavi através do Facebook nas semanas seguintes à votação.

Figura 4: Mobilização da campanha de Mousavi via Facebook



Fonte: Facebook (2012)

Mohammad Sadeghi Esfahlani, que criou a página do candidato Mousavi no Facebook, conta que ideias como a de protestar nos telhados das casas foram primeiramente divulgadas em sites como o Ghalam News (site oficial da candidatura Mousavi), e depois disseminadas nas mídias sociais Twitter e Facebook. Assim, pequenos eventos públicos organizados pela Internet tornavam-se, espontaneamente, grandes manifestações (RAHIMI, 2011). Como se vê, os eleitores adotaram métodos tradicionais de militância, e combinaram seu ativismo nas esferas *offline* e *online* atuando no que Castells (2012), como já vimos, define o “espaço de autonomia”, localizado entre o ciberespaço e o espaço urbano.

Os iranianos coloriram seus perfis no Facebook: de verde em apoio ao líder da oposição, Mousavi; de vermelho pelo candidato à reeleição, Ahmadinejad. É importante entender o que essa exposição no Facebook acarreta: apesar de ser mais conveniente do que manifestar-se num espaço *offline*, é um compromisso público. Num Estado autoritário como o Irã, que tem uma *Cyber Police* e um *Working Group to Determine Instances of Online Criminal Content* (ou “grupo de trabalho para determinar instâncias criminais de conteúdo online”, cuja função é proibir websites e censurar conteúdo no ciberespaço), assumir a preferência por um candidato num ambiente virtual potencialmente deixa o eleitor mais vulnerável do que se ele segurasse um cartaz numa praça, no meio de uma multidão anônima.

Também vale registrar que o Facebook, normalmente bloqueado pelo governo iraniano, foi liberado na véspera das eleições. Quais os motivos? Gheytonchi e Rahimi (2009) sugerem que a estratégia do governo tenha sido ceder certas liberdades sociais para encorajar os jovens a votar. Outra teoria, mais “conspiratória” como descrevem os autores, sugere que o governo iraniano poderia monitorar melhor os dissidentes que expressassem suas posições políticas mais à vontade nos sites de relacionamento social.

Da mesma forma, como relata Christensen (2010), nas semanas que antecederam as eleições a “polícia da moralidade”, que percorre as grandes cidades iranianas advertindo jovens que se vestem de forma desapropriada segundo o código de moral islâmica, foi retirada

das ruas concedendo aos cidadãos certa liberdade e, quem sabe, incentivando que eles votassem pelo candidato da situação. No entanto, conforme Afshari e Underwood (2009), com a proximidade do pleito a grande força unificadora do movimento de oposição foi o próprio Ahmadinejad.

Na semana que antecedeu as eleições presidenciais de 2009 a televisão estatal transmitiu uma série de debates entre os candidatos. Talvez o episódio mais polêmico tenha sido o que envolveu Mousavi e Ahmadinejad, que fez graves acusações contra a esposa do candidato reformista. Ahmadinejad sugeriu que os títulos acadêmicos de Zahra Rahnavard teriam sido “comprados”. Rahnavard, “uma avó que usa echarpes coloridas sobre o chador preto” (BLACK; DEHGHAN, 2010), é uma cientista política, artista plástica e ativista dos direitos das mulheres que quebrou tabus ao subir no palanque ao lado do marido e ao protagonizar com ele demonstrações públicas de afeto – aparecendo de mãos dadas em comícios.

E assim o apoio a Mousavi cresceu nos últimos dias da campanha. No dia 8 de junho de 2009, uma segunda-feira (quatro dias antes das eleições) ocorreram duas manifestações simultâneas. A campanha de Ahmadinejad organizou um grande comício no Mosalla Center, uma grandiosa mesquita que também funciona como centro de eventos em Teerã. Dezenas de milhares de simpatizantes participaram, muitos carregando a bandeira nacional iraniana. O candidato à reeleição, no entanto, decidiu não participar temendo pela segurança dos manifestantes. É que enquanto isso as ruas de Teerã eram tomadas por uma “onda verde” formada pelos apoiadores de Mousavi.

O blog Tehran Live (que mostra imagens da vida cotidiana na capital do Irã, tehranlive.org) registrou a grande manifestação que interrompeu o trânsito na Valiasr Street, rua que com 20 quilômetros é considerada a mais extensa do Oriente Médio, dividindo a capital do Irã entre as partes ocidental e oriental. A pé ou de carro, os entusiasmados manifestantes usavam acessórios de cor verde e carregavam cartazes da campanha de Mousavi.¹⁰

O blogueiro Payam Moin Afshari descreveu assim a manifestação: “Era a esperança em todo o lugar. As pessoas estavam repetindo, gritando alegremente slogans contra Ahmadinejad e em apoio a Mousavi. (...) Eu fiz parte de uma multidão que cantava a mesma

¹⁰ Disponível em <<http://tehranlive.org/2009/06/09/human-green-chain-in-tehran/>>

canção, tive a sensação de que eu podia fazer TUDO” (registro feito em 9 de junho de 2009 no blog *Persian View*, ou “visão persa”).¹¹

Outro ponto alto da campanha oposicionista, um comício em um estádio lotado, é um exemplo de como a militância se organizava *online* e *offline*, conforme Rahimi (2011, p. 158-9). Dias antes da eleição, o governo iraniano negou a permissão para a realização de um comício de Mousavi no estádio Azadi, em Teerã, que tem capacidade para cem mil pessoas. Uma vez garantida a autorização para a realização do evento em um local alternativo, o estádio Haydarniya, a notícia foi divulgada por mensagens de texto, pelo Facebook, e também pelo tradicional “boca-a-boca”. Ou seja, os “laços fortes”, formados pelas conexões pessoais entre amigos e familiares, reforçavam a mensagem compartilhada através dos “laços fracos” das redes sociais da Internet. O blog Tehran Live ainda guarda imagens do comício no estádio Haydarniya, realizado em 9 de junho de 2009.¹² Fotografias e vídeos mostram uma multidão colorida de verde – a cor da campanha de Mousavi. Eram jovens, adultos e crianças, alguns de mãos dadas, outros com as mãos ocupadas com cartazes ou com celulares – a ferramenta que mais tarde se tornaria vital para a narrativa dos eventos pós-eleições.

3.5 DENÚNCIAS DE FRAUDE

Não é objetivo desta pesquisa investigar se houve fraude na décima eleição presidencial da República Islâmica do Irã. Mas é interessante apontar alguns fatos que justificariam a indignação dos manifestantes iranianos.

No Irã o voto não é obrigatório. Tanto que simpatizantes de Mousavi fizeram o seguinte apelo através do Twitter em 6 de junho: “Imploramos a TODOS que peçam a seus familiares e amigos que VOTEM na sexta-feira”.

Figura 5: “Todos votem na sexta feira”, pede a campanha de Mousavi via Twitter



Fonte: Twitter (2012)

¹¹ Disponível em: <<http://persianview.wordpress.com/2009/06/09/valiasr-human-chain-by-mousavi-supporters/>>.

¹² Disponível em: <<http://tehranlive.org/2009/06/10/supporters-of-mir-hosseini-mousavi-at-heidarnia-stadium-in-tehran/>>.

O entusiasmo durante a campanha, tanto de simpatizantes dos candidatos conservadores como dos candidatos da oposição, eram o indicativo de um massivo comparecimento às urnas. Segundo um relatório sobre o pleito produzido pelo serviço de pesquisa do Congresso dos Estados Unidos, observadores internacionais acreditavam que segmentos pró-reformistas da população que haviam boicotado eleições presidenciais de 2005 iriam votar, em massa, a favor de Mousavi. Por causa disso o Ministério do Interior (órgão do governo iraniano que é encarregado pelas eleições) ordenou que os locais de votação permanecessem abertos até mais tarde para acomodar todos os eleitores em 12 de junho de 2009. Eram 45,713 urnas no Irã, além de 304 urnas em 130 outros países que receberiam os votos dos iranianos expatriados.

Com o encerramento da votação começaram as suspeitas. Soldados da força paramilitar *Basij* patrulhavam as ruas de Teerã, e cercaram a sede do Ministério do Interior, onde os votos seriam contados. Em menos de três horas era anunciado o resultado das eleições: dos 39 milhões de votos (referentes a 85% dos eleitores registrados, numa votação recorde), 64% foram para o presidente Mahmoud Ahmadinejad; Mir Hossein Mousavi, o líder da oposição, ficou em segundo lugar com 34% dos votos válidos.

Os três candidatos derrotados no pleito apresentaram queixas ao Conselho dos Guardiões da Constituição – um total de 646 queixas formais, segundo a agência de notícias iraniana *Fars News*. Entre elas: fiscais dos partidos da oposição teriam sido impedidos de acompanhar a contagem dos votos; faltaram cédulas em cidades importantes como Shiraz e Tabriz; em alguns locais de votação haveria mais votos que eleitores inscritos; espaço de propaganda extra foi concedido à campanha de Ahmadinejad na televisão estatal. Mohsen Rezai, candidato conservador, também registrou queixas: de acordo com o relatório do congresso norte-americano, Rezai obteve 678 mil votos na contagem oficial, no entanto sua pesquisa de boca-de-urna apontava entre cinco e sete milhões de votos.

Mas a principal suspeita, tanto entre os eleitores como por parte das campanhas derrotadas, recaiu sobre a rapidez com que os 39 milhões de votos foram computados, considerando que no Irã a apuração é manual. A agência de notícias da República Islâmica anunciou o resultado dos primeiros cinco milhões de cédulas meia hora depois de encerrada a votação.

A velocidade (da contagem) foi incrível pois o Ministério do Interior havia sugerido anteriormente que a experiência iraniana em administrar eleições significava que eles esperavam obter o resultado dentro de 48 horas, e talvez em 24 horas em algumas áreas da zona rural. O resultado foi efetivamente conhecido dentro de seis horas (ANSARI, In: HASHEMI; POSTEL, 2009, p. 349).

A jornalista iraniana Solmaz Sharif mora nos Estados Unidos desde 2006. Membro de uma Organização Não-Governamental que defende a liberdade de expressão na Internet, a Ciberdissidents.org, ela deixou o Irã quando o marido, também jornalista, passou a ser perseguido pelo governo. Em entrevista realizada por mim através do Skype, Solmaz relatou que ela e o marido estavam numa fila, ainda aguardando para votar em um hotel de Nova York, quando receberam a notícia de que Ahmadinejad tinha sido reeleito. “Nós não havíamos votado ainda, a votação no exterior ainda não havia terminado. Aquilo mostrou que algo errado estava acontecendo.”

Mas para o governo iraniano estava tudo certo. Num pronunciamento em 13 de junho o Líder Supremo elogiou os eleitores: “Sua sexta-feira épica foi um evento maravilhoso e excepcional que magnificamente demonstrou para o mundo o crescimento político, a determinada face revolucionária e capacidade civil da nação iraniana”.¹³ Ele também previa que o confronto entre simpatizantes de candidaturas adversárias poderia estragar a “doçura” do evento, e pedia, sobretudo aos jovens, que evitassem provocações e respeitassem o presidente reeleito.

O Conselho dos Guardiões chegou a fazer uma recontagem parcial diante das denúncias de fraude. No entanto, o resultado das décimas eleições presidenciais do Irã foi homologado pelo Líder Supremo, que as considerou um “milagre divino” (conforme noticiado pelo site oficial de Ali Khamenei em 15 de junho de 2009).¹⁴ Para Khamenei, as eleições foram apoiadas por um “poder divino” considerando o grande comparecimento nas urnas apesar da “propaganda dos inimigos que pretendem desapontar o povo iraniano”.

A indignação dos eleitores diante da vitória de Mahmoud Ahmadinejad transformaria a “onda verde” num tsunami, como definem Afshari e Underwood: “No início a causa comum era tirar Ahmadinejad do poder. Depois a isso somou-se o medo em relação ao futuro do país enquanto os radicais tentavam ignorar a parte ‘republicana’ da República Islâmica do Irã” (2009, p. 7).

“O movimento começou como um protesto, com uma pergunta: ‘onde está meu voto, pois vocês claramente o roubaram!’. A ideia não era derrubar o regime, mas a reação do governo revoltou a população”, lembra a jornalista expatriada Solmaz Sharif.

¹³ Transcrição disponível no site oficial de Ali Khamenei: <<http://www.leader.ir/langs/en/index.php?p=contentShow&id=5566>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.leader.ir/langs/en/index.php?p=contentShow&id=5597>>.

3.6 “ONDE ESTÁ O MEU VOTO?”

As mídias sociais da Internet voltaram à cena após a divulgação do resultado das eleições presidenciais iranianas. Candidatos reformistas e seus simpatizantes rejeitaram imediatamente a notícia da vitória de Mahmoud Ahmadinejad naquele junho de 2009. Iranianos descontentes usaram o verde (cor adotada pela campanha de Mousavi, que é uma cor símbolo do Islã) e levaram para as ruas de Teerã e de outras grandes cidades do país o lema *Where is my vote?* (ou “Onde está o meu voto?”).

Como durante a campanha, novamente utilizando as novas mídias, mais resistentes ao controle do Estado que a mídia tradicional (ZHUO; WELLMAN; YU, 2011) e métodos tradicionais de mobilização como o engajamento através dos “laços fortes”, os manifestantes construíram um sistema de comunicação descentralizado e alternativo que desafiava a censura e a repressão, como demonstra a mensagem enviada pela campanha de Mir Hossein Mousavi, via Twitter, em 15 de junho de 2009: “Não temos cobertura da imprensa local. Todos devem ajudar a espalhar a mensagem de Mousavi. Uma pessoa = Um emissor.”

Figura 6: Campanha de Mousavi via Twitter, “uma pessoa = um emissor”



Fonte: Twitter (2012)

Dias após o anúncio do resultado das eleições, a imprensa estrangeira passou a ser impedida de reportar das ruas e proibida de veicular imagens e descrições de testemunhas dos protestos e da violência. O trabalho dos jornalistas ficou limitado a entrevistas por telefone e monitoramento de fontes oficiais como a televisão estatal (PLUNKETT, 2009).

Figura 7: Militantes relatam censura à imprensa estrangeira



Fonte: Twitter (2012)

Com isso, a cobertura dos eventos passou a depender muito dos relatos via mídias sociais, conforme me relatou o jornalista brasileiro Samy Adghirni, correspondente do Oriente Médio para a Folha de São Paulo, em entrevista gravada pela Internet (via Skype): “Em 2009, quando se percebeu que a violência aumentava, os jornalistas mais velhos acompanhavam as agências de notícias, o que Associated Press e a Reuters estavam dando (noticiando); do outro lado da sala estava a ‘molecada’ (os jornalistas mais novatos), vendo Twitter e Facebook, e não as agências de notícias. Enquanto os mais velhos olhavam o fio das agências os mais novos sabiam onde a polícia estava espancando gente. Eles perceberam que estavam defasados. A informação que surgiu aí foi primordial”.

Com 25 mil seguidores, o perfil @persiankiwi do Twitter foi uma referência para as comunidades local e internacional, e é um dos mais frequentemente citados pela imprensa como fonte de informação na cobertura dos eventos após as eleições presidenciais no Irã – outros perfis utilizados pelos dissidentes eram @StopAhmadi e @IranElection.

No dia 15 de junho @persiankiwi alertava: “Conselho para quem vai ao protesto. Vá com amigos. Não ande sozinho. Monitore seus amigos”.

Figura 8: @persiankiwi sugere cuidados nas manifestações



Fonte: Twitter (2012)

Em 21 de junho o plano era confundir a polícia: “Amanhã às 4 da tarde todos em todo o país telefonem e denunciem protestos nas ruas onde não houver algum. RT RT RT” (RT significando “retweet” ou “repassa a mensagem”).

Figura 9: @persiankiwi divulga planos de confundir a polícia



Fonte: Twitter (2012)

A identidade do usuário do perfil @persiankiwi nunca foi revelada. No final de junho de 2009, a ausência de *tweets*, ou de mensagens, deu origem ao rumor de @persiankiwi tivesse sido detido pelo governo iraniano.

Como observa Rahimi (2011, p. 167), nos primeiros dias os protestos eram baseados nas ruas e concentravam-se em grandes centros urbanos, seguindo modelos da Revolução de 1979. À medida que aumentava a quantidade de manifestantes – e a brutalidade da repressão – o movimento passou a habitar também o ciberespaço, através das imagens captadas com telefones celulares e disponibilizadas na Internet.

O ciberespaço não serviu como um motor que comandava os protestos nas ruas, foi uma sobreposição de atividades no espaço físico e no espaço virtual que produziu um movimento social em rede que era ao mesmo tempo visível e oculto. (...) Enquanto blogs e websites políticos muniam os manifestantes com notícias alternativas (à imprensa oficial) Facebook, YouTube e outros sites persas como Balatarin.com criaram uma imensa rede clandestina através da qual dissidentes cooperavam e se comunicavam durante os dias mais intensos de protesto (RAHIMI, 2011, p. 167-8).

Sobretudo na época dos protestos ocorreu uma convergência entre as mídias sociais da Internet. Por exemplo, links em *tweets* direcionavam o usuário para imagens de manifestantes feridos disponibilizadas no álbum de fotografias virtual Flickr. Também se observa uma dinâmica troca de informações sobre como a imprensa internacional cobria o evento, com links para os websites de diversas empresas de comunicação. Outros links nas mídias sociais conduziam para vídeos amadores captados pelos manifestantes, como o destacado pela campanha de Mousavi no Facebook: “Uma manifestação incrível... Você é a mídia e nós somos um! Alah é grande”.

Figura 10: Mensagem no Facebook sobre vídeo de manifestação



Fonte: Facebook (2012)

Talvez o principal atributo das mídias sociais da Internet tenha sido servir de canal de comunicação entre os manifestantes e a diáspora iraniana, entre os eventos nas ruas de Teerã e outras grandes cidades como Tabriz, Esfahan, Shiraz e a imprensa internacional, como comentou o designer gráfico Mehdi Saharkhiz numa entrevista gravada pelo Skype: “Twitter e Facebook tiveram um impacto enorme (durante as manifestações). Não por permitir que as pessoas se organizassem, mas era onde a mídia procurava informação; sua utilidade foi mostrar ao mundo o que estava ocorrendo”.

Como todo jovem iraniano “urbano e conectado”, Mehdi Saharkhiz tomou partido nos eventos de 2009 – mas o fez através do ciberespaço. Saharkhiz vive nos Estados Unidos desde 2004. As eleições que ele acompanhava do exterior transformaram o desenhista gráfico em um ciberativista que o jornal britânico *The Guardian* chamou de “uma pedra no sapato do regime iraniano” (na reportagem *Iran protests: one-man video channel that is a thorn on Iran’s side*, de 11 de junho de 2010). A prisão do pai, o jornalista Isa Saharkhiz, porta-voz da campanha de Mehdi Karroubi, o motivou a organizar vídeos que continham o registro digital da repressão no país. Mehdi Saharkhiz criou um canal no YouTube, o *Onlymehdi*, que concentra mais de três mil clipes com cenas de repressão, das manifestações, flagrantes de detenções – enfim, provas incontestáveis da violência estatal.

O canal começou com a colaboração de amigos que voltavam dos protestos com imagens que eram enviadas para Mehdi através de sites de compartilhamento. Ele também coletou cenas das manifestações na Internet, e as publicava no canal *Onlymehdi* depois de confirmar sua veracidade, data e local em que haviam sido gravadas. “Foi importante concentrar todo esse material pois várias contas individuais no YouTube foram fechadas por usuários com medo (do governo), e muitos vídeos poderiam ter se perdido”, disse Saharkhiz na entrevista.

3.7 A REAÇÃO INTERNACIONAL

Como lembra Shirky (2011, p. 4), “O apoio externo corre o risco de caracterizar até mesmo uma oposição pacífica de ter influência estrangeira”. Essa parece ter sido a estratégia do governo iraniano para tentar desmoralizar o movimento diante da população local.

Repetidamente em seus discursos após a reeleição Mahmoud Ahmadinejad reduz a oposição, presente nas ruas e no ciberespaço, a uma conspiração internacional. Em pronunciamento na TV no dia 14 de junho, Ahmadinejad diz que apesar da “propaganda

política contra o Irã, que pressiona e impõe uma guerra psicológica”, os 40 milhões de eleitores que compareceram às urnas haviam honrado o país. No dia seguinte, numa coletiva com a imprensa estrangeira, ele define as eleições como um golpe nos alicerces de “regimes opressores”: “O fato de que alguns protestam e questionam o resultado das eleições não é importante; é natural pois eles achavam que venceriam, e não venceram. É compreensível que estejam descontentes e respondam, ou escrevam cartas...”. A fraude denunciada pela oposição, para Ahmadinejad, é uma invenção da mídia e de governos ocidentais “porque o resultado foi contrário às suas expectativas; eles deveriam corrigir essas expectativas”.

Em outro pronunciamento transmitido pela televisão estatal em 7 de julho de 2009, o presidente disse que as eleições haviam sido as “mais saudáveis, mais livres e mais belas” já ocorridas, e por isso teriam sido tão visadas: “A maior razão para a interferência dos inimigos na eleição foi seu glorioso e magnífico efeito como uma eleição única no mundo”, ele declarou. Outro motivo para a interferência estrangeira, segundo Ahmadinejad, seria o fato de que os iranianos haviam reconfirmado, nas urnas, os 30 anos de Revolução Islâmica e também aprovado o primeiro mandato de seu governo.

Alavi (2011) explica que as três décadas de sanções impostas contra o Irã e as suspeitas vindas do Ocidente contribuem para que o país viva uma permanente sensação de cerco. Por isso:

O regime utiliza cada partícula de hostilidade para culpar poderes estrangeiros, os Estados Unidos e a Grã Bretanha acima de tudo, por qualquer problema doméstico ou insurreição. Ele (o governo) também é hábil em sustentar a mensagem alarmista que os inimigos internos são pagos ou servem aos interesses desses estrangeiros nefastos (ALAVI, In: ANSARI; DANESH, 2011, p. 14-5).

Convictos a respeito dessa influência de agentes externos, conforme Morozov (2011, p. 11), as autoridades iranianas usaram mensagens de texto via celular para ameaçar a população. “Caro cidadão, de acordo com informação recebida você foi influenciado pela propaganda desestabilizadora que a mídia afiliada a países estrangeiros tem disseminado”, dizia a mensagem citada pelo autor. “Em caso de qualquer ação ilegal e de contato com a mídia estrangeira, você será acusado como um criminoso de acordo com a Lei Islâmica e será investigado pelo Poder Judiciário”, concluía o alerta.

A primeira aparição pública do aiatolá Ali Khamenei depois das eleições foi no dia 19 de junho, num sermão para um público numeroso na Universidade de Teerã durante o *Salát Al-Jum'a*, a prece coletiva da sexta-feira (que é o dia sagrado do Islã). Um sermão que os líderes oposicionistas quiseram boicotar, conforme ficou registrado no Facebook: “Mousavi &

Karroubi pedem a seus simpatizantes que NÃO participem das preces desta sexta-feira (que serão ministradas pelo Líder Supremo aiatolá Khamenei)”.

Figura 11: Campanha de Mousavi pede boicote a Khamenei



Fonte: Facebook (2012)

No discurso, intercalado por manifestações de apoio da multidão em coro, o aiatolá disse que as eleições presidenciais foram um “terremoto político” para os inimigos do Irã: “Alguns dos nossos inimigos em diferentes partes do mundo tentaram retratar essa vitória absoluta, essa vitória definitiva, como uma vitória duvidosa”.

E, se nos últimos dias de campanha eleitoral foi a conduta do próprio Presidente Ahmadinejad que energizou sua oposição, o alerta de Khamenei contra manifestantes rotulados como “vândalos e agentes estrangeiros” atraiu mais pessoas às ruas: “As palavras e atitudes de Khamenei, todas bem hostis, deram à oposição força e uma causa comum” (AFSHARI; UNDERWOOD, 2009, p. 9).

De fato, nos dias que sucederam o sermão de Khamenei ocorreram aqueles que foram considerados os confrontos mais violentos entre cidadãos e governo. As manifestações foram duramente reprimidas, como ficou registrado no Twitter. “Acabo de chegar da Praça Baharestan, a situação hoje está terrível, eles batem nas pessoas como animais. RT RT RT”, escreveu @persiankiwi.

Figura 12: Tweet de @persiankiwi sobre agressão policial nas ruas



Fonte: Twitter (2012)

“A Praça Baharestan parecia Tiananmen Square hoje, muita violência, não sei como chamá-los, eles não são humanos”, indignava-se @IranElection09, comparando a repressão

ao Movimento Verde ao episódio ocorrido na China em 1989, quando manifestantes foram massacrados pelo exército na Praça da Paz Celestial, a Tiananmen Square, na capital Pequim.

Figura 13: Manifestantes comparam violência iraniana à Tiananmen Square



Fonte: Twitter (2012)

O dia 20 de junho de 2009 é marcado pela morte da jovem iraniana Neda Agha-Soltan.

Neda havia acompanhado uma manifestação junto com seu professor de música. Foi assassinada com um tiro no peito numa rua de Teerã. As dramáticas imagens de sua agonia, captadas por um telefone celular, foram imediatamente enviadas via Internet para a Europa, e então divulgadas pelo YouTube.¹⁵ Neda (palavra que em persa significa “voz” ou “chamado”) foi transformada, involuntariamente, em mártir do movimento. A fotografia da bela jovem apareceu em cartazes em manifestações de apoio aos iranianos realizadas em capitais e grandes cidades mundo afora. O fotógrafo e ativista iraniano Reza Deghati, radicado em Paris, na França, organizou uma ação em que os participantes eram convidados a baixar da Internet uma máscara reproduzindo o rosto de Neda, seguindo o lema “Nós somos todos uma Neda, somos todos um chamado”.

Neda foi sepultada em Behesht-e Zahram, o principal cemitério de Teerã, onde estão enterradas figuras históricas como o aiatolá Khomeini, mártires da Revolução Islâmica de 1979 e personalidades da cultura e das artes do país. Seu túmulo virou santuário e local de peregrinação, cenário de atos políticos e de confrontos entre manifestantes e polícia. Conforme a assessoria de imprensa do gabinete da presidência, o presidente Ahmadinejad solicitou ao Poder Judiciário que investigasse a morte da jovem Neda Agha-Soltan. No entanto, novamente, atribui o assassinato a agentes externos: “Uma enorme propaganda surgida em torno desse comovente incidente assim como a campanha da mídia ocidental provam o envolvimento de opositores e inimigos da nação iraniana num esforço para tirar vantagem política desse incidente”, disse Ahmadinejad.

¹⁵ O vídeo está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=-DSIJhAWEKo&bpctr=1366164900>>.

Os tradicionais adversários do Irã responderam às constantes acusações de influência no Movimento Verde, e à violência que o governo dirigia aos seus cidadãos. A eleição iraniana foi tema de um pronunciamento do presidente norte-americano Barack Obama em 20 de junho:

O governo iraniano tem que entender que o mundo está assistindo. Nós lamentamos toda e cada vida inocente perdida. Pedimos ao governo iraniano que pare com as ações violentas e injustas contra seu próprio povo. (...) Se o governo iraniano quer o respeito da comunidade internacional, ele deve respeitar a dignidade de seus próprios cidadãos e governar através do consenso, não da coerção.¹⁶

A Grã Bretanha, chamada pelo aiatolá Khamenei como “o pior dos inimigos” em declarações após as eleições, seguiu o mesmo tom. “Queremos ter um bom relacionamento com o Irã no futuro, mas isso depende de que o Irã seja capaz de mostrar ao mundo que suas eleições foram conduzidas de forma justa, e que não há uma injusta repressão dos direitos ou de indivíduos no país”, declarou o primeiro-ministro Gordon Brown. Mas as acusações de interferência contra o ex-colonizador não se resumiram a palavras. No final de junho dois diplomatas britânicos foram expulsos do Irã e nove funcionários da Embaixada Britânica no país (todos iranianos) foram presos, acusados de espionagem e de incitar as manifestações populares contra o resultado do pleito. A tensão entre Irã e Grã-Bretanha continuou aumentando até novembro de 2011, quando a Embaixada Britânica no país foi invadida e saqueada por manifestantes pró-Ahmadinejad que protestavam contra as sanções econômicas impostas em virtude do programa nuclear iraniano. Em resposta, a Grã-Bretanha expulsou o Embaixador iraniano e fechou sua representação diplomática no Irã. Os dois países, no entanto, não chegaram a cortar laços diplomáticos.

É interessante lembrar que, enquanto a comunidade internacional demonstrava sua preocupação a respeito da brutalidade do governo iraniano contra seu próprio povo, o então Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva reduziu o conflito a uma briga de torcidas. “Eu não conheço ninguém, a não ser a oposição, que tenha discordado da eleição do Irã. Não tem número, não tem prova. Por enquanto, é apenas, sabe, uma coisa entre flamenguistas e vascaínos”, ele afirmou.

De fato, é de certa forma compreensível a sugestão de que agentes externos estivessem exercendo alguma influência nos protestos que tomaram as ruas iranianas em junho de 2009: as mídias sociais utilizadas pelos manifestantes e seus apoiadores são empresas norte-

¹⁶ Transcrição do pronunciamento disponível no blog da Casa Branca: <<http://www.whitehouse.gov/blog/The-Presidents-Statement-on-Iran>>.

americanas. E essas empresas perceberam sua relevância durante o Movimento Verde. E reagiram.

No dia 16 de junho de 2009 (no quarto dia de protestos pós-eleições) o serviço de microblogging Twitter informou que decidira remanejar o horário da manutenção (que interrompe o serviço durante uma hora) para evitar prejuízo aos manifestantes, “reconhecendo o papel que o Twitter está desempenhando como uma ferramenta de comunicação no Irã”. Quando ocorreu a manutenção era madrugada no Irã, duas horas da tarde na costa oeste dos Estados Unidos. Na época imprensa elogiou o feito, afirmando que a empresa teria atendido a um pedido do Departamento de Estado norte-americano, o que foi negado pelo Twitter em comunicado em seu blog:

É gratificante pensar que nossa empresa, que tem apenas dois anos, está desempenhando um papel global tão significativo que governantes encontram maneiras de destacar nossa importância. No entanto, é importante ressaltar que o Departamento de Estado não tem acesso aos nossos processos de tomada de decisões. De qualquer maneira, nós podemos concordar que a troca de informações transparente é uma força positiva no mundo.¹⁷

Em 18 de junho o Facebook lançou uma versão do site em persa, explicando em seu blog que:

Desde as eleições iranianas na semana passada, pessoas ao redor do mundo têm compartilhado notícias e informações no Facebook a respeito dos resultados e suas consequências. (...) Hoje estamos disponibilizando o site numa versão persa, a fim de que iranianos e outros falantes de persa ao redor do mundo possam se comunicar na sua língua nativa.¹⁸

No dia seguinte, por sua vez, o site de pesquisa Google adicionou o idioma à sua ferramenta de tradução *online*, justificando assim em seu blog oficial:

Sentimos que disponibilizar o persa é particularmente importante agora, considerando os eventos em andamento no Irã. Assim como YouTube e outros serviços, o *Google Translate* é uma ferramenta a mais que os falantes de persa podem usar para se comunicar diretamente com o mundo e vice-versa, aumentando o acesso à informação.¹⁹

É interessante notar que, “ironicamente” como ressalta Morozov (2010, p. 205), ao apoiar os manifestantes iranianos essas empresas podem ter violado as leis do seu país:

¹⁷ Disponível em: <<http://blog.twitter.com/2009/06/down-time-rescheduled.html>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://blog.facebook.com/blog.php?post=97122772130>>.

¹⁹ Disponível em: <<http://googleblog.blogspot.com.br/2009/06/google-translates-persian.html>>.

“Duras sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos ao Irã são extensivas às companhias de tecnologia norte-americanas, incluindo as que oferecem serviços de Internet a iranianos comuns”, observa o autor. De acordo com essas sanções impostas e reforçadas pela Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos desde os primeiros anos da República Islâmica, bens, tecnologia ou serviços não podem ser exportados ou vendidos direta ou indiretamente dos EUA para o Irã. É permitida a doação de recursos utilizados para o “alívio do sofrimento humano” como medicamentos, maquinário agrícola, roupas e material informativo como *feed* de notícias (o que autoriza, então, a transmissão de noticiários dirigidos ao público persa pelo serviço Voice of America). Somente em março de 2010 o Departamento de Estado abria exceções em suas próprias regras, permitindo (formalmente) que empresas de tecnologia norte-americanas exportem serviços online para o Irã.

O governo iraniano exerceu seu poder bruto também no espaço virtual, bloqueando sites como Twitter, Facebook e Youtube – que se firmavam como ferramentas da oposição – e interrompendo o serviço de Internet.

No blog *Persian View*, Payam Moin Afshari relatava a dificuldade de comunicação já no dia seguinte às eleições: “Mensagens de texto e celulares estão bloqueados. Twitter, Youtube, Facebook são filtrados. A conexão à Internet está extremamente lenta. Nem tenho certeza se posso publicar este texto. A telefonia fixa também está interrompida em algumas áreas”. Afshari continuava o relato fazendo um paralelo à situação de incerteza vivida durante a Revolução de 1979: “Lembro-me da minha infância, durante a revolução, quando não havia eletricidade. Eu tinha medo e ouvia gritos nas ruas. Estava no colo do meu pai, e lembro-me dele sorrindo, e seu sorriso me acalmava. Agora, tudo de que eu preciso é do sorriso do meu pai novamente”.²⁰

Bloquear o acesso à Internet ou a sites específicos é uma prática comum no Irã, intensificada em períodos de crise política. “Governos autoritários sufocam a comunicação entre seus cidadãos porque eles temem, corretamente, que uma população bem coordenada restrinja sua habilidade de agir sem supervisão” (SHIRKY, 2011, p. 4). Para Castells, o controle da informação é a primeira linha de defesa das autoridades: “Quanto mais estreito o círculo de descontentamento, fica mais fácil reprimir o protesto e mais rápido restaurar a ordem” (2009, p. 347).

²⁰ Disponível em: <<http://persianview.wordpress.com/2009/06/13/iran-election-results-1/>>.

Mas enquanto o governo de Ahmadinejad fechava o ciberespaço, o Movimento Verde continuava atraindo o apoio de aliados externos. Uma das estratégias era providenciar servidores proxies para compartilhar o acesso à Internet e permitir que os manifestantes continuassem acessando a rede mundial de computadores, ao mesmo tempo em que despistavam a vigilância do governo iraniano. Era uma resposta a apelos como o feito por @persiankiwi em 15 junho: “Mais tarde precisaremos de um servidor proxy para carregar um filme. Alguém pode ajudar?”.

Figura 14: @persiankiwi solicitando servidores proxy



Fonte: Twitter (2012)

Um servidor *proxy* (do inglês “procurador”) é um computador que funciona como um intermediário entre um usuário e a *world wide web*, a rede mundial de computadores. O usuário configura seu computador para utilizar um endereço de IP (*Internet Protocol* ou Protocolo de Internet, número que identifica cada máquina) diferente do seu para acessar um site. Assim, ao enviar uma mensagem pelo Twitter, por exemplo, é como se ele utilizasse o servidor proxy, e não o próprio computador. A Renesys, uma empresa de consultoria para segurança na Internet, localizou uma amostragem de dois mil endereços de IP divulgados pelas mídias sociais com o objetivo de auxiliar a dissidência iraniana: foram identificados servidores proxies em 87 países.

As comunidades de hacktivistas Anonymous e Pirate Bay se uniram na campanha denominada *Anonymous Iran*, que concentrou esforços para a distribuição de proxies.²¹

Mehdi Saharkhiz, fundador do canal *Onlymehdi* do YouTube, conta que nos dias de protesto, quando a vigilância estatal na Internet era redobrada, “Muitas pessoas usaram

²¹ O Anonymous é uma comunidade descentralizada e, como o nome sugere, anônima, de programadores, ativistas e *hackers* com o lema da liberdade de informação – e da liberação de códigos de *softwares*. O Pirate Bay é um site de compartilhamento de conteúdo de origem sueca, que disponibiliza links para arquivos de áudio e vídeo de seus usuários – desconsiderando direitos autorais, daí o nome, “baía pirata”. Através de um email, Peter Sunde, um dos fundadores do Pirate Bay, lembra que em 2009 o grupo assumiu a identidade de *Persian Bay* (baía persa). Além de distribuir proxies para os manifestantes iranianos, o grupo também disponibilizava o acesso à Internet através do serviço de VPN. Do inglês *Virtual Private Network*, VPN é uma rede virtual particular, ferramenta que permite ocultar o hábito de navegação de um computador encriptando e canalizando o tráfego através de outra máquina.

servidores proxy porque todos os sites estavam bloqueados. A Internet poderia estar funcionando, mas os sites ou estavam sendo monitorados, ou inacessíveis”.

A fim de evitar que os ciberativistas equivocadamente auxiliassem o governo ao invés dos manifestantes, surgiram guias como o publicado pelo site Boing Boing, o *Cyberwar Guide for Iran Elections* (“guia de guerra cibernética para as eleições iranianas”) com instruções de como disponibilizar esses endereços de Internet Protocol (IP).²² Um cuidado importante era não divulgar o endereço de IP nas redes sociais. Em 22 de junho @persiankiwi informava que tinha uma lista com mais de 300 servidores proxies para serem distribuídos via mensagem direta (DM é a sigla para *direct message*, que é uma conversa privada entre usuários do Twitter).

Figura 15: @persiankiwi oferecendo servidores proxy



Fonte: Twitter (2012)

Outra estratégia usada por esse exército global de dissidentes foi mudar a localização do perfil no Twitter para o fuso horário de Teerã (GMT + 3.30). “Assim tornava-se difícil para o governo localizar quantas pessoas estavam, precisamente, no Irã”, explica a jornalista Solmaz Sharif.

No entanto, nem todas as atitudes desses ativistas foram “virtuosas”. Em protesto, hackers invadiram sites da Internet ligados ao governo iraniano como o da agência de notícias Fars News, o site do Gabinete do Líder Supremo e o da Presidência da República, com ataques de negação de serviço, o DDoS (do inglês *Distributed Denial of Service*). Esse tipo de ataque cria um número elevado de solicitações a um servidor, o que deixa os sites indisponíveis.

Num embate que se tornava cada vez mais violento diante da repressão do Estado, a comunicação era a principal arma da dissidência. Observa-se, então, um exemplo prático do que Nye define como a “difusão do poder” derivada do fácil acesso à tecnologia no século XXI. Chefes de Estado preferiram não intervir numa questão considerada de política doméstica e respeitando o poder soberano do Irã – no caso de Grã-Bretanha e Estados Unidos, evitando que antigas animosidades viessem à tona. A “intervenção” veio a partir de inúmeros

²² Disponível em: <<http://boingboing.net/2009/06/16/cyberwar-guide-for-i.html>>.

ciberativistas e das organizações privadas que administram essas mídias sociais, que ofereceram recursos para que os manifestantes iranianos continuassem empoderados pela tecnologia.

Para Castells (2009), o Estado que historicamente tem operado como um guardião da interação em rede passa a ser um nóculo (embora sem perder sua importância) integrante de um novo contexto em que diversas redes políticas, institucionais ou civis, locais ou globais, se entrelaçam na construção da prática social – o “cenário abarrotado” descrito por Nye (2011). Com sua reação diante da repressão e da privação de liberdades democráticas no Irã, a sociedade civil internacional demonstraria que não depende apenas do Estado e de seus aparatos.

Observa-se também o exercício do contrapoder que, conforme apresentei anteriormente, Castells (2007) define como a capacidade de um ator social de resistir e desafiar as relações de poder institucionalizadas – em oposição ao “poder”, que para o autor é “a capacidade estrutural de um ator social de impor sua vontade sobre outro ator social”. Os eleitores insatisfeitos que protestaram contra o resultado de uma votação crucial exerceram seu contrapoder nas esferas *offline* e *online*, no espaço físico e no espaço virtual. E eles contaram com o apoio de ativistas da sociedade civil internacional, que passaram a ecoar o lema dos dissidentes, perguntando: “Onde está o voto deles?”.

3.8 CRÍTICAS AO MOVIMENTO: A REVOLUÇÃO FOI “TUITADA”?

É importante ressaltar que, embora tenha sido comprovadamente uma das ferramentas de comunicação usadas pelos candidatos à presidência e seus simpatizantes, o alcance do Twitter dentro do Irã é limitado. Apenas 17% dos iranianos acessam o serviço de *microblogging*, segundo a já mencionada pesquisa da Universidade da Pensilvânia. Para Enayat, Smith e Wojcieszak, a caracterização de uma “Revolução do Twitter” pode ter sido exagerada, mais descritiva do que baseada em evidências ou dados científicos (2012, p. 37). Morozov (2011, p. 15) cita um levantamento feito por uma empresa de análise de mídias sociais que localizou 19,235 contas de Twitter registradas no Irã (o que representa 0.027 por cento da população, diz o autor). Ou seja, como muitos “tuiteiros” que simpatizavam com a causa mudaram sua localização no site para Teerã, fica difícil identificar se um *tweet* veio das ruas de Teerã ou de uma sala de estar em qualquer lugar do mundo. São informações que justificam o ceticismo e as críticas ao que Morozov chama de “cibercelebrações”.

“As sociedades ocidentais criaram uma ciberfantasia ao rotular esse movimento de Revolução do Twitter. Esse rótulo ignora completamente as pessoas que foram assassinadas ou feridas ou postas em perigo por balas não-virtuais”, diz Alizadeh (2009, p. 5).

Esfandiari (2010) concorda que a atividade na Internet tenha ajudado a atrair a atenção e criado “uma solidariedade internacional moral sem precedentes” para a luta do povo iraniano por democracia e direitos humanos, mas lembra que essa batalha tem sido “bravamente travada muitos anos antes do nascimento do Twitter”. Para a autora iraniana, a “Revolução do Twitter” foi um slogan irresistível para a imprensa, e uma “terrível injustiça com os iranianos que fizeram sacrifícios reais, não virtuais”. Não é por acaso que seu artigo para a Foreign Policy trazia no título *The Twitter Devolution; devolution* significando rendição, como se a revolução dos cidadãos iranianos tivesse sido sequestrada pelas mídias sociais, numa clara crítica à celebração da chamada *Twitter Revolution*.

Para Morozov (2011), uma “exuberância irracional” marcou a interpretação ocidental do que ocorria no Irã. Enquanto o povo iraniano encarava sua maior crise política em 30 anos empurrado por “conflituosas forças do populismo, conservadorismo e da modernidade”, o autor avalia que a mídia internacional decidiu priorizar outra pauta:

A Revolução do Twitter revelou o intenso desejo do Ocidente por um mundo em que as tecnologias da informação sejam mais libertadoras do que opressoras, um mundo em que a tecnologia possa ser cultivada para espalhar democracia ao redor do mundo ao invés de fortalecer as autocracias (2011, p. 5).

“A revolução será tuitada”, alertou Sullivan (2009) logo no dia seguinte em que um número recorde de iranianos depositou seu voto nas urnas. Exagero? Um slogan irresistível? Invenção da mídia ocidental? Analisar o papel das mídias sociais da Internet durante as eleições presidenciais no Irã em 2009 exige parcimônia. Ao enaltecer a participação de ciber e hacktivistas externos, sem considerar as nuances e a dinâmica da política e da cultura locais, jornalistas e pesquisadores correm o risco de subestimar o protagonismo e a capacidade de organização dos próprios manifestantes iranianos, submetidos à censura e à repressão física brutal. No entanto, acredito que muito antes de diminuir o papel de ativistas locais, o título “Revolução do Twitter” ilustra o serviço que as mídias sociais, e não apenas o serviço de microblogging, prestaram à imprensa (ao reportar o que ocorria nas ruas iranianas); assim como a comunicação entre iranianos e a diáspora, entre manifestantes e ciberativistas.

Como diz Shirky (2010):

Enquanto o uso das mídias sociais rapidamente ganhou o rótulo de “Revolução do Twitter”, a real revolução foi o uso dos telefones celulares que permitiu que os manifestantes divulgassem suas ações para outros cidadãos e para o mundo com uma notável rapidez e instantaneidade. Essa característica, de um público que se organiza rápido e que documenta a si mesmo, é mais que simplesmente um novo slogan.

O “boca-a-boca virtual” deu visibilidade global a um conflito local. É o que comprova a análise de mensagens transmitidas via Twitter durante a semana de 15 a 19 de junho de 2009, feita pelo instituto de pesquisas Pew, dos Estados Unidos. A pesquisa detectou que 98% dos links postados no serviço de microblogging durante esse período se referiam à crise no Irã. Entre as páginas mais acessadas via Twitter estavam fotografias das manifestações, reportagens sobre como os ativistas estavam utilizando a Internet como ferramenta de mobilização e artigos sobre como os usuários do serviço também podiam se organizar online para apoiar o movimento.

Em 15 de dezembro de 2009 o Twitter informou em seu blog os *trending topics* (que são os assuntos mais comentados na mídia social) do ano. A hashtag *#iranelection*, e os termos *Iran* e *Tehran* estavam entre os mais frequentes nos *tweets*, sendo que *#iranelection* ocupou o primeiro lugar na categoria “notícias”.²³ Segundo o Mashable.com, revista eletrônica especializada em tecnologia, o pico ocorreu no dia 16 de junho de 2009, quando no intervalo de uma hora mais de 220 mil mensagens ou *tweets* citavam o termo *Iran*.

Considero que utilizando a Internet os manifestantes iranianos escaparam do “confinamento” no que Castells (2007) define como um “espaço de lugares” para o “espaço de fluxos”: eles pensavam localmente, mas agiam globalmente (ao conversar com a comunidade internacional). Analisando eventos semelhantes em que dissidentes enfrentaram o governo munidos com pouco mais que um telefone celular ou uma câmera digital (como os levantes da chamada Primavera Árabe), Castells aponta para o surgimento de um novo paradigma de movimento social: o movimento social em rede. “As mídias sociais da Internet são a plataforma, mas a conexão é múltipla, ela inclui redes sociais *online* e *offline*, redes pré-existentes e redes formadas durante as ações do movimento” (2012, p. 221).

Como foi aqui relatado, tanto na fase da campanha como na fase dos protestos o Movimento Verde aliou formas tradicionais a recursos inovadores de mobilização. Para Sreberny, isso representa um avanço nas formas de conversação e mobilização social:

²³ Disponível em: <<http://blog.twitter.com/2009/12/top-twitter-trends-of-2009.html>>.

Essas plataformas garantem instantaneidade, a imediata difusão e acesso à informação ignorando fronteiras nacionais e direcionando-se a populações da diáspora e estrangeiras. Mas essas práticas da Internet também se intersectam com intensas discussões cara a cara em espaços privados, entre velhas e novas coletividades (SREBERNY, 2012, p.4).

Em resposta à repressão violenta e à privação de liberdades democráticas no Irã viu-se o que se pode chamar de uma onda de solidariedade virtual, ou a “solidariedade internacional moral sem precedentes” citada por Esfandiari. A sociedade civil agiu segundo seus princípios e utilizando suas ferramentas, independentemente do poder instituído, do Estado e de seus instrumentos. Uma vez superado o medo de desafiar as instituições de poder, apesar do perigo inerente às suas ações, “indivíduos conectados em redes se transformam em um ator coletivo” (CASTELLS, 2012, p. 219).

“Essa é uma nova forma de intercâmbio diplomático a ser implementada entre os cidadãos”, sugere Leight (do USC Center on Public Diplomacy da University of Southern California). “Apesar de ser difícil confirmar a veracidade de toda a informação divulgada pela imprensa, o volume de atividade online correspondente à eleição iraniana demonstra claramente o poder do ciberativismo e a utilidade das novas mídias na diplomacia pública.”

3.9 A OPOSIÇÃO EMUDECIDADA

Todo o sábado, vestidas de preto e carregando as fotografias dos filhos detidos, desaparecidos ou mortos desde os protestos de junho de 2009, as *Mourning Mothers* (ou “mães em luto”) se reúnem em demonstrações pacíficas no Laleh Park em Teerã – a exemplo das *Madres de Plaza de Mayo*, que toda semana ainda reclamam em frente à Casa Rosada, o palácio da presidência localizado no centro de Buenos Aires, pelos filhos desaparecidos durante a ditadura militar argentina (de 1976 a 1983). As *Mourning Mothers* de Teerã pedem a libertação incondicional de todos os prisioneiros políticos do país e a abolição da pena de morte. E demonstram como o Movimento Verde que contestou as eleições presidenciais de 2009 no Irã continua vivo de algumas maneiras.

Em 3 de agosto de 2009 o aiatolá Ali Khamenei endossou formalmente o segundo mandato de Mahmoud Ahmadinejad. Os manifestantes, então, voltaram às ruas, como relatou @iranbaan via Twitter em 4 de agosto: “Forças (policiais) dispersaram as pessoas que estavam protestando contra a posse de AN (Ahmadinejad) atacando com tiros para o alto e gás lacrimogêneo”. O presidente reeleito do Irã tomou posse no dia seguinte.

Nessa época começaram julgamentos de centenas de manifestantes. A ONG International Campaign for Human Rights in Iran estima que cerca de quatro mil pessoas tenham sido detidas (no balanço dos protestos há ainda trinta pessoas mortas segundo dados do governo, número que as organizações de defesa dos direitos humanos acreditam ser maior). Os julgamentos coletivos realizados em agosto de 2009 na Corte Revolucionária de Teerã são do tipo *show trials*, ou “julgamentos-show”, pois são noticiados pela TV estatal, e incluem vídeos com confissões que são consideradas forçadas. Os manifestantes foram acusados de planejar e liderar tumultos, de ligações com grupos contra a Revolução Islâmica e de participar de uma “revolução de veludo” – numa referência ao tipo de levante popular que derrubou o regime comunista na Tchecoslováquia nos anos 80 (MEO, 2009).

A maioria dos réus eram cidadãos comuns, mas também foram acusados oficiais das embaixadas britânica e francesa, e líderes reformistas como Ali Mohammad Abtahi. Abtahi é um dos dirigentes da Associação de Clérigos Combatentes (grupo político a que pertencem o ex-presidente Mohammad Khatami e o então candidato da oposição Mehdi Karroubi). Em seu blog *Webnevesht*, em 13 de junho de 2009, Mohammad Ali Abtahi havia comentado sobre a decepção com o resultado das eleições: “Ontem o Irã estava alegre porque mudava seu destino, todos participaram, mas a noite passada foi amarga e chocante”. O blog ainda apresenta um comunicado em sua página principal: “Mohammad Ali Abtahi, ex-vice-presidente durante o mandato do Sr. Khatami e conselheiro de Sr. Karroubi na eleição presidencial foi preso. Quando ele for solto, ele voltará a escrever”.²⁴ Numa confissão gravada Abtahi declarou que “o tema da fraude foi uma mentira usada para provocar confusão e transformar o Irã num país destruído como o Afeganistão ou o Iraque”.

“Fica claro que o governo iraniano está usando essa farsa não apenas para punir os detidos, mas para intimidar quem se manifestar contra a injustiça. Não há nada como um julgamento-show para demonstrar a tendências autoritárias do governo”, declarou Joe Stok, diretor para o oriente Médio da ONG Human Rights Watch.

Em um desses julgamentos coletivos as empresas Facebook, Twitter e Google (por causa de sua ferramenta de tradução para o persa), e os canais por satélite Voice of America e BBC Persian foram acusadas de integrarem uma conspiração contra o regime iraniano. Mais de um ano depois das eleições, a acusação continuava via TV estatal: uma reportagem alegou que Facebook e Twitter eram os “inimigos ocultos” do Irã, ferramentas utilizadas para recrutar indivíduos para operações de espionagem e extrair informações sobre cidadãos

²⁴ Disponível em: <<http://www.webneveshteha.com/en/>>.

iranianos (ESFANDIARI, 2009). Parafraseando Morozov (2010, p. 236), a Internet é vista como um míssil digital *made in America* que desestabiliza o autoritarismo.

Como lembra Christensen (2010), durante as manifestações Mehdi Karroubi foi feroz um crítico da violência com que o governo tratava a oposição, condenando a violação dos direitos humanos e pedindo que os abusos fossem investigados; mas foi Mousavi quem permaneceu como a imagem da oposição.

Em fevereiro de 2011 as autoridades iranianas decretaram a prisão domiciliar dos candidatos da oposição Mir Hossein Mousavi e Mehdi Karroubi junto com suas esposas Zahra Rahnavard e Fatemeh Karroubi, como punição por terem convocado um comício em apoio aos levantes populares na Tunísia e no Egito. Segundo uma declaração conjunta de várias organizações humanitárias como Anistia Internacional, Human Rights Watch e Repórteres Sem Fronteiras, dois anos depois das prisões o governo iraniano ainda não havia apresentado nenhuma acusação formal contra eles. Apelos de diferentes organismos, incluindo a Organização das Nações Unidas, pela liberdade dos líderes opositores têm sido frequentemente ignorados pelo governo do Irã.

Simpatizantes da causa de Mousavi e Karroubi continuam seguindo-os: *online*, através de suas páginas no Facebook.²⁵

²⁵ Disponível em <<http://www.facebook.com/mousavi>> e <<http://www.facebook.com/MehdiKaroubi>>

4 ATIVISMO 2.0: A SOCIEDADE CIVIL E A INTERNET

No capítulo anterior relatei que a campanha para a presidência do Irã em 2009 foi caracterizada pelo uso de modernas ferramentas de informação e comunicação para mobilizar os eleitores. Também mostrei que mensagens e imagens armazenadas em blogs e nas mídias sociais da Internet ajudam a recuperar a história daqueles dias em que os iranianos tomaram as ruas do país e as vias do ciberespaço para perguntar “Onde está o meu voto?”. No presente capítulo analiso como as TICs ampliam o engajamento da sociedade civil na política internacional, e como essas tecnologias favorecem a inclusão dos cidadãos na construção de narrativas jornalísticas de eventos de relevância política e social.

O ativismo via Internet, como no caso das manifestações oposicionistas no Irã, representa o que Recuero (2009, p. 16) define como uma mudança profunda nas formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: é a Comunicação Mediada pelo Computador, que “mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão”. Creio que o verbo “amplificar” é o que melhor define o papel das Tecnologias de Comunicação e Informação na sociedade contemporânea. As TICs ampliam nossos laços relacionais e amplificam nossa mensagem ao permitir que atravessemos fronteiras com o clique de um mouse – mesmo as densas fronteiras erguidas ao redor do Irã.

E se a crise política no Irã em 2009 demonstrou a capacidade da Internet de conectar numa causa comum públicos distintos e geograficamente separados, ela também gerou um grande debate sobre o papel das “novas mídias” *versus* a “mídia tradicional”.

4.1 “TUITAÇÃO”: UM PIQUETE NO ESPAÇO VIRTUAL

O ativista político do século XXI faz piquete no ciberespaço, que Lemos descreve como “um ecossistema complexo onde reina a interdependência entre o microssistema tecnológico (a rede de máquinas interligadas) e o microssistema social (a dinâmica dos usuários)”; um ambiente construído pela disseminação da informação e de dados, e pelas relações interpessoais que nele se criam ou se fortalecem (2002, p. 147).

Em 2011, em relatório marcando os 50 anos da instituição, a Anistia Internacional destacou o impacto da Revolução da Internet nas campanhas em defesa dos direitos humanos em todo o planeta. Citando como exemplo os levantes da Primavera Árabe, o secretário-geral da Anistia Internacional Salil Shetty disse que o ano de 2010 seria lembrado como “um

divisor de águas, quando ativistas e jornalistas usaram novas tecnologias para afirmar a verdade frente aos poderosos e exigir maior respeito pelos direitos humanos”.

O ativismo político e social se renova na Era da Internet, como destacou Shetty:

Há 50 anos a Anistia Internacional tem explorado as fronteiras da tecnologia para dar voz às vítimas de abusos. Desde os teletipos, fotocopiadoras e aparelhos de fax, passando pelo rádio, pela televisão e pela comunicação por satélite, até os telefones, os e-mails e a Internet, todos esses instrumentos foram arregimentados para possibilitar mobilizações em massa (RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL, 2011, p. xi).

As mídias sociais e as redes sociais formadas na Internet permitem que ativistas e organizações não-governamentais ampliem suas campanhas para uma escala global, de formas inovadoras e criativas. Uma estratégia utilizada com frequência pelos ativistas da era digital é o “tuitaço”, ou *tweet storm* em inglês. Esse tipo de campanha convida simpatizantes de uma causa a enviar mensagens pelo serviço de microblogging Twitter, ou *tweets*, repetidamente, utilizando uma *hashtag* específica que identifica o assunto (como vimos anteriormente, as *hashtags*, palavras que seguem o símbolo #, são utilizadas para identificar palavras-chave referentes a um tema, e assim categorizar as mensagens). O objetivo da *tweet storm* é promover fluxo de um maior número possível de mensagens com mesma *hashtag*, colocando a campanha entre assuntos mais comentados do Twitter para atrair a atenção da imprensa, da opinião pública e das autoridades que possam intervir na questão.

Assim como na época dos protestos de 2009, o apelo de iranianos continua na agenda da sociedade civil internacional. No dia 29 de novembro de 2012 um tuitaço foi promovido em prol da advogada iraniana Nasrin Sotoudeh. Reconhecida no Irã por defender ativistas políticos e por fazer campanha contra a pena de morte para crianças e adolescentes, a advogada assumiu a defesa de jovens estudantes presos durante as manifestações de 2009. Ela foi detida em setembro de 2010, acusada de agir contra a segurança nacional, fazer propaganda contra o regime por pertencer ao Defenders of Human Rights Center, uma organização de defesa dos direitos humanos fundada pela Prêmio Nobel da Paz Shirin Ebadi em Teerã. A advogada Shirin Ebadi, cabe lembrar, recebeu o prêmio em 2003 por seu trabalho em defesa de mulheres, crianças, ativistas e prisioneiros políticos no Irã. Foi forçada ao exílio em 2009, por criticar o regime após as contestadas eleições.

Nasrin foi condenada a 11 anos de prisão e 20 anos sem poder exercer a profissão ou deixar o país – após apelo, a sentença foi reduzida a seis e dez anos, respectivamente. A advogada foi levada para a prisão de Evin (que é sempre descrita em reportagens com os adjetivos “notória” ou “infame”). A prisão de Nasrin e seu tratamento pelo Poder Judiciário

iraniano mobilizaram ativistas de direitos humanos. Conforme a ONG Campanha Internacional pelos Direitos Humanos no Irã, desde sua prisão em 2010 a advogada era com frequência colocada em confinamento solitário e impedida de receber visitas da família com regularidade.

Em 2012 Soutoudeh foi homenageada com o *Sakharov Prize for Freedom of Thought*, prêmio pela liberdade de expressão, concedido pelo Parlamento Europeu. O prêmio foi dividido com o cineasta Jafar Panahi, também iraniano, também um prisioneiro de consciência. Panahi foi detido em julho de 2009 numa cerimônia em homenagem a manifestantes mortos durante o Movimento Verde, e também foi acusado de agir contra a segurança nacional e de fazer propaganda contra o governo. Como pena, ele está impedido de sair do país, de trabalhar como cineasta ou dar entrevistas durante 20 anos – além dos seis anos de prisão a que foi condenado.

Na época do tuitaço, a saúde de Nasrin Sotoudeh corria sérios riscos: ela faz uma greve de fome durante 49 dias, num protesto contra a perseguição ao marido e à filha, proibidos pelo governo iraniano de deixar o país.

O tuitaço foi promovido pelo grupo *Tweet Storms for Iran*, que se organiza através da Internet com perfis no Facebook e no Twitter. As mensagens eram dirigidas a agências da ONU, redações e a jornalistas de todo o mundo, e foram escritas em inglês, alemão, persa e em espanhol.

Figura 16: Mensagem transmitida durante "tuitaço" pela advogada Soutoudeh



Fonte: Facebook (2012)

Duas *hashtags* foram utilizadas: #HelpNasrin e #Iran, uma abrindo e outra encerrando cada mensagem, como se vê nesse exemplo: “Ajude Nasrin Sotoudeh, premiada advogada de direitos (humanos) no 44º dia de greve de fome na notória prisão de Evin”.

Ao final do tuitaço, mais de oito mil mensagens haviam sido enviadas. Era como se tivéssemos participado de passeatas em frente de empresas de comunicação como CNN ou BBC. Foi uma passeata “desterritorializada”, um protesto que atravessou o ciberespaço.

O núcleo do grupo *Tweet Storms for Iran* é formado por pessoas de diferentes países como Irã, Austrália, Estados Unidos, e da Europa. É o que me contou em depoimento através do Facebook um dos administradores do grupo, a quem identificarei por seu nome de usuário no Twitter, @vattandoost. Aos administradores cabe coletar informações sobre os prisioneiros, compor as mensagens e promover as campanhas. “O objetivo dos tuitaços é atrair a atenção internacional e pressionar o regime iraniano para libertar, reduzir a sentença ou garantir cuidados médicos para o prisioneiro que estamos apoiando”, diz @vattandoost, lembrando que as campanhas já obtiveram respostas de agências de notícias, do Parlamento Europeu e do Departamento de Estado norte-americano.

Nasrin Soutoudeh encerrou a greve de fome cinco dias após o tuitaço, quando o governo iraniano revogou as restrições de viagem impostas à sua filha Mehraveh, de 13 anos.

4.2 AUTONOMIA NO CIBERESPAÇO

E o que teria tornado a situação no Irã tão especial, comovente e instigante para a sociedade civil internacional? Apontar as motivações individuais de ciberativistas seria impossível. No entanto, cabe considerar alguns elementos importantes que segundo analistas caracterizam as relações no ciberespaço: a emergência da autonomia e da cooperação.

Benkler relata que a biologia evolutiva tem desenvolvido “modelos refinados” para explicar essa tendência: “Somos mais caóticos e complicados que padrões antigos sugerem ou determinam” (2011, p. 236). Para o autor a cooperação está na origem das formas mais interessantes de criação e de prosperidade no mundo atual (como exemplo, a autoria colaborativa da enciclopédia virtual Wikipedia e os novos modelos de negócios na indústria fonográfica, em que músicos recorrem a seus fãs através de financiamentos coletivos, ou *crowdfunding*, para custear a gravação de álbuns e a realização de shows). Benkler sugere que “nos importamos o suficiente com o que acreditamos ser o correto, o justo e o normal ou socialmente apropriado para a situação – mesmo que isso venha a ter um preço para nós” (2011, p. 171). Para o autor, as TICs permitem que cidadão exerça sua autonomia, cada vez mais e em diversas áreas: “Precisamos sentir que controlamos nossas próprias preferências, princípios e ações. Quando pensamos que somos manipulados e controlados por recompensas, nos rebelamos” (BENKLER, 2011, p. 179).

Autonomia, no entanto, não significa individualismo – é o que sugere Castells (2012). Para o autor, autonomia é a capacidade que um ator social tem de definir sua ação acerca de

projetos construídos independentemente de instituições, de acordo com seus valores e interesses. “A transição da individualidade para autonomia opera-se através das redes que permitem que cada ator individual construa sua autonomia junto à pessoas com perspectivas semelhantes na rede de sua escolha” (CASTELLS, 2012, p. 230-1).

A possibilidade de desafiar os velhos paradigmas de relações de poder e de agir com autonomia forja e fortalece os laços cooperativos no ciberespaço. As redes sociais formadas na Internet ajudam a promover um sentimento de comunidade e a reduzir o isolamento provocado pelo medo em países de governos repressores (ZHUO; WELLMAN; YU, 2011). Como poetiza Castells, a resistência depende dessa comunicação para “transformar noites solitárias de desespero em dias compartilhados de ira” (2009, p. 347).

4.3 DESAFIANDO O “GRANDE IRMÃO”

Os padrões de comunicação mudam ao longo da história. Como nos lembra Lemos (2002), a invenção da imprensa tornou livros acessíveis, o telefone aproximou indivíduos em conversas instantâneas, a TV e o rádio levaram informações a públicos distantes. O desenvolvimento da Internet e da comunicação mediada por computador representam uma “revolução sem precedentes” para o autor: “Pela primeira vez o homem pode trocar informações, sob as mais diversas formas, de maneira instantânea e planetária” (LEMO, 2002, p. 123). Nesse formato de comunicação, “a circulação de informações não obedece à hierarquia da árvore, um-todos, e sim à multiplicidade do rizoma, todos-todos” (idem, p. 73).

É a transição de um modelo de comunicação em que o fluxo de informação ocorre predominantemente num sentido único, numa “interação monológica” (PRIMO, 2007), para um modelo de “interação dialógica”. Na interação mediada pelo computador, segundo Primo, o “receptor” dos modelos comunicacionais tradicionais passa a ser um “usuário”, um interlocutor.

Lemos (2002, p. 20) nos lembra que a palavra “ciber” tem origem no termo grego “kybernetes” (que significa governar, conduzir, pilotagem). Para o autor, no entanto, a cibercultura não é “dominada por um *Big Brother* timoneiro”. O uso do termo *Big Brother*, ou “Grande Irmão” é uma alusão à obra do escritor inglês George Orwell, “1984”. A obra publicada em 1949 imaginava um mundo após um conflito internacional em que não havia privacidade, em que o pensamento livre e independente era proibido. O “Grande Irmão”

estaria sempre “de olho em você” através das “teletelas”, instrumentos que monitoravam o cotidiano dos cidadãos ao mesmo tempo que transmitiam mensagens de propaganda.

Tanto Lemos, ao dissertar sobre a cibercultura, quanto Nye, ao investigar a difusão do poder na Era da Internet, referem-se à “1984”.

Para Lemos:

O livro mostra o sentimento provável, e mesmo previsível, de medo do controle tecnocrático e da homogeneização das massas. O sonho da modernidade estava concentrado inteiramente na perspectiva racionalista da via, no domínio da natureza e no controle e domesticação do homem e da sociedade (LEMOS, 2002, p. 20).

Como observa Nye:

No meio do século XX as pessoas temiam que os computadores e as comunicações da atual Revolução da Informática criassem um governo centralizador e controlador como o dramatizado na novela ‘1984’ de George Orwell. (...) No entanto, ao contrário, com a redução do custo dos computadores e do tamanho dos aparelhos, o efeito descentralizador ultrapassou o poder centralizador. (NYE, 2011 p. 115-6).

Nye (2011, p. 116) lembra que a Internet cria inúmeras possibilidades de comunicação: um-a-um (via email), um-para-muitos (através de blogs, por exemplo), muitos-para-um (caso da enciclopédia colaborativa online Wikipedia) e muitos-para-muitos (em sites como o Facebook). “A informação é um recurso de poder fundamental e, mais do que nunca, mais pessoas têm mais acesso a ela,” diz o autor. O acesso à livre circulação de informação diminui as barreiras de entrada na política, terreno anteriormente habitado somente pelos governantes: “Indivíduos e organizações particulares, desde corporações, ONGs e terroristas, adquirem o poder de desempenhar papéis importantes na política mundial”. Surge então “uma camada de relacionamentos que os Estados soberanos não controlam totalmente” (NYE, 2011, p. 118).

Opondo-se a um sistema hierarquicamente fechado, “o jogo comunicativo não pertence a uma entidade central, mas a esse organismo-rede” (LEMOS, 2002, p. 147). Contrariando algumas pessimistas previsões “orwellianas”, a Revolução da Internet deu origem a uma sociedade de compartilhamento, como a “Sociedade em Rede” proposta por Castells, “uma estrutura social construída através de redes de comunicação digitais” em que indivíduos são promovidos de simples receptores a também produtores da informação, incrementando sua autonomia *vis-à-vis* os detentores do poder como corporações e Estados (2009, p. 4). Na “Sociedade em Rede” ocorre a emergência do que Castells define como a “autocomunicação de massa” (*mass self-communication*), a comunicação que é gerada e

dirigida por indivíduos em redes horizontais que conectam o local ao global (2009, p. 70). “A emergência da autocomunicação de massa oferece um meio extraordinário em que movimentos sociais constroem sua autonomia e confrontam instituições em seus próprios termos e projetos” (CASTELLS, 2007, p. 249).

No entanto, é importante lembrar que se Estados não têm o monopólio total sobre as novas mídias digitais e, conseqüentemente sobre o fluxo da informação, a sociedade civil também não tem (como veremos no capítulo a seguir). Também citando a obra de Orwell, Morozov sustenta que a natureza descentralizada da Internet pode dificultar a censura, mas também deixa os ativistas mais vulneráveis e torna a propaganda oficial mais efetiva – com a oportunidade de maquiagem mensagens oficiais como se fossem conteúdo amador.

Para o autor:

Apesar dos modelos reducionistas que fazem com que muitos no Ocidente acreditem que a informação pode destruir o autoritarismo, a informação também desempenha um papel instrumental em permitir a propaganda, a censura e a vigilância, os três principais pilares do controle autoritário à moda Orwell (2011, p. 82).

4.4 A EMERGÊNCIA DO “JORNALISMO CIDADÃO”

Se em 2009 as TICs serviram às campanhas dos candidatos à presidência do Irã, para a mobilização interna e como canal de comunicação com iranianos expatriados e outros públicos estrangeiros, as imagens captadas pelos manifestantes com seus aparelhos de telefonia celular também chegariam às redações de empresas jornalísticas mundo afora. “Logo após as eleições todos os principais correspondentes internacionais foram proibidos de trabalhar ou expulsos do país; isso redefiniu a arquitetura do jornalismo de cobertura do Irã”, lembra Dabashi (2009). “O governo fechou toda comunicação e cobertura jornalística estrangeiras”, alertou @persiankiwi via Twitter em 18 de junho.

Figura 17: @persiankiwi noticia a censura à imprensa



Fonte: Twitter (2012)

Para cobrir o Irã em 2009 órgãos da imprensa “tradicional” aliaram-se a um modelo de jornalismo que se convencionou chamar de “cidadão”. Ao analisar o impacto da cibercultura

no jornalismo, Primo (2011) explica como a Web 2.0 – a web participativa²⁶ – e as mídias sociais da Internet possibilitam a ultrapassagem de um modelo em que apenas os jornalistas profissionais definem o que deve ser publicado ou ignorado (o *gatekeeping*). “É através da potencialização da comunicação, dos afetos, do trabalho voluntário, dos movimentos de colaboração e das interações em redes que o jornalismo vai se transformando no contexto da cibercultura” (PRIMO, 2011, p.131).

Citando Heinrich (2011), Primo (2011, p. 132) lembra que, diferentemente do contexto das mídias tradicionais, as TICs permitem um fluxo não linear de informações, enquanto o fácil acesso à tecnologia digital amplia as opções de captação de notícias. Como consequência, as empresas são obrigadas a acolher o trabalho de produtores e distribuidores de notícias sem formação profissional (os “jornalistas cidadãos”), que não fazem parte das empresas de comunicação mas que tornam-se nódulos integrantes de “uma densa rede de informações”, numa conexão interativa que é o “jornalismo em rede”, ou *networking journalism*. A alternativa, para as empresas, seria correr o risco de perder a notícia em primeira mão, ou o “furo” no jargão jornalístico.

“Até recentemente, notícia significava duas coisas diferentes: eventos que são dignos de nota, e eventos cobertos pela imprensa. Nesse ambiente, o que identificava algo como notícia era o julgamento profissional”, diz Shirky (2008, p. 64). A rede de televisão Al Jazeera soube aproveitar bem esse modelo contemporâneo de jornalismo, o qual Shirky chama de “amadorização em massa” – um desafio para a imprensa tradicional.

Baseada em Doha, no Qatar, a Al Jazeera transmite notícias 24 horas por dia e prima pela diversidade: emprega profissionais de 50 nacionalidades em 65 *bureaus* espalhados pelo mundo.²⁷ Em 2008 a rede de TV lançou em seu website o canal *Sharek* (que significa “contribuir” ou “compartilhar” em árabe).²⁸ Através desse canal de participação os telespectadores enviam vídeos captados em locais onde há situação de conflito ou abuso de direitos civis. No site o canal apresenta um pequeno “manual de redação”, um rol de orientações sobre como captar imagem e som para garantir vídeos com boa qualidade de reprodução, além de atitudes básicas da reportagem como carregar baterias, fitas e cartões de memória extra, um bloco e caneta para fazer anotações.

²⁶ A Web 2.0 é uma rede participativa ou colaborativa, pressupõe interatividade do usuário. A primeira geração de comunidades e serviços da Internet, Web 1.0, era estática.

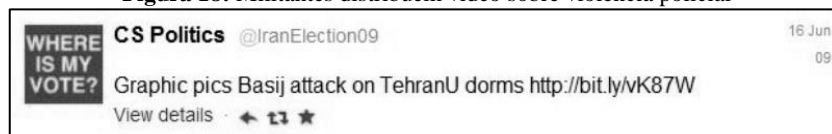
²⁷ Dados disponíveis no site da empresa: <<http://www.aljazeera.com/aboutus/>>.

²⁸ Disponível em: <<http://sharek.aljazeera.net/>>.

É interessante considerar como seria a cobertura jornalística das crises contemporâneas em países onde não há liberdade de imprensa ou de expressão, não fossem esses protagonistas transformados em narradores. Em função de seu alcance e credibilidade junto ao público do Oriente Médio, a Al Jazeera teve acesso a relatos de pontos privilegiados através do *Sharek* durante os levantes populares da Primavera Árabe. “Sem toda essa cobertura espontânea, as notícias sobre os acontecimentos teriam sido muito diferentes, como também o impacto nacional e internacional”, sugere Primo (2011, p. 133).

O observador mais atento das imagens captadas nas ruas iranianas durante o conturbado verão de 2009 perceberá que em cada cena há várias pessoas com o telefone celular na mão. No entanto, elas não necessariamente falavam ao telefone – elas registravam tudo o que ocorria com as câmeras dos celulares. No dia 16 de junho um link num *tweet* de @IranElection09 direcionava para “Imagens fortes de um ataque da *Basij* nos dormitórios da Universidade de Teerã”.

Figura 18: Militantes distribuem vídeo sobre violência policial



Fonte: Twitter (2012)

Um vídeo em particular, o que registra o assassinato de Neda Agha-Soltan durante uma manifestação em 20 de junho de 2009, causou comoção internacional – como mencionei no capítulo anterior. Uma rápida busca pelo vídeo no YouTube apresenta 14.400 resultados. Além dos vídeos originais, que mostram Neda sendo socorrida por manifestantes momentos após ser fatalmente baleada, há diferentes montagens e documentários – alguns registram mais de dois milhões de acessos.

Kurzman (2009) nos convida a analisar como foi produzido um desses vídeos originais, que dura cerca de 30 segundos:

Alguém nessa demonstração viu outro alguém ser baleado, e dentro de um segundo ou dois pegou seu telefone celular, acionou a função de câmera, e filmou a vítima. Ele não tirou uma fotografia rápida e fugiu do atirador. Ao invés disso, ele caminhou na direção de Neda. Não há a função de zoom em câmeras comuns de telefone celular, mas no frame final do vídeo o rosto de Neda quase preenche o quadro. Portanto, o cinegrafista teve que segurar seu telefone muito perto da mulher agonizante. Há algo cruel nisso, mas também há algo muito perspicaz em termos de mídia – sabendo que aquele *close up* iria maximizar o impacto da imagem (KURZMAN In: HASHEMI e POSTEL, 2009, p. 12-3).

Esse cinegrafista amador, que permanece anônimo, munuiu as redações com imagens que para Kurzman tornaram-se “um poderoso símbolo da crueldade do governo iraniano frente a manifestantes desarmados” (KURZMAN, 2009, p. 12).

O fenômeno do “jornalismo cidadão”, que exige que redações discutam sua relevância e adaptem-se a novos procedimentos, trata-se também de uma nova dinâmica entre os outrora “meros receptores” e a notícia. “A partir de agora a notícia pode se disseminar na consciência pública sem o aval da imprensa tradicional. De fato, a mídia pode terminar cobrindo uma história por que algum fato chegou à consciência pública por outros meios”, afirma Shirky (2008, p. 64-5).

Um exemplo dessa observação de Shirky vem do Twitter: usuários do serviço de microblogging criaram a *hashtag* #CNNfail para criticar a rede de notícias 24 horas norte-americana pela escassa cobertura nos primeiros dias das manifestações contra o resultado das eleições presidenciais no Irã em 2009. *CNNfail* (ou “CNN falhou”) era a palavra-chave que levava o tema para a arena virtual de debates que é o Twitter.

Figura 19: *Tweet* comenta falha da rede CNN na cobertura da crise iraniana



Fonte: Twitter (2012)

“A CNN não decide mais o que é notícia. Nós decidimos”, tuitou @smithadam em 15 de junho. (Ao utilizar a *hashtag* #cnnfail junto com #iranelection, o usuário deixa claro que sua crítica à rede norte-americana refere-se aos eventos no Irã em 2009.) “CNN, cadê você?”, pergunta @IranElection09. “Uma jovem de Teerã foi baleada, não parece que ela sobreviverá”, continuava a mensagem que contem um link para o vídeo da jovem manifestante ferida, sendo carregada para dentro de uma ambulância no meio da multidão exaltada.

Figura 20: *Tweet* cobra presença da rede CNN nas ruas iranianas



Fonte: Twitter (2012)

No entanto, como aponta Primo, “Não se pode levar ao extremo a ideia de perda de centralidade dos veículos jornalísticos de referência, a ponto de supor-se sua total desimportância, tanto no que toca a seleção dos acontecimentos a serem publicados como a produção de notícias” (2011, p. 138). Entendo que, assim como os Estados, os veículos da mídia tradicional também navegam em um ambiente cada vez mais aglomerado (na concepção de Nye, 2011). Diante da democratização dos meios de produção e emissão da informação, repete-se no jornalismo o fator “baixo custo de ingresso” da política internacional, apontado por Nye como uma das características da Era da Internet – da mesma forma como ocorre no jornalismo um processo semelhante ao que o autor define como a “difusão do poder” nas relações internacionais. Recursos de comunicação em massa eram antes restritos a poucos grupos, assim como era restrita a capacidade de atingir públicos fora de uma área geograficamente limitada, lembra Shirky (2008, p. 77): “Agora uma vez um usuário se conecta à Internet ele tem acesso a uma plataforma que é, ao mesmo tempo, global e livre. Não apenas nossas ferramentas de comunicação estão mais baratas, elas estão também melhores”. Assim como os Estados, a imprensa deixa de ser uma “guardiã da interação” e passa a ser um nóculo de uma rede cada vez mais complexa, como chama a atenção Castells (2009).

Para Primo (2011), diante desse modelo de jornalismo colaborativo, o rígido papel de *gatekeeper*, ou selecionador de notícias num ambiente hermético exercido pelas empresas de comunicação, se funde com a função mais flexibilizadora de *gatewatcher*, uma vez que mais pessoas participam da “filtragem do que interessa a suas comunidades” (p. 134).

Para além das críticas preconceituosas ou defesas essencialistas, a interdependência entre todas essas fontes de informação, entre *gatekeeping* e *gatewatching*, entre *hubs* e intermediários comuns contribui para a complexificação de todo o processo noticioso. E é sempre mais saudável e democrático para qualquer comunidade mais informação do que seu controle centralizado (PRIMO, 2011, p. 136).

4.5 A INTERNET: FERRAMENTA DE DENÚNCIA

Imagens antes contrabandeadas de zonas de guerra hoje são postadas na rede, reproduzidas pela imprensa e causam repercussão imediata. Assim, militantes, dissidentes, ativistas e seus simpatizantes se organizam e expõem suas lutas para uma audiência internacional.

Philip N. Howard (2010) explica como as mídias digitais fortalecem a sociedade civil (o autor define sociedade civil como “uma comunidade autogerada e autogestionada que compartilha valores e organiza atividades políticas, econômicas e culturais de forma voluntária, independentemente do Estado”). Para Howard, graças à Internet os cidadãos aumentam o conteúdo internacional em suas “dietas de notícias”; parentes e amigos utilizam mídias sociais para se comunicar fora do controle direto do Estado; mulheres são atraídas para o ativismo *online* de maneiras nem sempre disponíveis a elas na esfera *offline*, no espaço físico.

“O ciberespaço é um fórum onde a sociedade civil desafia o Estado”, escreve Howard. O autor cita como exemplo o caso do blogueiro tunisiano Astrubal, membro da rede tunisiana de blogueiros Nawaat, que utiliza o slogan *don't hate the media, be the media* (ou “não odeie a mídia, seja ela”).²⁹ Em agosto de 2007 Astrubal postou um dossiê em que utilizou fotografias feitas por aficionados por aviação e informações de sites de tráfego aéreo para questionar o uso do avião presidencial do país. As informações disponíveis na rede não coincidiam com nenhuma viagem oficial do então presidente Zine El Abidine Ben Ali, mas levantavam a suspeita de que a aeronave estaria sendo utilizada em viagens particulares para destinos turísticos da Europa. Ben Ali renunciaria ao governo em 2011, depois de 23 anos no poder. Caiu por causa da Primavera Árabe, a série de movimentos populares de oposição articulados pela Internet que conseguiram desestabilizar governos e derrubar ditaduras em países árabes e do norte da África entre 2010 e 2011.

Na Tunísia, a Revolução de Jasmim iniciou depois que as imagens da autoimolação de um jovem vendedor ambulante, agredido e humilhado por fiscais da prefeitura da cidade de Sidi Bouzid, foram captadas por telefones celulares e divulgadas pela Internet. A indignação popular aumentou com a revelação, através do site de denúncias *Wikileaks*, de ligações entre o governo e a máfia que regulava a economia do país.

A *Revolution 2.0* no vizinho Egito derrubou o Presidente Hosni Mubarak, no poder havia 30 anos (1981 a 2011) em apenas três semanas de protestos que tomaram a Tahrir Square (praça da libertação), no Cairo. A origem dessa revolução também foi a Internet: em 2010 Khaled Said foi assassinado pela polícia por postar vídeos no YouTube em que denunciava casos de corrupção. A foto do jovem morto e com o rosto fraturado e ensanguentado tornou-se viral. No Facebook, a página *We're all Khaled Said* (“somos todos Khaled Said”) teve mais de 200 mil adesões. E pelo Facebook foi organizado o primeiro

²⁹ Blog disponível em: <<http://nawaat.org/portail/2007/08/28/qui-utilise-lavion-de-la-presidence-de-la-republique-tunisienne/>>.

protesto, *The Day of the Revolution Against Torture, Poverty, Corruption and Unemployment* (“o dia de revolução contra tortura, pobreza, corrupção e desemprego”). Entendendo a ameaça que o acesso da população à Internet passava a representar para o regime, o governo egípcio, assim como o iraniano fez anos antes, bloqueou o acesso à Internet. Mas os manifestantes também usavam métodos tradicionais de mobilização, coordenando encontros pelos alto-falantes das mesquitas, com panfletos e cartazes. E, assim como ocorreu no Irã em 2009, os manifestantes egípcios tiveram o apoio externo: a Google criou a ferramenta *Speak2Tweet*, que permitia que mensagens de voz se convertessem em *tweets*, atualizando a comunidade internacional sobre os eventos nas ruas egípcias.

A Internet impede que abusos por parte de governos ou a repressão a levantes populares permaneçam ocultos ou impunes. “A política baseada em novas tecnologias democratiza os velhos arranjos comandados pelas elites. Toda vez que um cidadão documenta um abuso de direitos humanos com seu telefone celular, fortalece a sociedade civil”, diz Howard (2010).

A Síria é outro país em que a brutalidade do governo é denunciada por câmeras amadoras. Em fevereiro 2011, claramente inspiradas pelos levantes nos países vizinhos, 15 crianças sírias entre 9 e 14 anos picharam paredes da cidade de Daraa, no sul da Síria, com a mensagem “o povo quer derrubar seu regime”. Elas foram presas e torturadas. Manifestações contra as prisões foram violentamente reprimidas pelas forças de segurança. Mas, como lembra Castells (2012, p. 100-1), o presidente sírio Bashar Al-Assad não pôde seguir a lição do pai Hafez Al-Assad, que em fevereiro de 1982 calou à força uma rebelião na cidade de Hama, localizada ao norte da capital Damasco, matando pelo menos 20 mil dos seus próprios cidadãos. Hama foi varrida do mapa não só pela artilharia oficial, mas pelo silêncio imposto por um governo totalitário. “Foi diferente desta vez”, afirma Castells (2012, p. 100) referindo-se ao episódio de Daraa em 2011. “As pessoas tinham suas redes entre elas, e com o mundo.”

Os protestos se estenderam a outras cidades sírias. O que começou como um clamor por reforma política e defesa de direitos civis e humanos escalou para uma guerra civil que em dois anos, segundo a ONU, matou 70 mil pessoas e gerou um milhão de refugiados. Há um amplo registro dos combates entre manifestantes e polícia disponíveis em sites da Internet.

Se informação é poder e comunicação é contrapoder – parafraseando Castells – elas são um caminho para a construção de sociedades mais transparentes:

É cada vez mais difícil para um governo esconder ou manipular a informação. Os planos de manipulação são captados e desafiados por uma infinidade de olhos enquanto o debate e a mobilização são deflagrados por milhares de pessoas, sem

uma coordenação central, mas com um propósito em comum (CASTELLS, 2007, p. 251).

No caso do Movimento Verde iraniano, a exposição internacional via Internet também pode ter ajudado a proteger os manifestantes. É o que sugere (em entrevista conduzida via email) Mohammad Sadeghi Esfahlani, o ciberativista que criou a página do candidato Mir Hossein Mousavi no Facebook: “Atores externos foram definitivamente importantes, sobretudo nas primeiras semanas após as eleições. Foi muito mais difícil reprimir as manifestações enquanto o assunto estivesse nas manchetes”.

Creio que Lemos foi muito feliz ao descrever o ciberespaço como uma “máquina de compartilhamento” (2002, p. 147). A Internet transforma nossos paradigmas comunicacionais. As mídias sociais fogem dos modelos em que a informação era centralizada e centralizadora. Porém não sejamos ingênuos ou exageradamente “ciberotimistas”: a Internet pode ser uma eficiente ferramenta para a dissidência, mas também é um recurso, hoje imprescindível, para os Estados.

O governo do Irã, por exemplo, entende que as modernas tecnologias de informação e comunicação impulsionam o desenvolvimento. Mas também utiliza os rastros de comunicação deixados na rede para vigiar os cidadãos. Levantes populares orquestrados pelas mídias sociais como a “onda verde” que tomou conta do Irã em 2009 provocam um questionamento: a Internet pode garantir a democracia? É o que veremos no capítulo a seguir.

5 A ERA DO CIBERPODER

Da sala de seu apartamento em Teerã, através de sua *webcam*, o jornalista brasileiro Samy Adghirni me mostra uma mensagem de texto que recebera do governo iraniano – era um convite para uma entrevista coletiva, escrito em persa, que seria traduzido por sua assistente. “Grandes acontecimentos e credenciamentos são anunciados por mensagem de texto”, relata Adghirni. O governo iraniano também usa email e o (já não tão moderno) fax para se comunicar com a imprensa. Nas palavras de Adghirni, o Irã tem uma relação “curiosa” com a Internet e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Ao mesmo tempo em que exerce seu poder bruto perseguindo ciberativistas, o governo iraniano incentiva membros da sua força paramilitar *Basij* a escreverem em blogs – numa estratégia de poder brando. O Irã figura no rol de “Inimigos da Internet” da ONG Repórteres Sem Fronteiras e, como veremos, tem um sofisticado sistema de ciber-vigilância. Mas também utiliza a rede mundial de computadores para se comunicar com os cidadãos: no website do Líder Supremo da Revolução Islâmica Ali Khamenei (leader.ir) é possível esclarecer questões referentes ao cumprimento da lei sharia. Entre as “perguntas mais frequentes” há questões sobre casamento, dança, oração, alimentação e jejum – enfim, atividades cotidianas.

Nos capítulos anteriores abordei a utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) durante a crise política no Irã em 2009. Neste capítulo apresento um olhar sobre o outro lado deste “cibertabuleiro”: como os Estados, e o Irã mais objetivamente, utilizam a Internet em suas políticas interna e externa. As TICs, é possível detectar, sobretudo em Estados totalitários, também têm um “lado escuro”. É o que observa Alavi (In: ANSARI; e DANESH, 2011, p. 14), “Embora tenha dado à oposição iraniana uma chance de ser ouvida e mobilizar, o ciberespaço também equipa o Estado com poder de monitorar, localizar, confundir e prender seus críticos”.

5.1 PODER E TECNOLOGIA

O *affair* dos políticos persas com os meios de comunicação é antigo.

Morozov (2011, p. 91) lembra que no século XIX o rei Nasir al-Din, da dinastia Qajar, instalou linhas telegráficas em todo o país exigindo relatórios diários inclusive dos menores burocratas nos mais distantes lugarejos. Foi o telégrafo que ajudou Nasir al-Din a manter

unificado um reino quase falido, mesmo diante de províncias rebeldes e da pressão da expansionista Grã-Bretanha, como descreve Rubin (2009): “O que os russos faziam no Azerbaijão? Por que havia tribos curdas na fronteira? Seria prudente enviar tropas?”, com informações vindas de longe ele podia administrar tensões internas e externas. No entanto, ainda segundo Rubin, o telégrafo também fortaleceria a oposição, que descobriu meios de se comunicar alheia à vigilância do rei.

Inovações tecnológicas alteram o curso da história da humanidade, mudam a maneira como governantes declaram guerra e decretam a paz. Nye descreve como as esferas de exercício do poder mudam de acordo com os recursos disponíveis em cada época e a superioridade técnica que esses recursos garantem. Recordando, “poder” é a capacidade de influir nas decisões de um ator social em favor de seus próprios interesses, vontades e valores (CASTELLS, 2009), ou ter recursos financeiros, militares ou naturais para influenciar outros atores (NYE, 2009).

O poder marítimo refere-se ao domínio controle de rotas de navegação, a vantagens em batalhas navais, à capacidade de demonstrar sua presença além dos limites territoriais. Foi o poder marítimo que, por exemplo, garantiu a expansão de nações europeias em busca de matérias-primas, metais, especiarias e novas terras entre os séculos XV e XVII. Com a introdução de aeronaves na Primeira Guerra Mundial, as forças armadas passaram a priorizar o poder aéreo e a investir na “habilidade de atingir diretamente um centro urbano inimigo sem que seus soldados tenham que cruzar fronteiras” (NYE, 2011, p. 123-4). Os anos da Guerra Fria (desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a década de 90), quando a balança de poder se equilibrava entre União Soviética e Estados Unidos, foram marcados pela corrida espacial, pelo desenvolvimento de satélites e mísseis de longo alcance, e pela ameaça nuclear.

Hoje as nações se empenham em marcar presença no ciberespaço. “É mais barato e mais rápido mover elétrons pelo globo terrestre do que movimentar embarcações imensas por longas distâncias através da fricção com a água salgada”, compara Nye (2011, p. 124).

“Necessidade, mãe da invenção” disse o filósofo grego Platão (428 - 347 A.C.). Pois a Internet foi desenvolvida a partir de uma necessidade do governo norte-americano.

No fim dos anos 60 o Departamento de Defesa dos Estados Unidos encomendou à *Advanced Research Projects Agency Network* (ARPANET, a agência de pesquisa de projetos avançados) um estudo sobre uma rede de comando e de comunicação que resistisse a ataques nucleares, diante da constante ameaça vinda da ex-União Soviética.

Para Castells, a criação da Internet foi consequência de uma “fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação

contracultural” (2006, p. 82). A primeira rede de computadores incluía centros de pesquisas de universidades. O desenvolvimento de computadores para uso pessoal, que proporcionaria a democratização das tecnologias de informação, deve-se muito aos entusiastas do *Home Brew Computer Club* (ou “clube do computador caseiro”) que se reuniam nos arredores de San Francisco, norte da Califórnia, nos anos 70. Eram nomes como Steve Jobs, Bill Gates e Steve Wozniak – que mais tarde formariam empresas gigantes do setor de *software* e *hardware*, como a Microsoft e a Apple.

Há 2.7 bilhões de usuários da Internet – o que corresponde a 39% da população mundial.³⁰ A abrangência das Tecnologias de Informação e Comunicação é tão grande, que a Organização das Nações Unidas sugere que o acesso à Internet seja considerado um direito humano fundamental. Em um relatório especial sobre promoção e proteção do direito à opinião e liberdade de expressão, publicado em junho de 2011, a ONU demonstrou que acessar o universo de informações e de possibilidades disponíveis na Internet significa a perspectiva de uma melhoria de vida multidimensional. “Facilitar o acesso à Internet com a menor restrição de conteúdo possível deve ser uma prioridade para todos os Estados” (LA RUE, 2011, p. 4).

5.2 O “LADO ESCURO” DA LIBERDADE NAS REDES

Os iranianos foram a segunda população no Oriente Médio a obter o acesso à Internet, seguindo apenas os israelenses (RAHIMI, 2011). As primeiras experiências ocorreram no ambiente universitário, em 1993. Conforme Rahimi, no princípio a Internet era vista como uma ferramenta para diminuir a burocracia no serviço público e promover o desenvolvimento científico e tecnológico que recuperaria o Irã da depressão após os oito anos de guerra contra o Iraque. “A República Islâmica adotou a Internet permitindo que os setores comercial e educacional a acessassem sem interferências”, lembra o autor (2003, p. 102). Como já mencionei, a população iraniana é majoritariamente jovem, conectada e urbana. Os jovens, “uma grande comunidade de iranianos educados em busca de novas maneiras de se expressar” (idem, p. 104), são considerados os grandes propulsores do uso da Internet no país – eles a acessam principalmente nas universidades.

³⁰ Dados da ITU, International Telecommunication Union, divulgados em 2013.

Dabashi (2009) compara esse fenômeno à ascensão de revistas e jornais no início do século XIX, quando jovens levaram as primeiras impressoras rotativas para o Irã após temporadas de estudos na Europa. “Assim abriram os primeiros periódicos, expandindo o espectro do domínio público e da consciência coletiva de uma sociedade à beira de mudanças monumentais”, relata.

A censura estatal iraniana na Internet iniciou a partir do fim dos anos 90, aumentando gradativamente após a reeleição para a presidência do reformista Mohammad Khatami em 2001, e a eleição do neoconservador Mahmoud Ahmadinejad em 2005, conforme Rahimi:

Enquanto os neoconservadores controlavam a esfera pública através de um aparato jurídico conservador, blogueiros e jornalistas começaram a encarar pressões cada vez maiores. Com a prisão e execução de um certo número de blogueiros entre 2008 e 2009, juntamente com a utilização de um sofisticado sistema de filtragem, tornou-se óbvio que o Estado tinha começado a desenhar os limites do ciberespaço iraniano através de medidas hierárquicas para regular o conteúdo e propagar a ideologia de Estado (RAHIMI, 2011, p. 171).

O blogueiro Mojtaba Saminejad foi detido em duas ocasiões. Em 2004 ele passou três meses na prisão de Evin por ter denunciado em seus textos a perseguição estatal a blogueiros. Foi acusado dos mesmos crimes atribuídos a muitos dissidentes e ativistas no Irã: de fazer propaganda contra a República Islâmica, de insultar o Líder Supremo Ali Khamenei e a memória do aiatolá Khomeini. Em 2005 Saminejad foi detido novamente por ter revelado em seu blog e denunciado a organizações de defesa dos direitos humanos os detalhes das torturas a que foi submetido – e ficou 21 meses na cadeia.

Em Ansari e Danesh (2011, p. 46), Mojtaba conta que no Irã todos os websites e blogs devem ser registrados junto ao Ministério da Cultura, caso contrário são bloqueados. Ao registrar-se, o internauta deve fornecer sua informação pessoal, como dados de identificação e endereço – ou seja, é fácil localizá-los. Mojtaba foi preso em casa.

Como relata o blogueiro, a imprensa iraniana não apenas é pressionada a evitar críticas ao governo, como também não pode mencionar a existência de um movimento oposicionista. “O último exemplo disso foi uma ordem para evitar a publicação do nome, da imagem ou de qualquer notícia referente a Mir Hossein Mousavi, Mehdi Karroubi ou Mohammad Khatami” (2011, p. 44). Além dos blogs e sites que foram fechados depois das eleições de 2009, muitas publicações impressas foram extintas, provocando o desemprego entre jornalistas e, como consequência, a “fuga de cérebros”.

A “fuga de cérebros” é parte do “dilema do ditador” que a teocracia iraniana enfrenta. Como descreve a pesquisa *Internet Filtering in Iran* (ou “filtragem da Internet no Irã”),

conduzida pela Open Net Initiative ³¹, “As políticas de Internet do Irã refletem uma forte tensão entre a necessidade de limitar a liberdade de expressão e a promoção da inovação e do crescimento econômico apoiado na expansão do acesso à informação e comunicação”.

Segundo a Open Net Initiative, o Irã é o único país no mundo a impor um limite na velocidade do serviço de Internet nos domicílios, o que é considerado uma estratégia para dificultar acesso a conteúdos como filmes estrangeiros (que seriam má influência para os jovens muçulmanos) e coibir o ciberativismo. Desde 2005 os provedores não podem oferecer conexões mais velozes que 128 kilobites por segundo. Apenas 13% dos iranianos têm acesso a conexões de alta velocidade; 84% ainda usam a Internet discada, segundo o Statistical Centre of Iran.

“Poderia eu pedir asilo político por causa disso?”, ironiza a jornalista iraniana expatriada Solmaz Sharif ao contar, em entrevista realizada via Skype, que demorava cerca de cinco horas para baixar um vídeo de cinco minutos quando vivia em Teerã. Para Sharif, “paciência” e “paixão” são dois atributos dos usuários da Internet no país.

A política do governo iraniano para a Internet exemplifica uma forma contemporânea de influenciar comportamentos e persuadir outros atores: o ciberpoder.

Para Nye (2011), o ciberpoder pode ser considerado o acesso a um conjunto de recursos como softwares e redes, infraestrutura e habilidades humanas, hardwares e tecnologias relacionados à criação, controle e comunicação de informação eletrônica. Sob o aspecto comportamental, o autor define ciberpoder como a habilidade de provocar ações através do uso desses “recursos de informação eletronicamente interconectados”. Diz Nye: “O ciberpoder pode ser utilizado para produzir efeitos desejados dentro do ciberespaço, ou pode usar instrumentos para produzir efeitos desejados em outros domínios, fora do ciberespaço” (2011, p. 123).

O que distingue o poder no ciberespaço, como argumenta Nye, é que por causa da facilidade com que se dispõe de meios de produção, transmissão e de busca de informações, mais atores têm recursos para exercer sua parcela de influência. E o que muda não é apenas a quantidade de atores transnacionais, mas também o tipo de ator social que participa da política: além de grandes estruturas formalmente organizadas, indivíduos com suas redes pouco estruturadas também tornam-se protagonistas. Um exemplo citado por Nye é a Al Qaeda, grupo fundamentalista islâmico que tem como bandeira reduzir a influência do

³¹ A Open Net Initiative é uma parceria entre as universidades de Toronto, no Canadá, e Harvard, nos Estados Unidos, e a empresa privada canadense SecDev Group, que se dedica a estudar a vigilância na Internet. Pesquisa disponível em: <<https://opennet.net/research/profiles/iran>>.

Ocidente e que opera com bases em vários países. “Grupos terroristas com frequência têm uma dimensão transnacional, mas a nova Revolução da Informação transformou a Al Qaeda numa rede que se espalha pelo globo como uma franquia” (NYE, 2011, p. 120).

Isso reforça o argumento de Morozov, de que a manutenção da democracia ainda depende de instituições fortes e bem estruturadas.

Mesmo se reconhecermos que a Internet pode facilitar a derrubada de regimes autoritários, isso não significa necessariamente que ela consolidaria a democracia. O fato de que várias forças antidemocráticas, incluindo extremistas, nacionalistas e antigas elites, de repente ganharam uma nova plataforma para mobilizar e espalhar seu evangelho sugere que a consolidação da democracia ficou mais difícil que fácil (MOROZOV, 2011, p. 261).

“Tweets, é claro, não derrubam governos; as pessoas o fazem (em alguns casos excepcionais, os Marines e a CIA podem resolver)”, afirma Evgeny Morozov (2011, p. 19). Morozov nasceu na Bielorrússia, país do leste europeu que também foi cenário de uma *quasi* revolução arquitetada pelas mídias sociais.

A Revolução do Denim ocorreu após as eleições presidenciais de 2006, que garantiram o presidente Alexander Lukashenko seu terceiro mandato. O jeans, que nos tempos da União Soviética era identificado com a cultura ocidental, virou o símbolo dos manifestantes bielorrussos que se organizavam através das mídias sociais da Internet pedindo reformas na política e liberdade de expressão. Como relata Morozov (2009), as redes online de oposição bielorrussas acabaram sendo infiltradas por agentes do governo, que se antecipavam aos protestos, intimidavam e perseguiam os manifestantes.

Morozov é uma forte voz de dissidência entre os “ciberotimistas”. Seus textos são carregados de ironia. Por exemplo: “Antes que todo esse discurso sobre a liberdade da Internet começasse, nenhum líder político poderia pensar em tuiteiros como uma séria força política a ser combatida. (...) De repente, quase que da noite para o dia, esses tuiteiros boêmios se tornaram Che Guevaras da Internet” (2011, p. 235).

A participação de atores externos, esses “Che Guevaras da Internet”, durante o Movimento Verde iraniano de 2009 foi criticada por Morozov. O autor reconhece o poder das mídias sociais como um meio acessível e eficiente de protesto. No entanto, ele sugere que a “Revolução do Twitter” seja um produto da imaginação de visionários e “ciberotimistas”: “Analistas ocidentais finalmente tiveram a chance de provar que as bilhões de horas que a humanidade passa no Twitter ou no Facebook não são gastas em vão” (MOROZOV, 2009, p. 11). Morozov também questiona se eles não teriam prejudicado, e não apenas ajudado o

movimento. Ao atacar sites do governo, “apoiadores estrangeiros fizeram o que o governo iraniano não conseguia: tornar a Internet inutilizável para os ativistas” (idem, p. 13).

Mozorov nos apresenta uma sobriedade necessária, que contrasta com o que ele define como “ciberutopia”. Seu argumento é que a Internet, tão celebrada como uma ferramenta da democracia, também tem um “lado escuro” e pode ser utilizada para a vigilância em massa, a repressão política e a disseminação do nacionalismo. “Não há nada para celebrar aqui”, afirma o autor. “Espaços digitais que pareciam inócuos, que poderiam ter sido deixados livres da supervisão do governo, agora são observados com mais rigor e intensidade que protestos em espaços físicos” (2011, p. 235).

Os rastros comunicacionais (RECUERO) deixados por protagonistas dos eventos de 2009, o acervo digital com milhares de imagens que ajudam a escrever a história desse período (KURZMAN) também acabariam sendo úteis ao governo iraniano. O sistema de comunicação descentralizado construído pelos manifestantes e seus simpatizantes desafiou, mas não conseguiu burlar totalmente o aparato repressor, como relaciono a seguir.

“Assim que os protestos cessaram, as autoridades encamparam uma perseguição digital a seus opositores”, relata Morozov (2011, p. 10). Conforme o autor, a polícia iraniana utilizava fotografias e vídeos disponíveis na Internet para destacar os rostos dos manifestantes e publicava as imagens em sites de notícias, como se fossem bandidos foragidos, pedindo à população que ajudasse a identificá-los. Pelo menos 40 pessoas teriam sido detidas por causa de pistas dadas pelos cidadãos iranianos.

As mensagens trocadas entre apoiadores externos e militantes locais deixaram perigosas evidências. Em 16 de junho @persiankiwi alertava: “Várias prisões hoje após rastreamento por proxies divulgados no Twitter”.

O programa de software *Haystack*, desenvolvido pelo jovem engenheiro de informática norte-americano Austin Heap chegou a receber de Washington uma licença para ser exportado legalmente para o Irã como uma ferramenta contra o autoritarismo. O *Haystack* (ou palheiro) confundia o monitoramento das autoridades ao criptografar dados e disfarçar os sites visitados pelos usuários. Mais tarde foi considerado cheio de falhas que poderiam até permitir que usuários fossem rapidamente identificados, e foi retirado de circulação.

Como relata Alavi:

Computadores pessoais de ativistas detidos foram confiscados e mensagens de email foram utilizadas em horas intermináveis de interrogatórios. As cortes revolucionárias se referiram a essas evidências quando deram as longas sentenças de prisão pelo crime de instigar a guerra contra Deus (ALAVI, In: ANSARI; DANESH, 2011, p. 14).

Segundo a autora, o Comandante da Guarda Revolucionária Islâmica Mohammad Ali Jafari teria declarado que o Irã estava num estado de *soft war* (uma “guerra branda”) pela Internet, uma guerra que seria “mais perigosa que um confronto militar”.

Há depoimentos sobre sessões de tortura na prisão Evin, em Teerã, em que os interrogadores exibiam transcrições de chamadas e de mensagens trocadas por celular, produzidas a partir de programas de monitoramento desenvolvidos por empresas europeias. O jornalista Isa Saharkhiz, pai do ciberativista Mehdi Saharkhiz (apresentado no terceiro capítulo desta dissertação), teria sido vítima dessa operação. Saharkhiz, fundador da ONG iraniana Sociedade pela Defesa da Imprensa Livre, foi preso em julho de 2009, condenado a três anos de prisão e cinco anos sem exercer sua profissão por “insultar o Líder Supremo” e “fazer propaganda contra o regime”. Ele descobriu durante um interrogatório que a polícia o localizou rastreando seu telefone celular através de uma tecnologia de monitoramento desenvolvida pelo consórcio finlandês-alemão Nokia Siemens Networks chamada *Lawful Interception Management System* (ou “sistema legal de gerenciamento de interceptação”), que intercepta chamadas de voz por telefones fixos ou celulares. Num comunicado à imprensa, a Nokia Siemens Network admitiu a venda do sistema de monitoramento ao governo iraniano, acreditando que ele serviria para combater atividades criminosas como terrorismo ou tráfico de drogas. A empresa diz que cancelou todos os contratos que tinha com o país ao saber que a tecnologia estava sendo utilizada numa “maneira inconsistente com as obrigações que o governo tem de preservar os direitos humanos”.³²

Para Morozov, a “Revolução do Twitter” só seria possível num regime em que o aparelho do Estado fosse completamente ignorante em relação à Internet, sem presença virtual alguma. “No entanto, a maioria dos Estados autoritários está explorando o ciberespaço com seus próprios objetivos estratégicos” (MOROZOV, 2009, p. 12). Como observa Nye (2011), alguns aspectos da Revolução da Informação apoiam os pequenos – outros aspectos auxiliam os já poderosos.

As grandes potências provavelmente não conseguirão dominar essa esfera tanto quanto têm dominado o mar ou o espaço aéreo. Mas o ciberespaço também demonstra que difusão do poder não significa igualdade de poder ou a substituição de governos como os atores mais poderosos na política mundial (NYE, 2011, p. 149-50).

³² O comunicado está disponível no blog da empresa: <<http://www.nokiasiemensnetworks.com/news-events/press-room/clarification-on-nokia-siemens-networks-business-in-iran>>.

5.3 POLICIANDO O CIBERESPAÇO

“Trinta e quatro anos depois que o fundador da República Islâmica aiatolá Khomeini retornou da França, e contrariando suas promessas de respeitar as liberdades fundamentais, o Irã é uma das maiores prisões do mundo para jornalistas”, diz o secretário-geral da ONG Repórteres Sem Fronteiras, Cristophe Deloire.

No *Press Freedom Index* de 2013, um índice de liberdade de imprensa que é divulgado anualmente pela ONG, o Irã ocupa a 174ª posição, entre 179 países. O levantamento reflete o empenho de governos em respeitar a liberdade de expressão de jornalistas, *netizens*³³ e órgãos na imprensa. Segundo a ONG, no Irã jornalistas e intelectuais são considerados espões pagos por governos ocidentais – 62 jornalistas estavam detidos nas prisões iranianas na época da divulgação do relatório. Familiares de jornalistas, *netizens* e usuários das novas mídias digitais também são alvos de perseguição. Por isso, o Irã é considerado pela Repórteres Sem Fronteiras um “Inimigo da Internet”.³⁴

Segundo a Open Net Initiative, desde 2009 a República Islâmica vem restringindo cada vez mais a livre expressão na Internet. As estratégias de controle incluem reforço nos mecanismos de filtragem de conteúdo e um esforço para nacionalizar o ciberespaço. O relatório *After the Green Movement* (ou “após o Movimento Verde”), publicado em fevereiro de 2013 pelo grupo de pesquisa, destaca dois fatores que fazem do Irã um caso notável de sofisticação no controle da Internet. Um dos fatores é o empenho em legalizar e legitimar a filtragem de conteúdo e de websites com a justificativa de proteger seus cidadãos contra a “ocidentalização”. Como já relatei, depois das contestadas eleições presidenciais de 2009, sites de relacionamento social foram considerados instrumentos de “agentes externos”, acusados de estimular o levante popular e chegaram a ser citados como “réus” durante o julgamento de cidadãos envolvidos nas manifestações.

O segundo fator é que o governo iraniano sente-se constantemente ameaçado pelo ciberpoder ocidental – e para a República Islâmica a Internet representa uma questão de geopolítica. “Portanto, censura na Internet, vigilância, e outras formas de controle de informação, técnicas e legais, não são apenas ferramentas para calar a dissidência doméstica. São armas ofensivas e defensivas num ciberespaço cada vez mais militarizado” (BANGI et al., 2013, p. 5).

Mapeamentos feitos pela Open Net Initiative e pelo Iran Media Program (da escola de comunicação da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos) oferecem subsídios para

³³ Blogueiro, jornalista online ou ciberativista, ou “cidadão da Internet”.

³⁴ Disponível no site: <<http://en.rsf.org/internet-enemie-iran,39777.html>>. A ONG Repórteres Sem Fronteiras foi criada na França, em 1985, e tem status consultivo junto à Onu e à UNESCO.

entender o quão complexo e abrangente é o sistema de governança da Internet no Irã. A seguir, descrevo esse sistema de acordo com infraestrutura, legislação e governo, e policiamento.

A Telecommunications Company of Iran (TCI, Companhia de Telecomunicações do Irã) tem o monopólio sobre toda a infraestrutura de Internet e telefonia celular do país. Através de empresas subsidiárias, a TCI oferece a conexão à Internet para os provedores locais e mantém a velocidade e limites dessas conexões. Também é o órgão responsável por implementar a filtragem de sites e de conteúdo. A TCI é ligada ao Ministry of Information and Communications Technology (MICT, Ministério de Informação e de Tecnologias de Comunicação). A empresa deveria ter sido privatizada, mas em 2009 a Guarda Revolucionária Iraniana comprou a maioria das ações, mantendo assim o controle do governo sobre o setor.

A Lei de Crimes Cibernéticos iraniana foi aprovada pelo *Majilis* em 2008 e ratificada pelo Conselho dos Guardiões da Constituição no ano seguinte (como relatei anteriormente, cabe ao Conselho dos Guardiões verificar se os projetos do poder legislativo obedecem aos preceitos do Islã). Segundo a Open Net Initiative, as normas chegam a contrariar artigos da Lei de Imprensa e mesmo da Constituição do país para garantir ao governo: um sistema legal e centralizado de censura à Internet; o compromisso de provedores de Internet de cooperar com a filtragem de conteúdo e a vigilância dos usuários do serviço; a criminalização do acesso a sites banidos ou do uso de ferramentas para burlar a censura.

Essa lei deu origem a um órgão multidisciplinar chamado de *Working Group to Determine Instances of Online Criminal Content*, ou “grupo de trabalho para determinar instâncias criminais de conteúdo online”, que substituiu o *Committee in Charge of Determining Unauthorized Websites* (“comitê encarregado de determinar sites não autorizados”). Como sugere o título, o órgão tem a função de determinar a censura de conteúdo no ciberespaço. É subordinado ao Ministério da Justiça, e suas decisões têm poder legal. O grupo é formado por oficiais de vários ministérios, como da educação, comunicação, justiça, ciência e tecnologia, e, principalmente, do Ministério de Cultura e da Orientação Islâmica³⁵, além de membros da empresa estatal de comunicação (Islamic Republic of Iran Broadcasting, IRIB) e até comandantes de órgãos de segurança pública.

³⁵ De acordo com a versão em inglês do site do ministério disponível em: <<http://www.farhang.gov.ir/en/home>>, o Ministério de Cultura e da Orientação Islâmica tem como objetivos, entre outros, promover os valores da Revolução Islâmica de acordo com a escola de pensamento do aiatolá Khomeini; valorizar os atributos da identidade islâmica-iraniana, da ética e da virtude baseando-se nos ensinamentos religiosos, na cultura e na herança histórica do país; promover a “habilidade de reconhecer inimigos e encorajar a cultura de resistir à arrogância e à tirania”.

A Internet iraniana também é habitada por vários grupos que monitoram diretamente as atividades dos usuários, que seguem e implementam as determinações da Lei de Crimes Cibernéticos e do “grupo de trabalho para determinar instâncias criminais de conteúdo online”. De acordo com Bangi et al (2013, p. 23) a Guarda Revolucionária Islâmica tem uma unidade de comando de defesa cibernética, o *Gerdab*, encarregada de combater o crime organizado, terrorismo e espionagem online. Essa unidade também treina “ciber-soldados” para monitorar atividades de dissidentes e divulgar propaganda pró-governo em blogs e fóruns de discussão. As atribuições da *Gerdab* se confundem com a da *Cyber Police*, a polícia cibernética, criada em janeiro de 2011 para combater atividades consideradas anti-Islâmicas no ciberespaço. Segundo o Iran Media Program, a Guarda Revolucionária também conta com a *Iranian Cyber Army* (ICA), ou exército cibernético iraniano, uma rede clandestina de ativistas que promovem ataques a sites da oposição e de instituições estrangeiras.

A complexa estrutura que descrevi garante as ferramentas para que o Irã exerça também no ciberespaço o *soft power* e o *hard power* – seguindo os conceitos de Nye. Nye (2011) lista como exemplos de *hard power* no ciberespaço a ameaça e prisão de blogueiros; ataques de negação de serviço do tipo DDoS (do inglês *Distributed Denial of Service*) que derrubam websites; infectar sistemas de computador com vírus; ativar filtros para impedir acesso a sites ou monitorar os hábitos de navegação dos cidadãos.

Entre as estratégias de *soft power* no ciberespaço estão disseminar informações para criar preferências que sejam favoráveis ao ator social; atrair a simpatia de públicos estrangeiros através de campanhas de diplomacia pública; estimular o ciberativismo “patriótico”; auxiliar ativistas em outros países com programas de computador que possibilitem a livre expressão.

Uma medida do governo iraniano que pode ser considerada como o exercício do *soft power* no ciberespaço é a criação, em dezembro de 2012, de uma versão local do site de compartilhamento de imagens YouTube. No site chamado *Mehr* (“afeição” em persa) internautas podem veicular vídeos e assistir conteúdo dos canais da televisão estatal IRIB. Através do *Mehr*, o governo incentiva a produção independente e o compartilhamento de vídeos que fortaleçam a identidade do país.

Como ilustra Nye (2011, p. 20), o poder brando é puxar. Já o poder bruto é empurrar.

O usuário iraniano da Internet com frequência se depara com sites bloqueados ou pela natureza do seu conteúdo, ou por que contém palavras proibidas (por exemplo, termos referentes a assuntos considerados tabu, como sexo ou homossexualidade). É como se o cidadão fosse a um estabelecimento e o encontrasse cercado por um cordão policial – é o *hard*

power no ciberespaço. Ao visitar um site proibido pelo governo, o usuário é dirigido para uma página de “acesso negado” que diz: “Em referência à Lei de Crimes Cibernéticos, o acesso ao website requisitado não é possível”. O alerta sugere que é possível contestar a proibição, comunicando-se com o Ministério de Cultura e da Orientação Islâmica.

Testes realizados pela Open Net Initiative no Irã identificaram uma série de sites bloqueados, entre eles Facebook e Twitter, e populares serviços internacionais de hospedagem de blogs como Wordpress e Blogspot (os iranianos, que formam uma numerosa comunidade de blogueiros, hospedam seus diários virtuais no site local Blogfa). Sites da rede de televisão *Al Arabia* e do jornal *Asharq Al-Awsat*, os dois financiados pelo governo da Arábia Saudita e que com frequência criticam o governo iraniano, também são proibidos; assim como os das empresas de comunicação britânicas BBC Persian e The Guardian. O site *Balatarin.com*, um serviço de compartilhamento de notícias em que os usuários publicam links para conteúdos de sua preferência, também é constantemente bloqueado no Irã. Criado em 2006 o site tem um grande alcance entre jovens persas residentes no Irã e expatriados, com até 30 milhões de visitas registradas por mês.

Numa estratégia de poder bruto que transborda entre os espaços físico e virtual, a *Cyber Police*, a polícia cibernética iraniana, exige que *lan houses* e *cibercafés* registrem todos os dados de identificação dos clientes, como nome e documento de identidade, telefone e endereço, e endereço de correio eletrônico. Os estabelecimentos também devem verificar os sites visitados pela clientela e gravar os rostos dos frequentadores com câmeras de circuito interno.

5.4 O *SOFT* E O *HARD POWER* NORTE-AMERICANO NA INTERNET

Assim como a Internet nasceu de projetos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, muitas tecnologias e ferramentas disponíveis na Era da Internet também são de origem norte-americana, o que justificaria a preocupação do governo iraniano em monitorar o que ocorre no ciberespaço. “Considerando a quantidade de dinheiro para pesquisa e tecnologia originada nas comunidades de defesa e inteligência americanas, é difícil encontrar uma empresa de tecnologia que não tenha uma conexão com a CIA ou outra agência de três letras”, sugere Morozov (2011, p. 236).

De fato, a *Central Intelligence Agency*, agência de inteligência do governo dos Estados Unidos, tem um braço de investimento em novas tecnologias chamado In-Q-Tel. Uma de suas

sedes é localizada em Menlo Park, cidade no coração do Vale do Silício, norte da Califórnia, que é um celeiro de inovações científicas e tecnológicas. A função da In-Q-Tel é identificar projetos que possam ser úteis aos serviços de inteligência do país. Um exemplo de inovação financiada pela empresa é o mapa virtual que utiliza imagens de satélite, fotografias aéreas e terrestres para detalhar localidades em qualquer ponto do planeta. Originalmente chamado de *Earth Viewer*, o programa foi desenvolvido pela Keyhole; a empresa foi comprada em 2004 pela Google, que o transformou no hoje popular Google Earth.

Não é uma situação muito confortável para Estados que entendem que o ciberespaço é a nova fronteira para o enfrentamento ou conciliação política. “Muitos governos estão percebendo o quanto seus sistemas de comunicação estão atrelados à infraestrutura norte-americana”, observa Morozov (2011, p. 237). “Isso inevitavelmente levará esses governos a investir em serviços online equivalentes aos norte-americanos, e encontrar caminhos para prescindir de empresas estrangeiras e incentivar a indústria doméstica” (idem).

É o que ocorre no Irã. Assim como criou a sua versão doméstica para o YouTube, a República Islâmica do Irã também desenvolve a sua própria Internet. É uma intranet nacional, a National Information Network (“rede nacional de informação”), chamada pela imprensa estrangeira de “Halal Internet” – o adjetivo *halal*, do árabe “permitido, autorizado”, refere-se a comportamentos, alimentos e vestimentas consideradas de acordo com os códigos de ética e moral da religião islâmica. “O objetivo é criar um sistema que não exija que o tráfego iraniano de Internet passe por rotas externas, com frequência baseadas nos Estados Unidos, que são expostas à interceptação de dados” (BANGI et al., 2013, p. 26). As autoridades iranianas pretendem conectar todos os órgãos do governo à Internet nacional, mas afirmam que os usuários poderão continuar acessando a rede mundial de computadores, paralelamente à National Information Network.

Em março de 2012 o Líder Supremo Ali Khamenei criou o Conselho Supremo do Ciberespaço, com o objetivo de determinar políticas domésticas e internacionais para a Internet. Conforme Bangi et al. (2013, p. 37), ao justificar a criação do conselho o Líder Supremo referiu-se à Internet como uma “faca de dois gumes”, e como um “rio de fluxo constante e perigoso”, que pode criar oportunidades quando guiado, mas que também traz ameaças. Seguindo esse raciocínio, as políticas do Conselho devem ao mesmo tempo maximizar o potencial de desenvolvimento que a Internet oferece ao país, e traçar um plano contínuo para proteger o Irã dos perigos do ciberespaço. O presidente Mahmoud Ahmadinejad, que coordena o Conselho com a colaboração de oficiais de alto escalão como ministros de Estado e representantes do *Majilis*, ecoa os propósitos do Líder Ali Khamenei.

Como noticiado no site oficial do Gabinete da Presidência, na primeira sessão do Conselho Ahmadinejad descreveu o ciberespaço como “um espaço sem fronteiras que exige planos de regulação condizentes com os objetivos de progresso da República Islâmica”, e explicou que o conselho centralizará políticas e decisões envolvendo *hardwares* e *softwares* para proteger o país dos “males da Internet”.

Entre os “males da Internet” a que Ahmadinejad se refere podemos considerar ciberataques, como os perpetrados pelo governo norte-americano contra as usinas de enriquecimento de urânio no Irã. Segundo manual de segurança cibernética da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)³⁶, um ciberataque é “uma tentativa premeditada e maliciosa de corromper a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de informações residentes em redes de computadores” (2012, p. 75). Entre 2010 e 2012 o país teria sido alvo de três diferentes vírus (Stuxnet, Duqu e Flame) como parte de uma operação para atingir seu programa nuclear. A operação teria começado ainda durante o segundo mandato de George W. Bush, e teria sido adotada pela administração de Barack Obama. O desenvolvimento da energia nuclear é o que alimenta o conflito entre Estados Unidos e Irã, e que motiva as sucessivas rodadas de sanções econômicas impostas à República Islâmica pela ONU.

O uso de vírus contra uma infraestrutura de Internet é uma estratégia de *hard power*. Mas no discurso do “Ocidente”, Internet combina mais com mudança de regime, tecnologia de libertação, abertura política e transparência de governo – um discurso que se utiliza de ferramentas de *soft power*. O governo norte-americano, para citar um exemplo referente ao caso iraniano, está atento a essa juventude “conectada e urbana” que eventualmente poderia mudar o rumo das relações diplomáticas entre os dois países.

Em julho de 2009, quando as ruas iranianas ainda estavam tomadas por manifestantes, o Senado norte-americano aprovou uma legislação batizada de *VOICE Act (The Victims of Iranian Censorship Act*, ou “ato pelas vítimas da censura iraniana”). Um montante robusto, 55 milhões de dólares, seria investido em diversas iniciativas para fomentar a livre expressão no Irã. Alguns exemplos de determinações do *VOICE Act* são o aumento na produção de programas jornalísticos no idioma persa a serem transmitidos pela Voice of America e pela Radio Free Europe; desenvolvimento de tecnologias para combater o bloqueio do serviço de mensagens de texto e o monitoramento dos usuários da Internet; documentação sobre abusos de direitos civis sobretudo após as manifestações durante o Movimento Verde e a fiscalização

³⁶ O *National Cyber Security Framework Manual* apresenta diretrizes para que Estados desenvolvam e aprimorem suas políticas e legislações de segurança no ciberespaço. Foi elaborado pelo Centro de Excelência em Defesa Cibernética Colaborativa da OTAN. Disponível no site: <<https://www.ccdcoe.org/388.html>>.

de empresas, incluindo empresas americanas ou com subsidiárias nos Estados Unidos, que tenham desenvolvido tecnologias utilizadas para a perseguição de dissidentes e ciberativistas por parte do governo iraniano.

“Essas tecnologias não são apenas uma benção”, disse a então Secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton em discurso sobre liberdade na Internet, proferido em 21 de janeiro de 2010 em Washington.³⁷ “Assim como o aço pode ser usado para construir hospitais ou metralhadoras, e a energia nuclear pode ser utilizada para movimentar uma cidade ou destruí-la, as modernas redes de informação podem ser apropriadas para o bem ou para o mal”, comparou Clinton, lembrando que as mesmas tecnologias que têm potencial para promover a transparência de governos também podem ser utilizadas para violar os direitos humanos. Na ocasião Clinton anunciou o financiamento de programas como o Internet in a suitcase (ou Internet numa valise), desenvolvido pela ONG New America Foundation através da divisão Open Technology Institute. Esse programa daria a ativistas *softwares* para acessar a Internet através de celulares ou computadores sem o receio de serem monitorados ou rastreados, sobretudo durante crises políticas.

Em junho de 2011 o Departamento de Estado norte-americano inaugurou uma Embaixada Virtual dos Estados Unidos em Teerã. Com websites nas versões em inglês e em persa³⁸ e com links para mídias sociais como Facebook e Twitter, a embaixada virtual visa diminuir a distância entre o governo norte-americano e os cidadãos iranianos. Os dois países cortaram relações diplomáticas em 1980, com o advento da Revolução Islâmica e a “crise dos reféns” (conforme relato no segundo capítulo desta dissertação). O site não é uma missão diplomática formal, mas trata-se de uma missão de diplomacia cultural, oferecendo informações sobre o *american way of life*, sobre direitos humanos e transparência administrativa na Era da Internet. A Embaixada Virtual dos Estados Unidos em Teerã foi bloqueada pelo governo iraniano nas horas seguintes ao seu lançamento.

Iniciativas como essas poderiam ser caracterizadas por Morozov (2011) como um “Orientalismo digital”, numa referência à disciplina segundo a qual o poder ocidental sobre o Oriente é aceito como natural e tem status de verdade científica, para a qual o oriental é descrito como algo que se estuda, se julga, e se disciplina (SAID, 2007). Morozov observa

³⁷ A transcrição do discurso está disponível no site do Departamento de Estado norte-americano, em: <<http://www.state.gov/secretary/rm/2010/01/135519.htm>>. É interessante notar, o discurso da ex-Secretária de Estado Hillary Clinton sobre liberdade na Internet foi transcrito em chinês, russo, persa e árabe, além dos idiomas inglês, francês e espanhol.

³⁸ Disponível em: <<http://iran.usembassy.gov/>> e <<http://persian.iran.usembassy.gov/>>

que “os governos não são estúpidos e também estão aproveitando essa grande oportunidade para disfarçar suas próprias tentativas de influenciar a opinião pública global” (2011, p. 268).

Ampliar as linhas de proteção do país das fronteiras terrestres, marítimas, ou do espaço aéreo para o ciberespaço é uma preocupação comum entre os Estados. Para a OTAN, a Internet e suas TICs representam uma questão de segurança nacional, pois se tornaram ferramentas imprescindíveis para a administração e são propulsores do desenvolvimento socioeconômico. “Os benefícios econômicos, tecnológicos, políticos e sociais da Internet estão em perigo se não estiverem protegidos. A disponibilidade, integridade e resiliência dessa infraestrutura central surgem como prioridades para todas as nações”, observa a OTAN em seu *National Cyber Security Framework Manual* (2012, p. 3).

Mas além desses fatores, a política da República Islâmica para a Internet tem os propósitos de proteger os cidadãos iranianos da “ocidentalização” com, por exemplo, a filtragem de conteúdos considerados nocivos aos códigos de ética e moral do islamismo, e de resguardar a soberania de um país que se sente constantemente ameaçado por antigos adversários como Grã Bretanha e Estados Unidos. E nesse empenho o governo iraniano acaba por suprimir cada vez mais as liberdades civis. Em 2013, na véspera da 11ª eleição presidencial do Irã, época da publicação desta dissertação, ONGs como a Anistia Internacional e a Repórteres Sem Fronteiras relatavam que o acesso à Internet no país ficava cada vez mais difícil, e denunciavam a prisão de pelo menos 40 profissionais da imprensa, o que as organizações entendiam como uma operação para coibir a liberdade de expressão e a oposição durante a campanha eleitoral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A caneta é mais poderosa que a espada”, escreveu o poeta e político inglês Edward Bulwer-Lytton, no século XIX. E na Era da Internet, será que “um *tweet* é mais poderoso que um tanque de guerra”?

Iniciei essa pesquisa motivada por uma outra pergunta, a que uma multidão de iranianos levou às ruas do país após as contestadas eleições presidenciais de 2009: “Onde está o meu voto?”. Graças à Internet e suas mídias sociais, não demoraria para que a questão se transformasse em “Onde está o voto deles?”. Indignados diante da repressão do governo iraniano, tanto no espaço físico como no ciberespaço, atores externos aderiram à uma campanha de solidariedade virtual.

Toda nova tecnologia exige uma adaptação e um repensar de antigos paradigmas. A Internet provoca o isolamento dos usuários ou promove a interação social? Esse dilema parece ser o “cálice sagrado” dos pesquisadores das Tecnologias de Informação e Comunicação. Questionamentos semelhantes ocorrem também na arena das Relações Internacionais: uma sociedade civil informada e conectada, capaz de burlar jurisdições territoriais e de agir de forma autônoma e cooperativa no ciberespaço, representa um problema ou pode ser uma força aliada para os Estados?

Ao discutir se a Internet é uma ameaça à soberania dos Estados, Perritt (1998) sugere que as TICs têm o potencial de fortalecer a governança nacional e global ao ampliar interdependência em algumas esferas (como a econômica) e provocar arranjos em outros setores (como o da segurança internacional). Segundo Perritt, a Internet representaria uma ameaça particularmente para regimes totalitários que já não contam mais com o ambiente seguro obtido através do controle da imprensa – o controle absoluto sobre a informação, sobre a política e sobre a cultura da nação. Para o autor, esse fluxo de informação pelo ciberespaço torna-se uma ferramenta fundamental para garantir respostas multilaterais para ameaças à paz e à segurança, com o monitoramento de crises em países em conflito ou onde direitos humanos são violados. A Internet, argumenta Perritt, empodera Organizações Não-Governamentais e a sociedade civil e aprimora sua capacidade de contribuir com soluções para lidar com questões globais. Creio que esse é o maior impacto das novas Tecnologias de Informação e Comunicação nas relações internacionais.

Considero que é possível verificar através de dados de pesquisas e de mensagens trocadas nas mídias sociais da Internet que o Movimento Verde, que seria um movimento de contestação local, uma crise que em outros tempos poderia ter sido facilmente ocultada pelo

Estado iraniano, tornou-se global. Em situações de repressão do direito de expressão e de liberdades civis, como o que ocorreu no Irã em 2009, as novas Tecnologias de Informação e Comunicação representam um canal vital porque têm poder de denúncia. Em locais onde a imprensa é proibida de trabalhar o “jornalismo cidadão”, exercido graças ao fácil acesso às mídias digitais, impede que crises políticas e humanitárias desapareçam da pauta. Foi utilizando-se das TICs que os manifestantes iranianos e seus apoiadores externos construíram uma narrativa própria dos eventos, sensibilizando a opinião pública e governantes.

Durante minha pesquisa, uma declaração chamou minha atenção: “Nunca teremos Ruanda novamente”, disse Gordon Brown, primeiro-ministro britânico na época da crise política no Irã, em entrevista ao jornal *The Guardian*. Brown se referia à guerra civil entre a maioria hutu e a minoria tutsi que em 1994 deixou mais de 800 mil mortos na nação africana – um conflito que a comunidade internacional demorou a chamar pelo nome que merecia, um “genocídio”. “Não podemos ter uma nova Ruanda por que a informação apareceria mais rápido e a opinião pública cresceria a ponto de exigir uma tomada de atitude”. Como argumentei nessa dissertação, utilizando os conceitos de Joseph Nye (2011) e analisando a adesão de atores externos ao Movimento Verde iraniano, as novas mídias digitais promovem uma redução nos diferenciais de poder, pois poder também nasce do acesso à informação. Portanto, como disse Gordon Brown, na Era da Internet “A política externa não pode mais ser província de apenas algumas elites”.

Parafraçando Brown, a política local também não é mais província exclusiva dos governantes. Se na véspera das eleições municipais de 2012 fiquei decepcionada com uma campanha pela depredação do material de propaganda de candidatos divulgada pelas mídias sociais – conforme comentei no capítulo de introdução – alguns meses depois surgiram, nas mesmas redes, exemplos de mobilização que demonstram o potencial transformador do ciberativismo. Em Porto Alegre, o plano de cortar centenas de árvores em função da ampliação de uma movimentada avenida (em fevereiro de 2013) e o aumento na tarifa das passagens de ônibus (em março do mesmo ano) repercutiram negativamente entre os cidadãos. Movimentos que surgiram *online* transbordaram para as ruas. Como consequência, diante da pressão popular, o Ministério Público determinou que o corte das árvores fosse suspenso e que o valor das passagens fosse reduzido.

O Movimento Verde não obteve o resultado almejado, que seria a recontagem dos votos ou a anulação das eleições. Mas abalou a estrutura do governo iraniano. Um indício é a contínua repressão a opositores do regime: “Intelectuais de renome, ativistas e analistas políticos, jornalistas e professores universitários são presos, acusados de traição, forçados a

confessar. Qualquer pessoa com um grama de inteligência ou fibra moral é um suspeito”, diz Dabashi (2009).

Um relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (*United Nations Human Rights Council*) em março de 2013 denuncia a perseguição e prisão de defensores de direitos humanos, advogados e jornalistas, e a tortura sistemática e generalizada de prisioneiros no Irã. Ahmed Shaheed, relator especial da ONU indica: “A situação no Irã continua preocupante e exige uma gama de soluções que ao mesmo tempo respeitem as perspectivas culturais do país, mas que considerem a universalidade dos tratados de direitos humanos fundamentais dos quais o país é signatário”. Shaheed destaca que os prisioneiros políticos iranianos são frequentemente acusados de crimes de segurança nacional “vagamente definidos”, o que demonstra a intenção de desencorajar a militância pelos direitos humanos. O relator pede também que Teerã liberte as centenas de prisioneiros de consciência detidos desde as eleições presidenciais de 2009 por “exercer pacificamente seu direito à liberdade de opinião e de expressão, ou liberdade de associação e de reunião”.

O mesmo ciberespaço que abriga ideais revolucionários é utilizado por Estados para implementar o poder bruto. A melhor razão para crer que as mídias sociais podem trazer mudanças políticas, sugere Shirky, é que tanto a dissidência como as autoridades concordam com isso:

Em todo o mundo, ativistas acreditam na utilidade dessas ferramentas e tomam medidas para usá-las apropriadamente. E os governos que eles contestam também creem que as redes sociais são poderosas, e estão dispostos a atacar, prender, exilar ou assassinar seus usuários como resposta (SHIRKY, 2011, p. 10).

A participação de atores externos nesse episódio não ficou imune a críticas. Há autores que sugerem que a brava ação dos manifestantes locais possa ter sido ofuscada pelo *slacktivism* internacional – derivado do inglês *slack*, preguiçoso, e *activism*, ativismo, o termo designa a militância de baixo custo pessoal, exercida pelo clique de um mouse.

Ao mesmo tempo, hackers e ciberativistas contribuem para a divulgação global de movimentos contestadores e expõem as circunstâncias, muitas vezes limite, em que vivem seus protagonistas. No mínimo, a repercussão internacional acerca do Movimento Verde e dos levantes da Primavera Árabe serviu para que o mundo conhecesse melhor países como Tunísia, Bahrein, Líbia, Argélia, Síria, Iêmen, aprendesse que há muito além das milenares pirâmides no Egito, e que o Irã não é apenas um integrante do “eixo do mal”.

No ciberespaço, a sociedade civil forja novas formas de cooperação, estreita fronteiras e consegue promover o que tantos Estados e fóruns multilaterais tentam, às vezes sem sucesso: o diálogo entre civilizações.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

ADDIS, Casey L. **Iran's 2009 Presidential Elections**. Washington: Congressional Research Service, 22 de junho de 2009.

ADDLEY, Esther. **The Twitter crisis: how the site became voice of resistance in Iran**. The Guardian, 16 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2009/jun/16/twitter-social-networking-iran-opposition?INTCMP=SRCH>>. Último acesso em: 16 abr. 2013.

AFSHARI, Ali; UNDERWOOD, H. Graham. **The Green Wave**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. *Journal of Democracy*, v. 20, n. 4, 2009.

ALAVI, Ansari. This Magic Green Bracelet. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny (Org.). **People Reloaded: The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran**. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

ALAVI, Nasrin. The Emperor Has No Clothes. In: ANSARI, Nazenin; DANESH, Tahirih. **Iran Human Rights Review: Access to Information**. Londres: The Foreign Policy Centre, maio de 2011.

ALLES, Leonardo. **A Política Externa do Governo Lula: da Não Intervenção à Não Indiferença**. Curitiba: Appris, 2012.

ALIZADEH, Ali. Why Are the Iranians Dreaming Again? In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny (Org.). **People Reloaded: The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran**. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

AMNESTY International report 2011, The State of The World's Human Rights. Londres: Amnesty International, 2011.

ANSARI, Ali. Urban Myths Revisited: The 2009 Presidential Election. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny (Org.). **People Reloaded: The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran**. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

ARTHUR, Charles. **Haystack 'anti-censorship' software withdrawn over security concerns.** The Guardian, 17 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/technology/2010/sep/17/haystack-software-security-concerns>>. Último acesso em: 20 abr. 2013.

BAHIDA, El Houssine Majdoubi. **El papel de las televisiones por satélite e internet en las revoluciones democráticas en el mundo árabe.** Revista Infoamérica, Málaga, n. 5, 2011.

BAHRAIN deploys National Guard against protesters. Tehran Times, 11 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/middle-east/103217-bahrain-deploys-national-guard-against-protesters->>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

BANGI, Ali Karimzadeh; CARRIERI, Matthew; KHAN, Saad Omar; SUUD, Saffron. **After the Green Movement.** OpenNet Initiative, fevereiro de 2013.

BENKLER, Yochai. **The Penguin and the Leviathan: How Cooperation Triumphs over Self-Interest.** Nova York: Crown Business, 2011.

BERSON, Caroline. **The Iranian Baby Boom,** Why the Islamic republic has such a youthful population. Slate Magazine, 12 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/news_and_politics/explainer/2009/06/the_iranian_baby_boom.html>. Último acesso em: 29 jan. 2013.

BLACK, Ian. **How Iran is filtering out dissent.** The Guardian, 30 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/technology/2009/jun/30/internet-censorship-iran>>. Último acesso em: 14 mar. 2013.

_____; DAHGHAN, Saeed Kamali. **Iran's defiant Green movement vows to fight on.** The Guardian, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/11/iran-green-zahra-rahnnavard-mousavi>>. Último acesso em: 14 mar. 2013.

_____; TAIT, Robert. **Iran's supreme leader Khamenei issues verbal attack on 'evil Britain'.** The Guardian, 19 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.guardian.co.uk/world/2009/jun/19/iran-khamenei-uk-gordon-brown?INTCMP=SRCH>>. Último acesso em: 28 jan. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação, economia, sociedade e cultura** (v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Communication Power.** Nova York: Oxford University Press, 2009.

_____. **Communication, Power and Counter-power in the Network Society.** International Journal of Communication, Los Angeles, University of Southern California, 2007.

_____. **Networks of Outrage and Hope.** Cambridge: Polity Press, 2012.

CHRISTENSEN, Stine Nordbjaerg. **Iran: Modern Media and Electoral Authoritarianism,** A Study of the Use of Modern Media in the Presidential Election in June 2009. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2010.

COWIE, James. **Iran and the Internet: Uneasy Standoff.** Renesys Blog, 16 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.renesys.com/blog/2009/06/iran-and-the-internet-uneasy-s.shtml>> Último acesso em: 14 mar. 2013.

DABASHI, Hamid. **Iran: A People Interrupted.** Nova York: The New Press, 2007.

_____. **Iran's democratic upsurge.** Al-Ahram Weekly Online, edição 952, junho de 2009. Disponível em: <<http://weekly.ahram.org.eg/2009/952/op3.htm>>. Último acesso em: 17 abr. 2013.

_____. **Iran is self-destructing.** Al-Ahram Weekly Online, edição 960, agosto de 2009. Disponível em: <<http://weekly.ahram.org.eg/2009/960/focus.htm>>. Último acesso em: 17 abr. 2013.

_____. **Social Networking and the Making of a Civil Rights Movement.** Nova York: Social Text, Columbia University, Nova York, novembro de 2009 . Disponível em: <<http://www.socialtextjournal.org/periscope/2009/11/social-networking-and-the-making-of-a-civil-rights-movement.php>>. Último acesso em: 8 abr. 2013.

ELGIN, Ben; KATZ, Alan; SILVER, Vernon. **Iranian Police Seizing Dissidents Get Aid Of Western Companies.** Bloomberg, 30 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2011-10-31/iranian-police-seizing-dissidents-get-aid-of-western-companies.html>>. Último acesso em: 14 mar. 2013.

ENAYAT, Mahmood, SMITH, Briar, e WOJCIESZAK, Magdalena. **Finding a Way – How Iranians reach for news and information.** Filadélfia, Universidade da Pensilvânia, julho de 2012.

ENCYCLOPAEDIA Iranica. Nova York: Columbia University. Disponível em: <<http://www.iranicaonline.org/>>. Último acesso em: 5 dez. 2012.

ESFANDIARI, Golnaz. **The Twitter Devolution.** Foreign Policy, 7 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/06/07/the_twitter_revolution_that_wasnt>. Último acesso em: 25 fev. 2013.

_____. **Iran says Facebook and Twitter are country's 'hidden enemies.'** Radio Free Europe/Radio Liberty, 29 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.rferl.org/content/Iran_Says_Facebook_And_Twitter_Are_Countrys_Hidden_Enemies/2171343.html>. Último acesso em: 25 fev. 2013.

ETLING, Bruce; KELLY, John. **Mapping Iran's Online Public:** Politics and Culture in the Persian Blogosphere. Harvard: Berkman Center for Internet & Society, 2008.

FARHADPOUR, Morad; MEHRGAN, Omid. The People Reloaded. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny. **People Reloaded:** The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

FRIDAY Prayer. Site do Gabinete do Líder Supremo Sayyed Ali Khamenei, 20 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.leader.ir/langs/en/index.php?p=contentShow&id=5618>>. Último acesso em: 11 abr. 2013.

GHEYTANCHI, Elham; RAHIMI, Babak. **The politics of Facebook in Iran.** Open Democracy, 1 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.opendemocracy.net/article/email/the-politics-of-facebook-in-iran>>. Último acesso em: 11 abr. 2013.

GIBBONS, Fiachra. **Golshifteh Farahani:** 'Exile from Iran is like death'. The Guardian, 6 de setembro de 2012. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/film/2012/sep/06/golshifteh-farahani-exile-iran-like-death>>. Último acesso em: 12 nov. 2012.

GROSSMAN, Lev. **Iran's Protests:** Why Twitter Is the Medium of the Movement. Time, 17 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1905125,00.html>>. Último acesso em: 14 mar. 2013.

HOWARD, Philip N. **The Lasting Impact of Digital Media on Civil Society**. Washington: International Information Program do Departamento de Estado norte-americano, 25 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://iipdigital.usembassy.gov/st/english/publication/2010/01/20100126140433mlenuhret0.8288081.html#axzz2QgM9dPK8>>. Último acesso em: 10 abr. 2013.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations?** Tampa: Foreign Affairs, verão de 1993.

IRAN and the “Twitter Revolution”, Pew Research Center Project for Excellence in Journalism, junho de 2009. Disponível em: <http://www.journalism.org/index_report/iran_and_%E2%80%9Ctwitter_revolution%E2%80%9D>. Último acesso em: 18 dez. 2013.

IRAN: Show Trial Exposes Arbitrary Detention. Human Rights Watch, 4 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.hrw.org/news/2009/08/04/iran-show-trial-exposes-arbitrary-detention>>. Último acesso em: 10 abr. 2013.

IRAN: UN human rights expert concerned over judicial abuses. Nova York: United Nations News Center, 19 de outubro de 2011. Disponível em: <www.un.org/news>. Último acesso em: 10 abr. 2013.

IRAN vigorously supporting Syrian people and government: official. Tehran Times, 02 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.tehrantimes.com/politics/103741-iran-vigorously-supporting-syrian-people-and-government-official>>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

Judiciary chief refutes as 'lies' report of UN special human rights rapporteur. Reportagem publicada pela IRNA (Islamic Republic News Agency), 13 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.irna.ir/enIndex.htm>>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Jr. **Power and Interdependence**. Nova York: Longman, 2001.

_____. **Power and Interdependence in the Information Age**. Foreign Affairs, setembro-outubro de 1998.

KHATAMI, Mohammad. **Dialogue among Civilizations**. Discurso proferido na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 5 de setembro de 2000. Transcrição disponível em: <<http://www.unesco.org/dialogue/en/khatami.htm>> Último acesso em: 23 jan. 2013.

KHIABANY, Gholam; SREBERNY, Annabelle. **The Politics of Blogging in Iran**. Durham: Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East, vol. 27, n. 3, Duke University Press, 2007.

KIRKPATRICK, David. **O Efeito Facebook**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

KURZMAN, Charles. Cultural Jiu-Jitsu and the Iranian Greens. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny. **People Reloaded: The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran**. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

LA RUE, Frank. **Report of the Special Rapporteur on the promotion and protection of the right to freedom of opinion and expression**. Relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em maio de 2011.

LEIGHT, Naomi. **Green Wave, Public Diplomacy and the Iranian Election**. Los Angeles: Center on Public Diplomacy, University of Southern California, em 6 de julho de 2009. Disponível em: http://uscpublicdiplomacy.org/index.php/newswire/media_monitor_reports_detail/green_wave_public_diplomacy_and_the_iranian_elections/. Último acesso em: 21 jan. 2013.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEMARIAN, Omid e NESVADERANI, Tara. The Youth. In: WRIGHT, Robin (Org.). **The Iran Primer**. Washington: The United States Institute of Peace. Disponível em <http://iranprimer.usip.org/>. Último acesso em: 22 abr. 2013.

MEO, Nick. **Iran's show trial to punish reformists**. The Telegraph, 1 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/iran/5957010/Irans-show-trial-to-punish-reformists.html>. Último acesso em: 20 fev. 2013.

MILANI, Mohsen M. Political Participation in Revolutionary Iran. In: ESPOSITO, John L. (Org.). **Political Islam: revolution, radicalism, or reform?** Boulder: Lynne Rienner, 1997.

MOROZOV, Evgeny. **Iran: Downside to the "Twitter Revolution"**. Revista Dissent, v. 56, n. 4, University of Pennsylvania Press, 2009.

_____. **How dictators watch us on the web**. Prospect Magazine, 18 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/how-dictators-watch-us-on-the-web/>>. Último acesso em: 20 fev. 2013.

_____. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. Nova York: Public Affairs, 2011.

MURTHY, Dhiraj. **Digital Ethnography: An Examination of the Use of New Technologies for Social Research**. Sociology, v. 42, n. 5. Los Angeles: SAGE Publications, 2008.

MUSIL, Steven. **Iran launches own YouTube-like video-sharing website**. Cnet, 9 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://news.cnet.com/8301-1023_3-57558107-93/iran-launches-own-youtube-like-video-sharing-web-site/>. Último acesso em: 20 fev. 2013.

NAFISI, Azar. **Lendo Lolita em Teerã**. São Paulo: A Girafa, 2004.

NYE, Joseph S. Jr. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

_____. **The Future of Power**. Nova York: Public Affairs, 2011.

PARR, Ben. **Mindblowing #IranElection Stats: 221,744 Tweets Per Hour at Peak**. Mashable, 17 de junho de 2009. Disponível em: <<http://mashable.com/2009/06/17/iranelection-crisis-numbers/>>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PEINADO, Fernando. **La censura iraní no puede detener el poder de Twitter**. El País, 17 de junho de 2009. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2009/06/17/actualidad/1245189612_850215.html>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

PERRITT, Jr.; HENRY H. **The Internet as a Threat to Sovereignty?** Thoughts on the Internet's Role in Strengthening National and Global Governance. Chicago: Chicago-Kent College of Law, março de 1998.

PINTO, Ivonete. **Descobrimo o Irã.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

PLUNKETT, John. **Foreign journalists banned from streets of Iran.** The Guardian, 16 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/media/2009/jun/16/foreign-journalists-banned-streets-iran>>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

PRESIDENT: Election was healthiest, freest worldwide. Presidency of the Islamic Republic of Iran News Service, 11 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/17196>>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

PRESIDENT underlines importance of Supreme Council of Cyberspace. Presidency of the Islamic Republic of Iran News Service, 18 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/36044>>. Último acesso em: 10 abr. 2013.

PRESIDENT urges Judiciary chief to inquire into Neda's murder. Presidency of the Islamic Republic of Iran News Service, 29 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/17138>>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador:** comunicação, cibercultura, cognição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **Transformações no jornalismo em rede:** sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. Porto Alegre: Intexto, v. 02, n. 25, dezembro de 2011.

RAHIMI, Babak. **Affinities of Dissent: Cyberspace, Performative Networks and the Iranian Green Movement.** Online Journal of the Virtual Middle East, Praga, CyberOrient, v. 5, n. 2, 2011.

_____. **Cyberdissent: the Internet in Revolutionary Iran.** Middle East Review of International Affairs, v.7, n. 3, setembro de 2003.

_____. **The Agonistic Social Media: Cyberspace in the Formation of Dissent and Consolidation of State Power in Postelection Iran.** The Communication Review, San Diego, v. 14, n. 3, 2011.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RE-ELECTED president speaks to nation on TV. Presidency of the Islamic Republic of Iran News Service, 14 de junho de 2009.

RISEN, James. **Secrets of History: The C.I.A. in Iran**. New York Times, 16 de abril de 2000. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/library/world/mideast/041600iran-cia-index.html>>. Último acesso em: 28 nov. 2012.

RUBIN, Michael. **Iran, technology, and revolution**. Artigo publicado no blog do Middle East Strategy at Harvard (MESH), Universidade de Harvard, 25 de junho de 2009. Disponível em: <<http://blogs.law.harvard.edu/mesh/2009/06/iran-technology-and-revolution/>>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

SAGE, Jesse; WEDADDY, Nasser. **@Revolution: Taking a Page from Khomeini's Playbook**. The Daily Beast, 17 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.thedailybeast.com/articles/2009/06/17/revolution-taking-a-page-from-khomeinis-playbook.html>>. Último acesso em: 10 abr. 2013.

SAHIMI, Muhammad. The Green Path of Hope. In: HASHEMI, Nader; POSTEL, Danny. **People Reloaded: The Green Movement and the Struggle for Freedom in Iran**. Nova York: Melville House Publishing, 2010.

SAID, Edward. **Orientalismo, O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAMINEJAD, Mojtaba. Media and Internet under Control and Censorship. In: ANSARI, Nazenin; DANESH, Tahirih. **Iran Human Rights Review: Access to Information**. Londres: The Foreign Policy Centre, maio de 2011.

SANGER, David. **Obama Order Sped Up Wave of Cyberattacks Against Iran**. The New York Times, 1 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/06/01/world/middleeast/obama-ordered-wave-of-cyberattacks-against-iran.html?pagewanted=all&_r=0>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

SATELLITE Jamming in Iran: a War over Airwaves. Londres: Small Media, novembro de 2012.

SHIRKY, Clay. **Here Comes Everybody, the power of organizing without organizations**. Londres: Penguin Books, 2008.

_____. **More than just a slogan.** Prospect Magazine, 6 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.prospectmagazine.co.uk/magazine/the-twitter-revolution-more-than-just-a-slogan/>>. Último acesso em: 8 mar. 2013.

_____. **The political power of social media:** technology, the public sphere, and political change. Foreign Affairs, janeiro/fevereiro de 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67038/clay-shirky/the-political-power-of-social-media>>. Último acesso em: 20 nov. 2012.

SHOAMANESH, Sam Sasan. **On the Iranian Diaspora.** Toronto: Global Brief, Glendon School of Public and International Affairs, novembro de 2009. Disponível em: <<http://globalbrief.ca/blog/2009/11/01/on-the-iranian-diaspora/>>. Último acesso em: 15 abr. 2013.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. **Ciberativismo, cultura e o individualismo colaborativo.** Revista USP, São Paulo, n. 86, junho/agosto de 2010.

SREBERNY, Annabelle. **New Media and the Middle East: Thinking Allowed.** In: International Institute Journal, Ann Arbor: Universidade de Michigan, primavera de 2012.

SULLIVAN, Andrew. **The Revolution Will Be Twittered.** The Atlantic, 13 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/daily-dish/archive/2009/06/the-revolution-will-be-twittered/200478/>>. Último acesso em: 11 abr. 2013.

THE PRESIDENT'S State of the Union Address. Discurso proferido por George W. Bush em 29 de janeiro de 2002. Transcrição disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>. Último acesso em: 28 nov. 2012.

TRAUMANN, Andrew Patrick. **Fúria de Ajax: 27 anos de relações EUA-Irã.** Revista Literis, Rio de Janeiro, Dossiê Estudos Árabes & Islâmicos, n. 4, março de 2010.

UCHOA, Pablo. **Lula diz que não há prova de fraude no Irã e pretende visitar o país.** BBC Brasil, 15 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090615_lulaira_ji.shtml>. Último acesso em: 28 nov. 2012.

U.S. Senate passes the VOICE Act to combat web censorship in Iran. CitizenTube, 27 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.citizentube.com/2009/07/us-senate-passes-voice-act-to-combat.html>>. Último acesso em: 18 abr. 2013.

VINER, Katharine. **Internet has changed foreign policy for ever, says Gordon Brown.** The Guardian, 19 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/politics/2009/jun/19/gordon-brown-internet-foreign-policy>>. Último acesso em: 7 mar. 2013.

VIZENTINI, Paulo. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WEAVER, Matthew. **Iran protests: One-man video channel that is a thorn in Tehran's side.** The Guardian, 11 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/11/iran-protest-videos-youtube-mehdi>>. Último acesso em: 8 abr. 2013.

ZHUO, Xiaolin; WELLMAN, Barry; YU, Justin. **Egypt: The First Internet Revolt?** Peace Magazine, julho/setembro de 2011.

ZIAEI, Hanieh. **The Iranian Election, a Briefing.** Toledo: CITpax, Middle East and Mediterranean Program, junho de 2009.

SÍTIOS ONLINE CONSULTADOS

AFSHARI, Payam Moin. Blog disponível em: <<http://persianview.wordpress.com>>. Último acesso em: 3 maio 2013.

Anistia Internacional. Disponível em: <<http://www.amnesty.org/>>. Último acesso em: 24 abr. 2013.

EBRAHIMI, Amir Farshad. Blog disponível em: <<http://afebrahimi.wix.com/home>>. Último acesso em: 3 maio 2013.

GABINETE da Presidência da República Islâmica do Irã. Disponível em: <<http://www.president.ir/en/>>. Último acesso em: 25 abr. 2013.

GABINETE do Líder Supremo da República Islâmica do Irã. Disponível em: <<http://www.leader.ir/>>. Último acesso em: 25 abr. 2013.

INTERNATIONAL Campaign for Human Rights in Iran. Disponível em: <<http://www.iranhumanrights.org/>>. Último acesso em: 24 abr. 2013.

KARROUBI, Mehdi. Página no Facebook disponível em: <<http://www.facebook.com/MehdiKaroubi>>. Último acesso em: 30 abr. 2013.

MOUSAVI, Mir Hossein. Página no Facebook disponível em: <<http://www.facebook.com/mousavi>>. Último acesso em: 30 abr. 2013.

SAHARKHIZ, Mehdi. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/onlymehdi>>. Último acesso em: 8 abr. 2013.

TEHRAN LIVE. Blog disponível em: <<http://tehranlive.org>>. Último acesso em: 3 maio 2013.

Twitter: @IranElection09. Disponível em: <<https://twitter.com/IranElection09>>. Último acesso em: 30 abr. 2013.

Twitter: @mousavi1388. Disponível em: <<https://twitter.com/mousavi1388>> Último acesso em: 30 abr. 2013.

Twitter: @persiankiwi. Disponível em: <<https://twitter.com/persiankiwi>>. Último acesso em: 30 abr. 2013.

REPÓRTERES Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://en.rsf.org/>>. Último acesso em: 24 abr. 2013.

ENTREVISTAS

ADGHIRNI, Samy. **Jornalista Brasileiro, Correspondente do Oriente Médio para a Folha de São Paulo Sediado em Teerã.** [12 dez. 2012]. Entrevista gravada pela autora via Skype.

ESFAHLANI, Mohammad Sadeghi. **Ciberativista Iraniano Radicado no Canadá.** [11 abr. 2013]. Entrevista realizada pela autora via correio eletrônico.

RAHIMI, Babak. **Professor de Comunicação, Cultura e Religião da Universidade da Califórnia em San Diego.** [10 abr. 2013]. Entrevista realizada pela autora via correio eletrônico.

SAHARKHIZ, Mehdi. **Ciberativista Iraniano Radicado nos Estados Unidos.** [28 jan. 2013]. Entrevista gravada pela autora via Skype.

SHARIF, Solmaz. **Jornalista iraniana radicada nos Estados Unidos.** [25 out. 2012]. Entrevista gravada pela autora via Skype.

SUNDE, Peter. **Ciberativista.** [9 jan. 2013]. Entrevista realizada pela autora via correio eletrônico.

TUTIKIAN, Sérgio. **Secretário da Embaixada do Brasil em Teerã de 1969 a 1972, e Embaixador do Brasil no Irã de 1994 a 1996.** [27 nov. 2012 e 11 abr. 2013]. Entrevista concedida à autora em Porto Alegre.